



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**A LÍNGUA TERENA NA ALDEIA BURITI-MS: REALIDADE
SOCIOLINGUÍSTICA E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS**

GENILDO ALCÂNTARA MAMEDE

DOURADOS/MS
2017

GENILDO ALCÂNTARA MAMEDE

**A LÍNGUA TERENA NA ALDEIA BURITI-MS: REALIDADE
SOCIOLINGUÍSTICA E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS**

Qualificação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Letras da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados para obtenção do Título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Andérbio Márcio Silva Martins

Área de Concentração: Linguística e Transculturalidade

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Andérbio Márcio Silva Martins – PPG Letras/UFGD
(Presidente da banca)

Prof^a.Dr^a. Denise Silva – LALLI/UnB
(Membro externo)

Prof. Dr. Marcos Lúcio Sousa Góis – PPG Letras/UFGD
(Membro interno)

Prof. Dr. Levi Marques Pereira – PPGAnt/UFGD
(Membro Externo)

Prof. Dr. AntonioDari Ramos – PPGAnt/UFGD
(Membro Suplente)

**DOURADOS/MS
2017**

O presente trabalho de dissertação é dedicado especialmente ao meu Orientador Prof. Dr. Andérbio Márcio Silva Martins, pelo imenso apoio recebido durante essa minha caminhada e por acreditar na minha pessoa, e segundo à minha família pelo grande apoio que me deu durante a minha trajetória em mais uma etapa da minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força, perseverança e, acima de tudo, uma vontade de querer vencer; segundo à minha família, que sempre acreditou nesse sonho, que parecia tão distante, mas acaba de se tornar uma realidade.

Ainda sobre minha família, meu pai, Egídio; minha mãe, Eva; e meus irmãos, Agnaldo, Angelina e Elaine pelo condicional apoio, seja nas tristezas, nas angústias e nas alegrias vividas, estavam sempre presentes comigo.

Ao meu companheiro, Ramão Bernardo Gabriel, meu compadre, que sem dúvida teve uma participação fundamental nessa minha caminhada, deixo aqui os meus sinceros agradecimentos.

Aos meus professores do PPG Letras/FACALE/UFGD, com os quais aprendi muitas coisas que servirão para a minha vida pessoal e profissional.

Aos meus colegas do mestrado que me aceitaram e me respeitaram nesse mergulho cultural no período em que estávamos estudando. Abro um parêntese aqui para falar de duas pessoas excepcionais que pude conhecer nesse período em que estávamos estudando, são pessoas companheiras e que sabem entender o diferente, elas são: Livia Ribeiro Viegas e Blanca Flor Mejia, meus agradecimentos.

À minha comunidade Terena da aldeia Buriti, através do cacique Rodrigues, Vereador Eder, Secretário Arildo e também os professores da escola Alexina Rosa Figueiredo e da escola Natividade Alcântara Marques, que ao todo é uma somatória de forças para que sempre continuemos nessa união em busca de vencer os desafios.

Aos anciões da aldeia Buriti que contribuíram nessa pesquisa, pela faculdade que cada um deles passou e ainda continuam em formação, que é a vivência da vida, Universidade nenhuma irá ensinar, fica minha gratidão.

E nessa fase deixei para falar nesta penúltima parte deste agradecimento, dessa pessoa que, sem dúvida, foi a minha inspiração pela qualidade de ser humano, pela inteligência, pelo companheirismo, pelo profissionalismo e pela humildade, e todas essas qualidades resumem-se neste nome: Andrébio Márcio Silva Martins.

E, por fim, Mboke'exa Mburiti ako yussika inótoyeovopi ongovo, ya koeku indópenea nzímoku ko'oyene (minha terra Buriti, não poderia me esquecer de você, exatamente neste momento quando estou vencendo esta etapa da minha vida).

Resumo:

Este estudo tem como objetivo identificar a realidade sociolinguística da aldeia Buriti e discutir as políticas linguísticas já estabelecidas, bem como a elaboração de outras ações que possam auxiliar no processo de revitalização da língua Terena nessa área indígena, localizada no município de Dois Irmãos do Buriti/MS. Espera-se com esta pesquisa contribuir para compreender o histórico da aldeia Buriti, a situação da língua Terena na aldeia e o processo que levou a substituição da língua Terena pela língua portuguesa a partir do contato com não-índios. Busca-se também descrever a realidade da Educação Escolar Indígena da aldeia Buriti na atualidade e refletir sobre a proposta de ensino bilíngue adotada na escola. Por fim, refletir sobre as políticas linguísticas adotadas e estabelecer outras políticas linguísticas que viabilizam a valorização e a revitalização da língua Terena na escola indígena e na aldeia Buriti. Para o estudo da realidade sociolinguística, foram realizadas entrevistas a partir de questionários semiestruturados que visam identificar os comportamentos e atitudes linguísticas do povo Terena da aldeia em que a pesquisa foi realizada.

Palavras-chave: Língua Terena; Realidade Sociolinguística; Políticas Linguísticas.

Abstract:

This study aims to identify the sociolinguistic reality of the Buriti village and to discuss the linguistic policies already established, as well as the elaboration of other actions that may help in the process of revitalization the Terena language in this indigenous area, located in the municipality of Dois Irmãos do Buriti / MS. It is hoped that this research will contribute to understand the history of Buruti village, the situation of the Terena language in the village and the process that resulted in the substitution of the Terena language for the Portuguese language through contact with non-indians. It is aimed also to describe the reality of Indigenous School Education in the Buriti village nowadays, to reflect on the proposal of bilingual education adopted at school. Finally, to reflect on the adopted linguistic policies and to establish other linguistic policies that enable the valorization and the revitalization of the Terena language at indigenous school and in the Buriti village. For the study of sociolinguistic reality, interviews were conducted from semi-structured surveys that aimed to identify the behaviors and linguistic attitudes of the Terena people of the village in which the research was conducted.

Keywords: Terena language; Sociolinguistic Reality; Linguistic Policies.

LISTA DE SIGLAS

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

MS – Mato Grosso do Sul

ISA – Instituto Socio-ambiental

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas

LDB – Lei de Diretrizes e Base

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PROLIND – Programa de apoio à formação superior de professores indígenas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para a Diversidade

CNE – Conselho Nacional de Educação

CEB – Câmara de Educação Básica

SIL – Summer Institute of Linguistics

UNESCO – Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

EJA – Educação de Jovens e Adulto

MPF—Ministério Público Federal

AGEU-Advocacia Geral da União

LISTA DE MAPAS

- Mapa 1:**Retomada histórica do povo Terena na Invernada Buriti..... p.31
- Mapa 2:** Localização da Terra Indígena Buriti-MSp.33

LISTA DE FOTOS

- Foto 1:** Construção da primeira Escola Indígena Buriti..... p.40
- Foto 2:** Atual Escola Municipal Indígena Alexi na Rosa Figueiredo..... p.41
- Foto 3:** Lateral da nova escola da aldeia Buriti..... p.41
- Foto 4:** Imagem de uma aula na escola da aldeia Buriti (uso de sementes para a
confecção de colares e pulseiras) p.44
- Foto 5:** Professora explicando como se usa a semente..... p.44

LISTA DE QUADRO

- Quadro 01:** Usos linguísticos no âmbito familiar da anciã Otília Gabriel..... p. 14
- Quadro 02:** Usos linguísticos no âmbito familiar da anciã Filomena Fermino..... p.50
- Quadro 03:** Usos linguísticos no âmbito familiar da anciã Odete Bernardo..... p.55
- Quadro 04:** Usos linguísticos no âmbito familiar do ancião Domingos Fermino.....p. 59
- Quadro 05:** Uso linguístico no âmbito familiar da anciã Abadia Alves..... ..p.62
- Quadro 06:** Uso linguístico no âmbito familiar da anciã Maria Joana Fermino..... p. 65
- Quadro 07:** Uso linguístico no âmbito familiar da jovem terena Jodinesa Rodrigues Ramos..... p. 69
- Quadro 08:** Usos linguísticos no âmbito família da jovem terena Janaina Rodrigues.....p.101
- Quadro 09:** Usos linguísticos no âmbito familiar do jovem terena Dhieroti Fermino..... p.104
- Quadro 10:** Usos linguísticos no âmbito familiar do jovemterena Ariel Fermino Alcântara.....p.107
- Quadro 11:** Usos linguístico no âmbito familiar do jovem terena Messias Fermino Alcântara.....p.110
- Quadro 12:** Usos linguístico no âmbito familiar do jovem terena Welligton Mamedes..... p.113
- Quadro 13:** Usos linguísticos no âmbito familiar da jovemterena Maria Aparecida Alves Gabriel.....p.116
- Quadro 14:** Usos linguísticos no âmbito familiar do jovem terena Vitor Alcântara Batista.....p.118
- Quadro 15:** Usos linguísticos no âmbito familiar da jovem terena Ana Luiza Fermino..... p.121
- Quadro 16:** Usos linguísticos no âmbito familiar da jovem Ana Aparecida Bernardo..... p.123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – O POVO TERENA.....	18
1.O povo Terena – breve histórico.....	18
1.1 A participação dos Terena na Guerra do Paraguai e a luta contínua dos Terena pela manutenção de seus territórios.....	22
CAPÍTULO 2 –A ALDEIA BURITI	30
2. A aldeia Buriti – história, organização social e política.....	31
2.1 A Educação Indígena e a Educação Escolar Indígena na Aldeia Buriti.....	36
2.2 O ensino da língua Terena na Escola Indígena.....	45
CAPÍTULO 3 – DIAGNÓSTICO SOCIOLINGUÍSTICO DA ALDEIA BURITI.....	47
3. Sobre a realização da pesquisa.....	47
3.1 A realidade sociolinguística dos anciões da aldeia Buriti.....	47
3.1.1 Alguns apontamentos acerca dos resultados das entrevistas dos anciões.....	70
3.2. Identidade, religião, movimento político e educação segundo os professores terena.....	71
3.2.1 Alguns apontamentos sobre as entrevistas concedidas pelos professores terena.....	95
3.3 As atitudes linguísticas e o uso linguísticos de quem não fala a língua Terena mas afirma compreender em algumas medidas.....	97
3.3.1 Alguns apontamentos acerca das entrevistas concedidas pelos quem não falam a língua, mas afirmam compreender algo nas conversações com os interlocutores falantes.....	126
3.4 As atitudes linguísticas e os usos linguísticos de quem não fala e não entende a língua Terena na aldeia Buriti.....	127
3.4.1 Alguns apontamentos acerca das entrevistas concedidas por jovens que não falam e não entendem a língua Terena.....	133
CAPÍTULO 4 – POLÍTICAS LINGUÍSTICA NA ALDEIA BURITI: PROPOSTAS IMPLEMENTADAS E POSSIBILIDADES DE CRIAÇÃO DE OUTRAS PROPOSTAS.....	135
4. Políticas linguísticas.....	135
4.1 Políticas linguísticas implementadas na aldeia Buriti.....	138
4.2 Políticas Linguísticas: possibilidades de criação de outras propostas para a aldeia Buriti.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS.....	156

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas no Brasil, de uma maneira geral, têm vivenciado um processo de contato com não indígenas cada vez mais intenso, o que tem colaborado para uma série de fatores que, em via de regra, fragilizam as línguas indígenas, os conhecimentos tradicionais e modificam, em grande medida, a forma de organização social desses povos. Sabe-se que as políticas para as sociedades indígenas, ao longo da história de contato com os não-indígenas, tiveram como objetivo a assimilação e a integração à sociedade majoritária, via educação, religião, trabalho e diminuição de seus territórios. A luta contra toda essa política se torna mais visível a partir da década de 1970, quando movimentos indígenas e indigenistas passam a se organizar para defender a diversidade cultural e linguística, a manutenção dos territórios tradicionais e para garantir direitos que viabilizem o estado de manutenção de suas próprias línguas, crenças, valores, conhecimentos, terras e condições de sobrevivência em processo de contato, o que resultou na legitimação desses direitos na Constituição Federal de 1988.

Com base na Lei Magna, diversas políticas públicas e dispositivos jurídicos foram sendo criados em defesa de uma sociedade plurilíngue e pluricultural. Podemos destacar, no âmbito da Educação, por exemplo, o Decreto nº 26/91, que remove a incumbência da educação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Educação; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 1996, que ratifica o direito à Educação Escolar Indígena bilíngue e intercultural, introduzindo a discussão do multiculturalismo e da etnia para o ensino de História na Educação Básica e encaminhando ao sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura, a obrigação de desenvolver programas apropriados à Educação Escolar Indígena com respaldo técnico e financeiro; O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), publicado em 1998, que se tornou um elemento importante para o desenvolvimento de uma Educação Escolar Indígena, pois relata experiências concretas nesse modelo de educação, com um referencial teórico a partir de uma vasta bibliografia produzida por renomados antropólogos, linguistas, historiadores, pedagogos, dentre outros; o Plano Nacional de Educação, elaborado em 1997 e aprovado em 2001; tendo o objetivo de dar direção às políticas da Educação. Nele, foram planejadas importantes metas como, por exemplo, o reconhecimento da categoria *Escola Indígena*, que vai ao encontro do que está prescrito na LDB de 1996.

Ressalta-se a busca pela autonomia das escolas indígenas no texto do Plano Nacional de Educação, incluindo o respaldo na construção de magistérios indígenas e o reconhecimento do professor indígena como carreira profissional; o Parecer 14/99 e Resolução 03/99; aquele estabelece as Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das escolas indígenas, e este cria a categoria *Escola Indígena*, definida por sua localização em terras habitadas pelas comunidades indígenas, além de fazer alusão ao uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural de cada povo.

A partir dos anos 2000 – sobretudo a partir do ano 2002, foi grande a expectativa sobre as políticas públicas para as escolas indígenas, uma vez que o governo da época considerava em suas políticas os anseios dos movimentos sociais. Nesse sentido, resumidamente, podemos apontar que muitas das propostas do Plano Nacional de Educação, assim como da Resolução 03/99, ocorreram a partir da criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) que, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, lançou diversos editais específicos, visando a Educação Escolar Indígena como, por exemplo, o PROLIND, que é um programa de apoio à formação superior de professores indígenas que atuam ou atuarão em escolas indígenas de Educação Básica; além do programa Trilhas do Conhecimento que visa à produção de materiais didáticos para as escolas indígenas (MARTINS e KNAPP, 2015).

No âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram criados os Observatórios da Educação Escolar Indígena, que têm o objetivo de fomentar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em educação, procurando estimular a produção acadêmica relacionada à Educação Escolar Indígena. Outra ação da CAPES foi a criação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para a Diversidade – *PIBID Diversidade*, que tem como objetivo o aperfeiçoamento da formação inicial de professores para o exercício da docência nas escolas indígenas e do campo por meio de desenvolvimento de ações didático-pedagógicas nas escolas de Educação Básica indígenas e do campo (incluídas as escolas quilombolas, extrativistas e ribeirinhas), conforme Martins e Knapp (2015).

Importante ainda é ressaltar a Lei n. 6.861/2009 que cria os Territórios Etnoeducacionais. A idéia de garantir que se possam realizar ações específicas no que diz respeito à Educação Escolar Indígena, respeitando as especificidades de cada realidade, é extremamente relevante. Trata-se de um avanço em termos de políticas

educacionais para os povos indígenas. Por fim, a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012, CNE/CEB, a qual reforça e considera todos os dispositivos jurídicos que garantem a construção de uma Educação Escolar Indígena diferenciada, trazendo orientações para a elaboração de currículos que refletem e atendem aos anseios e desejos das comunidades indígenas.

É perceptível o avanço, no que se refere à garantia de direitos para os povos indígenas, sobretudo na educação, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Entretanto, como sabemos, há muitos entraves para a efetivação dos direitos que afetam a qualidade da Educação Escolar Indígena. Martins & Knapp (2013) destaca alguns deles:

(a) os Territórios Etnoeducacionais ainda não conseguiram ser implantados efetivamente, salvo algumas poucas ações. Mesmo funcionando em regime de colaboração, e o fato de muitos etnoterritórios já estarem com os pactos assinados, não é possível ainda que a territorialidade dos povos indígenas seja considerada na gestão das políticas públicas de educação, resultando na não efetividade dos dispositivos educacionais. Vemos que isso não ocorre por conta da divisão dos etnoterritórios, mas por conta de que, ao aplicar as políticas públicas, ainda é adotada uma divisão estadual das ações, não respeitando os limites dos etnoterritórios;

(b) mesmo com a criação das novas diretrizes para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, ainda falta clareza e diretrizes específicas aos diferentes níveis de ensino: Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Educação técnica e profissionalizante;

(c) apesar do avanço na busca pela universalização do acesso à Educação Escolar Indígena, dados do ‘educacenso’ de 2007 mostram que, de cada três alunos indígenas das séries iniciais, apenas um chega aos anos finais. Com relação ao Ensino Médio, esses dados são ainda mais preocupantes, pois de cada 16 alunos no Ensino Fundamental, apenas um tem acesso ao Ensino Médio em escolas indígenas;

(d) apesar de garantir uma organização específica às escolas indígenas, as normas do Sistema Nacional de Educação não conseguem incluir as especificidades pedagógicas e organizacionais desses estabelecimentos de ensino; não assegurando, assim, a gestão e a garantia à autonomia pedagógica;

(e) não há uma política clara e efetiva com respeito às línguas indígenas. Isso tem acontecido porque, mesmo que o Ministério da Educação conte com a participação de representantes indígenas e faça parcerias com Instituições de Ensino Superior em algumas ações, não há compromisso na hora de promover e avaliar as abordagens para a promoção das línguas maternas nas formações de docentes. Isso não garante a manutenção e o desenvolvimento satisfatório das competências e habilidades linguísticas esperadas numa proposta de Educação Escolar Indígena diferenciada, específica e bilíngue (MARTINS e KNAPP, 2013 apud KNAPP e MARTINS, 2016).

Diante disso, vemos que houve avanços para o reconhecimento da pluralidade étnica e cultural no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, e que o desafio atual não é a inclusão jurídica e o reconhecimento dos direitos indígenas, mas a real e efetiva aplicação dos direitos já consagrados.

Um outro agravante, conforme Martins e Knapp (2015), é o fato de que a legislação para as escolas indígenas não seja conhecida por todos os seus agentes, tanto professores indígenas como não-indígenas. Ela deveria ser tomada não só como um conteúdo programático obrigatório dos programas de formação dos professores, mas sua análise e interpretação deveriam ser uma competência específica a ser desenvolvida durante as formações e habilitações de professores indígenas e gestores das escolas indígenas.

Ressaltamos que, mesmo com os avanços da Educação Escolar Indígena nas últimas décadas, os povos indígenas ainda sofrem as consequências das políticas voltadas para o processo de assimilação e integração. O povo Terena, por exemplo, foi um dos primeiros povos no Brasil a experienciar a educação bilíngue trazida pelo Summer Institute of Linguistics (SIL), ainda na década de 1970. O modelo de educação bilíngue adotado, hoje compreendido como bilinguismo de substituição, favoreceu o processo de valorização da língua portuguesa em detrimento da língua indígena, o que ocasionou a geração de falantes bilíngues, inicialmente, em falantes monolíngues em português, resultando no uso funcional desta e num deslocamento gradativo da língua indígena (D'ANGELIS, 2012). Cabe ressaltar que mesmo antes desse modelo pernicioso ser implantado nas comunidades Terena, a língua portuguesa já se colocava como língua de comunicação interna e externa em diversas áreas Terena. É esse o contexto em que nos encontramos na aldeia Buriti-MS, onde boa parte da comunidade já se encontra monolíngue em português. É claro que o modelo de educação adotado não é o único responsável por essa situação, fatores de ordem religiosa, econômica, política e social contribuíram (e ainda contribuem) para esse resultado.

Em 2009, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicou um Atlas em que é apresentado a situação das línguas no mundo. Assim, com base em diferentes critérios como: número de falantes absolutos; proporção de falantes na comunidade afetada; atitudes dos membros da comunidade em relação à língua; possibilidades de a língua ocupar novos espaços na comunidade e nos meios de comunicação utilizados pela própria comunidade; natureza e qualidade da documentação disponível da língua; disponibilidade de materiais didáticos para o uso da língua no ensino em geral e no ensino da própria língua; situação da língua no âmbito em que a mesma é utilizada; políticas e atitudes em favor da língua por parte do governo e de instituições governamentais e não governamentais; transmissão da língua de

geração para geração; cada língua foi enquadrada em um dos seis níveis de vitalidade que vão de “a salvo” a “extinta”.

Quadro 01 - Níveis de vitalidade das línguas, a partir dos critérios apresentados no Atlas da UNESCO

Grau	Nível de vitalidade	Situação da língua
1	A salvo	Todas as gerações falam a língua e sua transmissão de uma geração para outra é contínua.
2	Vulnerável	A maioria das crianças fala a língua, porém seu uso pode estar restrito a determinados contextos (familiar, rituais religiosos, etc.).
3	Em perigo	As crianças já não adquirem com suas famílias a língua como língua materna.
4	Seramente em perigo	Somente os avós e as pessoas das gerações mais velhas falam a língua. Os parentes adultos dessas pessoas, embora compreendam, não falam entre si, tão pouco com seus filhos.
5	Em situação crítica	Os únicos falantes são os avós e as pessoas das gerações mais velhas, porém só usam a língua parcialmente e com escassa frequência.
6	Extinta	Não possuem falantes desde a década de 1950.

Fonte:Chamorro e Martins (2015)

Com base nos resultados apresentados pela UNESCO, a língua Terena se encontra no nível 4 “seramente em perigo”, pois, de maneira geral, somente os avós e as pessoas das gerações mais velhas falam a língua. Os parentes adultos dessas pessoas, embora compreendam, não falam entre si, tão pouco com seus filhos, salvo raras exceções. Por conta disso, temos o interesse de diagnosticar, de forma sistemática, a realidade sociolinguística da aldeia Buriti-MS, identificar as políticas linguísticas adotadas para revitalizar a língua nessa área, bem como propor outras políticas que possam auxiliar no processo de revitalização e valorização da língua, uma vez que esse é o desejo da comunidade Terena dessa região.

Destacamos que a presente pesquisa se torna importante pelo fato de que um diagnóstico da realidade sociolinguística de uma aldeia, bem como a identificação das políticas linguísticas já adotadas oferecem caminhos para o árduo trabalho de valorização, revitalização e fortalecimento linguístico. Diante disso, compreendemos que, por ser uma vontade do povo Terena da aldeia Buriti, passa a ser nossa responsabilidade pensar em meios que viabilizem a efetiva revitalização da língua em meio ao contato cada vez mais intenso com não-indígenas e com a importância que a

língua portuguesa alcançou a partir das políticas de assimilação e integração sofridas pelos Terena dessa região.

Diante disso, temos como objetivos principais realizar um diagnóstico da realidade sociolinguística da aldeia Buriti e identificar as políticas linguísticas existentes. Para tanto, nesta pesquisa buscamos compreender o processo histórico de constituição da aldeia Buriti e a manutenção dos conhecimentos linguísticos e culturais do povo Terena dessa área; identificar o nível de vitalidade da língua Terena nessa aldeia, bem como os comportamentos e atitudes dos Terena dessa área; identificar na realidade educacional da aldeia Buriti o modelo de educação e ensino bilíngue adotados na escola; reconhecer as políticas linguísticas existentes; e estabelecer propostas que viabilizam a valorização, a revitalização, o fortalecimento e ampliação de uso da língua Terena nessa aldeia.

Quanto à geração de dados, a pesquisa sobre a realidade sociolinguística da aldeia Buriti foi realizada por meio de entrevistas a partir de um questionário semiestruturado, baseando-se em Maher (2008), com adaptações. Para a identificação do modelo de educação bilíngue adotado na escola da aldeia, um estudo etnográfico foi realizado. A fim de atingir os outros objetivos aqui propostos, o estudo foi fundamentado, principalmente, em Azanha (1998) e Bittencourt (2000), para o entendimento da situação histórica do povo; e Almeida (2012), para a compreensão do processo de constituição da educação escolar indígena nessa área. Outros aspectos a serem identificados, como as políticas linguísticas existentes, foram identificados por meio de uma pesquisa etnográfica junto à escola e à comunidade.

Os sujeitos de nossa pesquisa são moradores da aldeia Buriti-MS: jovens, adultos e velhos. Destacamos que os dados coletados foram analisados com base em alguns dos critérios estabelecidos pela Unesco (2010), a saber: (a) reconhecimento da existência de falantes na área da pesquisa; (b) atitudes dos membros da comunidade em relação à língua; (c) possibilidades de a língua ocupar novos espaços na comunidade e nos meios de comunicação utilizados pela própria comunidade; (d) disponibilidade de materiais didáticos para o uso da língua no ensino em geral e no ensino da própria língua; (e) situação da língua no âmbito em que a mesma é utilizada; (f) políticas e atitudes em favor da língua por parte do governo e de instituições governamentais e não governamentais; e (g) transmissão da língua de geração para geração.

A pesquisa se deu por meio de questionários semiestruturados para a realização das entrevistas ocorridas em 2016, no período de dois meses, o que nos possibilitou ter

tempo suficiente para irmos a campo e coletar os dados e depois fazer a sistematização das informações. Todas as entrevistas foram gravadas e depois transcritas. Para além de membros da comunidade, entrevistamos também os professores terena que atuam na escola da aldeia, a fim de que tivéssemos o olhar deles a respeito das políticas de valorização e revitalização da língua Terena. Quanto aos velhos que colaboraram com este estudo, buscamos aqueles que são falantes da nossa língua, além de jovens que não falam e não entendem; e jovens que não falam, mas afirmam entender a língua em alguma medida.

Participaram da pesquisa, portanto, seis anciãos que falam a língua, dez professores terena (não-falantes), dez jovens que não falam, mas entendem algumas coisas na língua Terena, e quatro jovens que não falam e não entendem. Consideramos que esses quatro jovens representam a maioria da comunidade de forma geral, pois a maioria não é falante da língua Terena. No caso dos mais velhos, a entrevista foi completamente oral, uma vez que essas pessoas não sabem ler nem escrever muito bem. Para os outros colaboradores, além de responderem a muitas perguntas oralmente, puderam registrar no papel diversas informações constantes no questionário semiestruturado.

Cabe ressaltar que fizemos uma pesquisa de campo assim como qualquer outra pesquisa científica exige: com muito trabalho e dedicação. Durante o trabalho de campo, percebemos que foi muito produtivo e enriquecedor, e acabava por se tornar uma experiência única nesse processo. Em suma, cabe ressaltar que mesmo sendo morador da minha comunidade e tendo um conceito de que eu sabia de todas as informações, acabei por cair no engano, porque foi só através dessa pesquisa que pude realmente conhecer mais um pouco da realidade da minha comunidade, em especial da realidade sociolinguística.

Para melhor entendimento do processo de construção deste estudo, esta dissertação está organizada em 4 capítulos. No primeiro capítulo, realizamos uma breve contextualização histórico-antropológica do povo Terena. No capítulo 2, apresentamos a aldeia Buriti e a constituição da educação escolar indígena nessa área. No capítulo 3, descrevemos e discutimos a realidade sociolinguística da aldeia Buriti, a partir de um diagnóstico da real situação da língua Terena. Para a discussão sobre política, planejamento, revitalização linguística e as ações já concretizadas pelo povo Terena da aldeia Buriti, dedicamos o capítulo 4. Neste capítulo ainda realizamos uma reflexão a respeito das políticas linguísticas adotadas na aldeia Buriti e elaboramos novas

propostas que possam contribuir para o fortalecimento da língua Terena, por meio da escola e pelas mudanças de comportamento e atitudes da comunidade.

CAPÍTULO 1 – O POVO TERENA

1. O Povo Terena– um breve histórico

De acordo com Almeida (2012), os índios da etnia Terena, pertencente ao sub-grupo dos Guaná, cuja língua pertence à família linguística Aruák, viviam no Êxiva, lugar chamado pelos europeus de Chaco Paraguai. Nessa região viviam algumas nações: os Guaná, os Mbaya-Guaicuru e os Guarani.

Segundo relato dos cronistas setecentistas, as relações entre os Guaná e os Guarani nunca foram de amizade, havendo muitas histórias de conflito. Mas entre os Guaná e o povo Guaicuru, as relações eram bem amigáveis. Conforme relatos orais de anciões da aldeia Buriti, o povo Guaná era constituído de bons agricultores, ao contrário dos Guaicuru, que tinham como fonte de sobrevivência a caça e a pesca e, por isso, faziam um controle intenso de grandes territórios.

Conforme Baltazar (2010), a saída dos Terena do Êxiva deu-se pela transposição do rio Paraguai. Gradual e lentamente os Terena passaram a ocupar a região do pantanal sul mato-grossense, fazendo ali o seu novo habitat. No território brasileiro, o povo Terena enfrentou situações diversas, até porque já havia outros grupos étnicos instalados na região. Isso exigiu dos Terena muita habilidade de negociação e de cautela para sua própria sobrevivência, ao mesmo tempo em que buscavam manter a sua herança cultural.

Cabe ressaltar que esse percurso feito pelos Terena foi um dos primeiros desafios que os mesmos enfrentaram, e sempre usando os traços característicos para a sua sobrevivência, como a habilidade de negociação, conforme afirma Baltazar (2010).

Tanto documentos escritos quanto relatos orais de anciões terena da aldeia Buriti e aldeias vizinhas apontam que os Terena viveram momentos marcantes de sua trajetória, a começar por Êxiva (lugar de origem do povo Guaná, do qual descende os Terena), sendo esta a primeira das três grandes etapas da história Terena, como também destacam Bittencourt e Ladeira (2000, p. 25-26).

Os índios da etnia Terena estabeleceram-se na bacia do Rio Miranda, afluente do Rio Paraguai, em terras não inundáveis pelas cheias sazonais do pantanal sul-mato-grossense, conforme apontado por Martins (2002). O autor informa que a ocupação do território de Mato Grosso do Sul foi bastante lenta e feita com migrações em todo o decorrer do século XVIII. Um período em que os Terena ocuparam um território vasto,

dedicando-se à agricultura, e estabeleceram importantes alianças com os Guaikuru e com os não-indígenas. Bittencourt & Ladeira (2000) também afirmam que o território de Mato Grosso do Sul foi ocupado pelo Terena com a saída do Êxiva.

Cunha (1992) acrescenta que a localização exata do Êxiva foi descrita no diário de Juan Francisco Aguirre, em 1793, e que compreende uma área desde o Rio Paraguai até o Peru. No entanto, vale lembrar que todos esses processos de migração, principalmente no que diz respeito à manutenção e sobrevivência sofrida pelos índios Terena, não acabaram nesse processo migratório para o Brasil, mais precisamente na região do pantanal. É sabido que o pantanal sul-mato-grossense foi palco de grandes lutas e resistências dos índios contra a presença colonizadora na história do Brasil.

A partir da segunda metade do século XVIII, grupos pertencentes aos Guána, como os Terena, Layana, Kinikinau e Exoaladi atravessaram, portanto, o rio Paraguai e se instalaram na região do atual município de Miranda, como relata Oliveira (1960, p.27):

Os demais grupos Guána (Terena, Layana, Kinikinau e Exoaladi) teriam atravessado o rio Paraguai, em ondas sucessivas, a partir da segunda metade do século XVIII, e se instalaram na região de Miranda, entre os paralelos de 19° e 21° graus de latitude, onde foram encontrados pelos viajantes do século XIX (OLIVEIRA, 1960, p. 27).

Além dos Terena que já habitavam a baixada da serra de Maracaju, no alto Buriti, ali foram também reunidas as macro-famílias das aldeias Barreiro Vermelho e Potreirinho. Os troncos familiares formadores dessa aldeia eram compostos por grupos domésticos Echoaladi e Terena, oriundos do entorno de Miranda e que se refugiaram, quando da guerra do Brasil contra o Paraguai, na serra de Maracaju. Durante a permanência nesse local se incorporaram a grupos de famílias Kinikinau, que ali também se haviam refugiado. Findo o conflito, estabeleceram-se em grande aldeia no lugar chamado de Barreiro Vermelho, junto ao córrego do mesmo nome, a cerca de 30 quilômetros ao sudeste do Ipegue. Ali perto, outro grupo Terena havia se fixado à margem do córrego Canastrão, em local denominado Potreirinho (GABRIEL e REGINALDO, 2005).

Como relata Oliveira (1960), os Terena apresentam várias características socioculturais. A principal característica reside no papel relevante desempenhado pela agricultura na sua economia. Antigamente a agricultura dos Terena era admirada pela sua sofisticação, com a utilização até mesmo de uma espécie de arado (warere-apêti).

As outras características são as terminologias de parentesco, a estrutura social fortemente patrilinear, conforme Azanha(2004,p.2).

Ao conviver em diferentes tempos/espços no dia a dia dentro de uma comunidade indígena,torna-se fácil perceber qual é a temporalidade pela qual uma aldeia terena se movimenta. Os Terena passam horas sentados para contemplar uma manhã ou uma tarde no período de calor, chuva ou frio, acrescem como sendo um hábito não só dos índios, mas também como sendo parte da cultura sul-mato-grossense, que é o hábito de tomar mate e, principalmente, de tomar tereré. Este último de baixo de um pé de manga, laranja ou mesmo em um galpão. Na comunidade Terena todas as atividades e serviços são realizados no seu tempo, sem pressa, e essa é sem dúvida nenhuma o jeito Terena de viver e de estar no mundo.Somos calmos, tranquilos, às vezes reservados, falamos pouco, somos observadores, às vezes tímidos, outras vezes alegres e brincalhões.

Cabe ressaltar que a identificação étnica, segundo Hall (2000, p. 63), faz-se por um termo próprio, o qual é utilizado para se referir às características culturais e linguísticas. Isso envolve língua, religião, costumes, tradições, sentimento de pertencimento a um lugar, enfim, todos elementos que fazem parte de um povo e são por ele compartilhado entre os que se reconhecem como tal. Isso tem sido utilizado para diferenciar um grupo de outros grupos socialmente organizados. Nesse sentido, embora sejamos oriundos de um mesmo povo, Guaná, os Terena se distinguem dos Layana, Kinikinau e Exoaladi por esses fatores elencados.

Uma outra característica rotineira, que é bastante visível dentro de uma comunidade terena, é a valorização das anciãs e dos anciões pelos mais jovens, pois os mais velhos acabam se tornando os principais detentores dos saberes tradicionais, por isso são bastante respeitados dentro uma aldeia indígena Terena.De acordo com Almeida (2012, p. 49)para quem os anciões são considerados intelectuais, “[...] são pessoas que se distinguem pela maneira de observar os fenômenos com mais atenção e por criar métodos mais específicos para conhecê-los, decifrá-los e explicá-los”. Concordamos com Almeida, pois eles estão sempre refletindo sobre os acontecimentos, lapidando informações e transformando-as em conhecimento para discutir com o grupo.

Destacamos também que, entre nós, Terena, há uma certa facilidade de manter relações de amizade com a sociedade nacional, muito por conta de que as comunidades atualmente se encontram muito próximas de cidades vizinhas, ou muitas vezes assentamento, glebas que rodeiam as aldeias.

Altenfelder (1949) aborda um pouco em seu trabalho como era a organização social dos Terena. A família extensa constituía a unidade econômica e cooperativa, na qual as tarefas de subsistência, tais como: preparo de roças para plantio, limpeza e colheita, atividades guerreiras, confecção de cestarias, além de caça e da pesca eram atividades desenvolvidas pelos homens. Cabiam às mulheres as atividades relativas à confecção de cerâmica, fiação e cuidados caseiros.

Dentro da perspectiva de organização social patrilinear, que é a forma de organização tradicional dos Terena, filhos e filhas recebem o nome do pai, mais somente os filhos o transmitem à sua prole. Isso significa que o nome é transmitido apenas pela linhagem masculina. Um dado importante ainda é que os Terena possuem terminologias de parentesco do tipo havaiano, ou seja, os “primos”, tanto paralelo quanto cruzados, são assimilados aos “irmãos” (JUNQUEIRA, 2002, p. 25).

De acordo com Junqueira (2002, p. 25), no que diz respeito à transmissão patrilinear, na aldeia Buriti é uma realidade bastante presente e vivenciada desde os tempos mais antigos, como é até o presente momento. Os lugares onde moram as famílias extensas nessa comunidade se processam dessa maneira: o tronco das famílias ou a pessoa mais velha dessa família possui não só a atribuição de colocar os nomes nos filhos, como também é a pessoa que se preocupa com a moradia e o bem-estar dos seus entes queridos. Cabe ressaltar que as relações de parentesco dependem da organização social de cada etnia. Dessa forma, podemos encontrar variações nas sociedades indígenas, embora todos os parentes sejam importantes no contexto familiar, no carinho e no cuidado.

Destaca-se que as relações intensas entre si e com a natureza mostram ao Terena que o aprendizado é um processo sem fim. Até os mais velhos, anciões das aldeias, não deixam de aprender. Ressalta-se, no entanto, que os contatos interétnicos acabaram provocando várias mudanças no cotidiano dos povos indígenas, não só na sua alimentação como também na aquisição de ferramentas domésticas, no trabalho, nos costumes, mas principalmente na religião e na língua. Nesse sentido, as interações foram determinantes na vida e na cultura do povo Terena, assim como ocorre com outros povos indígenas em situações semelhantes.

Uma outra situação importante na história dos Terena foram as religiões ou a influência delas dentro das comunidades, assim como aponta Oliveira (1968) e Carvalho (1987). Os conflitos religiosos foram sempre desastrosos em alguns momentos da vida do grupo Terena, tendo provocado, inclusive, a cisão de algumas parentelas e o

êxodo de famílias inteiras para outras terras indígenas ou para centros urbanos. Os Terenas, apesar de todas as repressões sofridas, passaram e continuam passando por um aumento populacional, sendo a segunda maior população indígena do Estado de Mato Grosso do Sul, superados apenas pelos Guarani e Kaiowá. Os Terena contam com uma população de cerca de 16 mil indivíduos, conforme dados do Instituto Sócio Ambiental, estes baseados em dados da SESAI (2001).

Atualmente, o que se tem presenciado também é um resquício de uma forte influência religiosa e também política, o que vem causando várias discórdias e, muitas vezes, divisões entre as comunidades Terena, impedindo assim o progresso desse povo. Uma outra questão que presenciamos, principalmente neste século, são as lutas dos povos indígenas, não só do povo Terena, mas sim das demais, entendendo que exista um direito assegurado na Constituição de 1988 sobre a posse de suas terras que, ao longo dos anos, como mostra a história, foram ignorados, ou seja, o que estava assegurado dentro da Constituição Federal não foi e não está sendo respeitado pelo Estado brasileiro. Dentro dessa realidade, passou a ser muito difícil a manutenção da língua Terena em muitas das áreas fragmentadas em que nos encontramos hoje, uma vez que a necessidade de aprender português e a utilizar dessa língua para combater as injustiças e lutar pelos nossos direitos se tornaram uma prioridade, o que afetou a funcionalidade do sistema próprio de comunicação Terena com o passar dos anos.

1.1 A participação dos Terena na Guerra do Paraguai e a luta contínua dos Terena pela manutenção de seus territórios

A participação dos índios Terena na guerra do Paraguai foi considerada como sendo o segundo episódio mais importante que nosso povo já vivenciou, no período de 1864 a 1870, e que afetou profundamente a nossa vida. No entanto, relatos escritos sobre a participação dos Terena na guerra do Paraguai são escassos, há poucos registros sobre eles combatendo ao lado do exército brasileiro. Sabe-se que, por serem agricultores, forneciam alimentos aos combatentes, além de participar diretamente do conflito.

Bittencourt e Ladeira (2000, p. 59) descrevem, a partir de relatos orais da população Terena e documentos escritos pelo engenheiro e escritor Alfredo de Taunay, como foi a participação dos Terena com os combatentes ao lado do exército brasileiro, vivenciando as calamidades de uma guerra. Muitos foram mortos pela epidemia de

cólera que assolava a região. Ressaltamos que no período anterior à guerra do Paraguai, o povo Terena vivia uma vida mais harmoniosa, mantendo costumes e tradições e, possivelmente, tendo uma relação mais amigável e de solidariedade com os *purutuye* (não-indígenas) da região.

A guerra começou quando o exército de Solano Lopes, governante paraguaio, invadiu Mato Grosso em dezembro de 1864. Solano Lopes usou como pretexto para a invasão o fato de o governo de D. Pedro II ter ajudado a destituir o presidente do Uruguai, que até então era aliado do Paraguai. Ao mesmo tempo, Solano Lopes tentava conquistar territórios para ter acesso livre ao mar (BETTENCOURT e LADEIRA, 2000).

Durante a Guerra, partes da tropa brasileira era formada por escravos e negros. A esses escravos o imperador D. Pedro II havia prometido a liberdade quando o conflito acabasse. O governo brasileiro também chamou índios de Mato Grosso para combater os paraguaios. Segundo Vargas:

A importância que as sociedades indígenas representaram para o exército brasileiro na luta contra os paraguaios, como soldados e conhecedores da região, tornando-se, assim, ótimos guias, responsáveis pelo abastecimento de alimentos para os soldados brasileiros, tanto nos acampamentos da região, quanto em suas próprias aldeias; essas também serviram como refúgios para os não índios, como, por exemplo, Pirainha, aldeia Terena próxima à serra de Maracajú. Constituída provavelmente durante esse conflito, serviu de refúgio para os brasileiros durante a referida guerra, fato que pode ser comprovado pelos registros de Taunay (1931), sobre a chegada de parte do exército brasileiro em uma das aldeias Terena, demonstrando a relação que havia entre o exército brasileiro e esses índios [...] (VARGAS, 2003, p. 51).

A eclosão do conflito entre o Paraguai e o Brasil viria afetar, de forma drástica, a vida em todas as aldeias Tixané-Guaná, pois um dos palcos do conflito foi justamente em território desses povos e, como aliados que eram dos brasileiros, sofreram ataques por parte das tropas invasoras. Com isso, as aldeias existentes na região de Miranda e Aquidauana se dispersaram com seus habitantes para regiões inacessíveis, como a Serra de Maracaju (ALMEIDA, 2012).

A maior consequência que se pode relatar sobre a participação dos índios terena nesse processo histórico que foi a guerra do Paraguai é a mudança radical que acabou ocorrendo na vida dos Terena. Finda a guerra, o quadro político social dos Terena se alterou radicalmente, passaram a se relacionar com grupos de brasileiros mais

heterogêneos na sua composição, e mais oportunistas. Nesses novos tempos, a antiga relação de respeito e dependência mútua foi modificada (AZANHA, 2000).

Ainda sobre essa questão, Ladeira traz a seguinte afirmação:

Muitas terras de posse dos índios foram assim tomadas e vendidas em leilão; justamente daqueles índios que não eram mais “selvagens” e viviam pacificamente com os chamados “civilizados”. Esta era uma nova situação da história da propriedade da terra no Brasil e afetou muito a vida dos grupos indígenas. Pela primeira vez o governo do Império estabelecia em lei a diferença entre “índio bravo – índio manso”. O “índio bravo” era selvagem porque defendia através das armas a sua terra, e nesse caso o governo reconhecia sua posse. Agora, o “índio manso” não brigava mais, então podia ser expropriado de sua terra. E esta era a condição do povo terena. A Guerra do Paraguai marcou profundamente a história dos Guaná. Como vimos, um dos palcos do conflito foi justamente em território deste povo, que aliado dos brasileiros, sofreram ataques e represálias por parte das tropas paraguaias. É quase certo que todas as aldeias então existentes na região dos rios Miranda e Aquidauana desapareceram, com seus habitantes buscando refúgio nas serras de Maracajú e Bodoquena (LADEIRA, 2001, p. 76).

Ainda com relação às consequências negativas que foram sentidas pelo povo terena, Azanhatraz a seguinte afirmação:

A guerra entre o Paraguai e o Brasil representou o marco histórico da passagem da sociedade Terena tradicional para a sociedade moderna e a dispersão das aldeias, evento social que provocou a passagem. O significado social e cultural desta dispersão pode ser assim resumido: os Terena antes da guerra se estruturavam em estratos sociais hierarquizados, especialmente organizados em aldeias redondas e com população numerosa, produzindo excedentes que fundamentavam uma relação de troca recíproca com uma rarefeita população neobrasileira (AZANHA, 2000, p. 89).

Após a Guerra do Paraguai, o terceiro fator que corresponde ao momento também mais marcante para os Terena, e que significou a perda da maior parte do seu território, período considerado como o tempo da servidão, foi a delimitação das reservas, iniciada com a chegada da Comissão da Construtora das Linhas Telegráficas Chefiada por Rondon. Nesse período, até o presente momento, houve, assim, perdas bastante significativas em relação ao povo Terena, devido a uma aproximação bastante grande com a população não indígena, os *purutuye*, e daí ocasionando mais fortemente mudanças nos hábitos e costumes dos Terena.

Segundo Nobre (1998), os Terenas territorializaram as terras brasileiras em três momentos distintos: antes da guerra do Paraguai, na região do sul de Mato Grosso; no

período da Guerra, no qual alguns se refugiaram pelos rios Aquidauana e Miranda e, mais tarde, nas reservas já constituídas na região. Os Terenas, como já foi dito anteriormente, foram os primeiros a ocupar a região de Miranda, seguidos pelos não-indígenas na contínua busca pelo ouro, e que fundaram as povoações em Cuiabá, Albuquerque e Vila Maria.

Para dominar a região, porém, os não indígenas precisavam do conhecimento e da parceria dos povos indígenas que por ali viviam. Além de garantir gente para morar na posse das terras, precisavam também de trabalhadores. Nessa situação, os Terena se viam na necessidade de colocar em prática suas negociações de convívio, que se pautava em aliar-se aos mais fortes, no caso, os colonizadores; e dominarem os mais fracos do que eles, índios de outras etnias, e ainda mantinham relações de cortesia com grupos semelhantes, tudo isso quando lhes convinham (VARGAS, 2003).

É sabido que a luta pela manutenção do território dos Terena começou desde antes da guerra do Paraguai, quando o governo brasileiro havia prometido manter os seus territórios, mas acabou se intensificando no período pós-guerra.

Mesmo se estabelecendo em territórios de pequeno porte em Mato Grosso, os Terenacomeçaram a sofrer pressão, agora não mais do governo, e sim das grandes fazendas que os rodeavam: “os fazendeiros, ou seja, os novos proprietários não mais os queriam por perto. Os *osamigos* que foram durante a guerra deixaram de existir e tornaram-se os *empecilhos* para concretização da política indigenista brasileira” (VARGAS, 2003, p. 55).

Consideramos umas das maiores consequências nesse período a perda de boa parte dos territórios onde os Terenas ficaram cercados pelas fazendas de gado, tendo suas plantações destruídas. Outros migraram para lugares mais distantes com a intenção de levarem uma vida melhor, e até mesmo se empregarem nas próprias fazendas vizinhas, onde também acabavam sendo explorados, sendo esses fatos considerados prejudiciais na preservação dos territórios tradicionais.

Os Terena dificilmente aceitavam a servidão nas fazendas e muitas vezes acabavam se rebelando contra os próprios fazendeiros. Mesmo vivendo fora de suas aldeias, os mais velhos nunca deixavam de ser Terena, nunca se esqueceram de que eles eram Terena. Além do sofrimento e da perda de territórios resultantes da guerra, Marechal Cândido Mariano Rondon nos fez de mão-de-obra na construção dos telégrafos, o que revela o processo de exploração pelo qual passamos:

A construção desse ramal do telégrafo exigia muita mão-de-obra e Rondon passou a convencer os índios para ajudar nos trabalhos de instalação da linha. Os primeiros índios que participaram dos trabalhos da comissão foram os Boróro. Quando a linha telegráfica chegou à margem do rio Taquari, os Boróro não quiseram mais continuar seu trabalho. Dali para a frente, disseram eles, estava o território dos Guaicuru e dos Terena. E, a partir daquele momento, o trabalho dos Boróro foi substituído pelo dos Terena, que participaram das atividades da Comissão até o final (LADEIRA, 2000, pp. 80-81).

No período do pós-guerra, os Terena se veem obrigados a incorporar uma nova forma de viver, submetendo-se muitas vezes aos costumes dos *purutuyeda* região, o que foi observado por Azanha (2002, p. 78) como um entorno de populações heterogêneas e oportunistas, aventureiras e ambiciosas.

Desde o final da guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, o processo migratório nas proximidades das aldeias terena provocou uma fragilização dos laços de parentesco e também no que se refere à posse das terras e loteamentos de áreas coletivas. Segundo Vieira:

A demarcação permitiu que o governo liberasse o restante das terras para frentes expansionistas de criação de gado e, posteriormente, a plantação de soja. Como fator importante no processo de ocupação, o governo implementou a política integracionista dos indígenas considerados arredios ou não “civilizados”, com o objetivo de transformá-los em pequenos produtores rurais. Em consequência dessa política, a população indígena foi confinada em pequenas glebas de terras, possibilitando o trabalho de catequeses dos missionários com os indígenas (VIEIRA, 2004,p. 28).

Cabe ressaltar que a legislação existente expressa claramente o reconhecimento da primazia do direito dos índios sobre suas terras. Em 1827, a Câmara da Vila de Barcelona em Minas Gerais, ao se pronunciar sobre a consulta prévia acerca das terras que mais conviriam para aldeamentos de índios, declara que “deve ser arbítrio e escolha dos mesmos índios: parece injustiça que ao dono da casa se determine lugar para sua estada” (CUNHA,1992,p.15).

A partir de relatos, principalmente de nossos anciões, começamos a compreender esse processo de luta pelos territórios tradicionais e que vem se estendendo de geração a geração. Destacamos que o povo Terena poderia estar em um patamar bastante tranquilo, primeiro por poder ser considerado originário dessas terras, segundo por outras contribuições significativas como, por exemplo, a luta na guerra contra o Paraguai, com o intuito de proteger os próprios territórios, no entanto o que

vemos hoje é um cenário bastante preocupante desde muitos anos atrás até o presente momento, de muito sofrimento, de desolação, e até mesmo de mortalidade em algumas regiões em favor de suas terras.

Ano após ano, todas as propostas, objetivos e ideais do SPI fundado por Rondon havia se perdido em meio aos domínios e opressões dos não-índios junto ao órgão. Qualquer tipo de voz indígena era bloqueado pelo Serviço de “*Proteção ao Índio*”, ou seja, um ideal que iniciou com “proteção” terminou em “imposição”. “O SPI mostrava para os Terena que ali, nas reservas indígenas, eles viviam por concessão, como se o governo estivesse fazendo um favor” (LADEIRA, 2001, p. 97).

A questão territorial, ou seja, a disputa pela terra, tanto pelo lado dos indígenas quanto pelo lado dos proprietários rurais tem motivado uma grande polêmica no Brasil, em especial no estado de Mato Grosso do Sul que, nos últimos anos, tem ganhado uma repercussão muito grande internacionalmente, muito por conta dos conflitos e morte pelo lado dos indígenas.

A situação territorial dos Terena não fica a quem no grau de importância para o estado brasileiro resolver, falando especificamente da Terra Indígena Buriti, desde o ano 2000 já havia movimento de retomada na busca pelo território dos Terena daquela região. Já nas terras indígenas Taunay/Ipegue e Cachoeirinha, que correspondem aos municípios de Aquidauana e Miranda, a iniciativa se deu um pouco mais tarde, na preocupação de fazer as retomadas nessas duas terras indígenas. Segue abaixo a situação de como se encontram as terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul:

Terra Indígena Buriti Fazenda (retomadas)

1-Fazenda Buriti

2-Fazenda 3R

3-Fazenda Querência São José (Terra Vida)

4-Fazenda Cambará

5-Fazenda Bom Jesus

6-Fazenda Lindóia

7-Fazenda Santo Antonio

8-Fazenda Varjão do Buriti

9-Fazenda Vista Alegre

As fazendas citadas acima se encontram ocupadas pelos Terena, correspondem a uma área total de 17.200 hectares, os quais reivindicamos como território tradicional, e

a situação jurídica que essa terra se encontra, a partir dos estudos antropológicos, resultou numa Portaria declaratória, porém, por decisão judicial, essa Portaria foi extinta, expedida pelo Ministério da Justiça.

A situação da Terra Indígena de Taunay/Ipegue tem ocupação pelos índios Terena nas seguintes fazendas:

- 1- Cristalina
- 2- Maria do Carmo
- 3- Esperança
- 4- Ouro preto

Sobre a situação jurídica dessa área, temos conhecimento de que também existe uma Portaria declaratória.

A Terra Indígena Cachoeirinha é constituída pelas seguintes fazendas que estão retomadas:

- 1- Retomada Mãe Terra
- 2- Pilad rebuá

Encontram-se na mesma situação jurídica das outras. Cabe ressaltar ainda que em algumas Terras Indígenas há relatos que houve retomadas de suas terras tradicionais e também relatos de que há terras sendo consideradas território indígena, como é o caso da aldeia Lalima, localizada no município de Miranda, que se encontra nesse processo; e as Terras Indígenas no município de Nioaque, que precisam passar por um processo de estudo, e criação de grupo de trabalho, enfim trâmites legais que são de responsabilidade da Funai.

Cabe destacar ainda que, com o término do conflito com o Paraguai, as terras das aldeias passaram a ser disputadas por oficiais e soldados desmobilizados do exército imperial e comerciantes que lucraram com a guerra. A nova leva migratória de ex-combatentes em relação aos índios era fundada na prepotência e no desprezo ao “bugre”. Observa-se que com a dispersão das aldeias, provocada pela guerra, poderia ter sido um evento passageiro e sem poder suficiente para abalar e transfigurar inapelavelmente a estrutura social Terena, contudo, foi a perda das suas bases territoriais tradicionais que acarretou uma alteração drástica no modo de viver com a população regional, agora já não mais rarefeita (AZANHA, 2000).

Nesse sentido, os Terena passaram de fornecedores de bens e produtos para suprir a mão de obra para uma sociedade regional em processo de constituição. A

quebra da autonomia política dos Terena foi a quebra da autonomia econômica (AZANHA, 2000, p. 32).

Foi em nichos precários, localizados em pequenas parcelas de seu antigo território, agora esbulhado por terceiros, que os Terena conseguiram estabelecer uma nova sociedade, construída com os fragmentos da antiga estrutura social, em um processo gradual de sedimentação social por agregação paulatina de alguns grupos domésticos de diferentes aldeias tradicionais. Desceram a serra de Maracaju e outras regiões e, aos poucos, foram se instalando na Invernada Buriti, porém isso se deu somente a partir da década de 1920.

De acordo com Pereira (2009, p. 158), a tradição terena sofreu profundas transformações, sobretudo, a partir da década de 1920, com o início das atividades administrativas do SPI e da ação missionária protestante. Nesse sentido, nós, Terena, tivemos que fazer importantes concessões em nossa tradição ao sistema imposto: adotamos um formato organizacional implantado nas reservas para não assumirmos uma condição de completa inferioridade social ou mesmo para preservarmos a existência física de nossas famílias. Para Pereira (idem), “insistir em determinadas práticas culturais contribuiria para reforçar e referendar estereótipos sobre a população indígena, mantidos pelos funcionários do SPI, missionários e pela população regional em geral”. Foi dessa forma que nos distanciamos da língua Terena e, gradativamente, a substituímos pelo português na aldeia Buriti, pois esta era a porta de entrada das instituições governamentais e não-governamentais que exerciam atividades em nossa área, a fim de cumprir com o projeto nacional de integração e assimilação dos povos indígenas à sociedade brasileira.

Sobre a aldeia Buriti, especificamente, apresentamos algumas informações no próximo capítulo desta dissertação.

CAPÍTULO 2 –A ALDEIA BURITI

2. A aldeia Buriti – história, organização social e política

A aldeia Buriti é uma das aldeias de mais recente formação e se localiza desde o Município de Dois Irmãos do Buriti à Sidrolândia, a 72,6 km de Campo Grande. Registros do SPI, de 1923, informam que havia neste período em torno de 420 pessoas (OLIVEIRA, 1976).

Atualmente possui cerca de 1.050 pessoas residentes na aldeia, tendo como base econômica a agricultura e a renda dos funcionários municipais e estaduais, principalmente da área de saúde e educação, onde os mesmos complementam a renda familiar própria de cada um e da comunidade.

A religião predominante é a católica, o que contribuiu para que, com exceção de alguns anciões, língua materna Terena deixasse de ser falada, portanto, entre os motivos que levaram a uma substituição gradativa da língua Terena pela língua portuguesa foi a influência religiosa.

Sobre a atual organização política da aldeia, destacamos a seguinte estrutura de poder: um cacique, vice-cacique e suas lideranças e um vereador, todos escolhidos pela própria comunidade para nos representar localmente.

A aldeia Buriti está organizada em vilas, e nas mesmas moram aproximadamente entre 10 e 20 famílias tradicionais, o que Pereira (2009) tem denominado de tronco familiar. A aldeia possui água tratada, energia elétrica, escolas, posto de saúde e um posto da Funai.

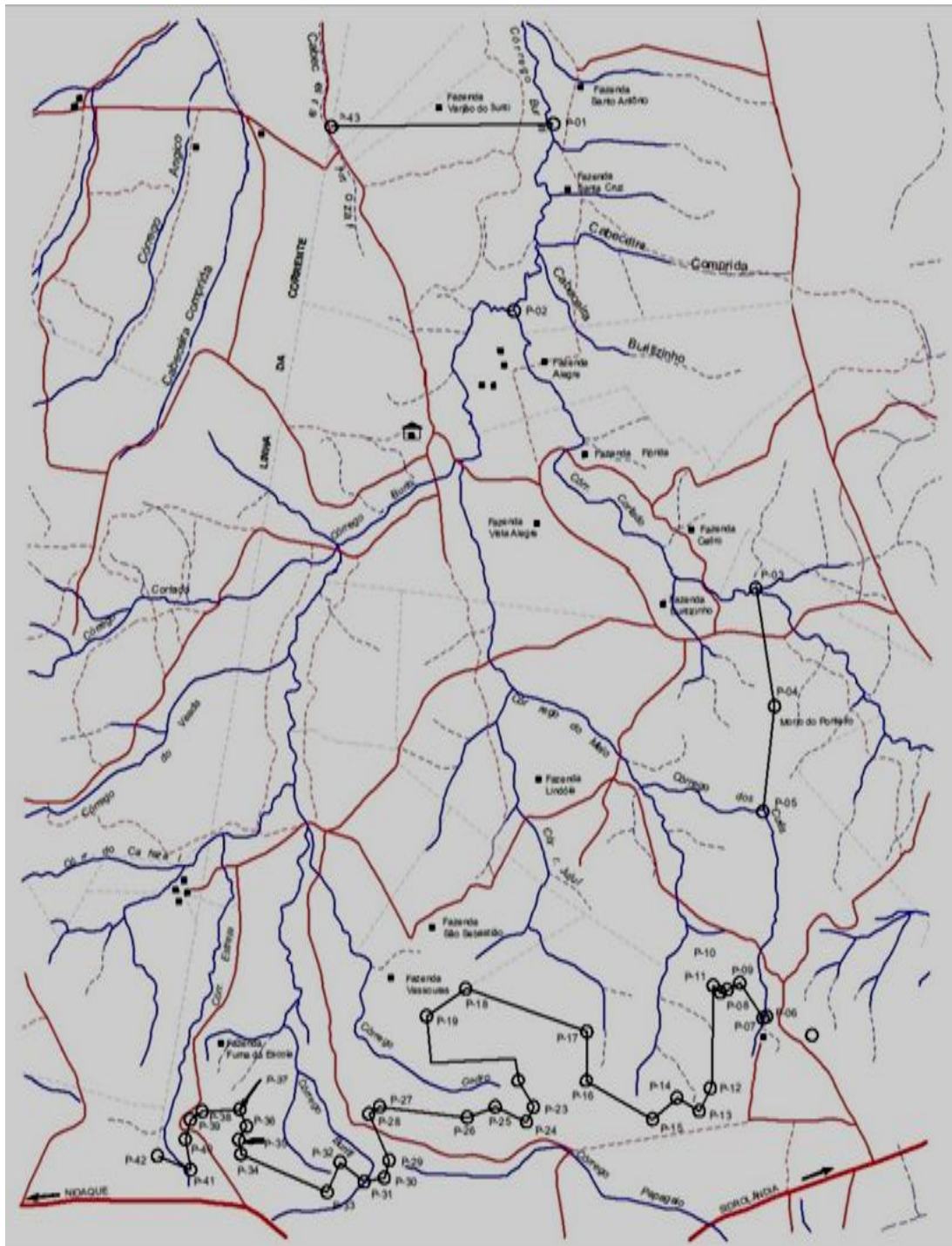
A medicina tradicional, assim como a benzeção, ainda é praticada e usada na comunidade Terena da aldeia Buriti, bem como o uso e a prática recorrente das nossas danças tradicionais, como as do Bate-Pau e do Siputrena.

No alto Buriti, os grupos domésticos, principais oriundos da bacia do Palmeiras e Taboco, eram das famílias Mamede, Silva, Reginaldo, Rodrigues e Teófilo e passaram a ocupar a região do córrego do Barreirinho (*EEKÁKOE*), afluente da margem esquerda do Buriti (*MOTAWAKÁKOE*). Nesta região, os grupos domésticos citados se estabeleceram, passando a viver das suas roças, da criação de seu pequeno rebanho, da caça e da coleta, (AZANHA, 2000).

A seguir, a figura do mapa mostra um pouco da realidade e as ocupações que foram feitas pelos Terena que desceram a Serra de Maracaju após a guerra da Tríplice Aliança, ou seja, mostra as aldeias que foram se formando pelas famílias extensas.

esbulho dessas terras e a apropriação de forma ilícita feita pelos fazendeiros dessa região. O Mapa 2, a seguir, mostra a aldeia Buriti cercada pelas fazendas de propriedade de fazendeiros que obtiveram os títulos cedidas pelo Estado de Mato Grosso.

Mapa 2: Localização da Terra Indígena Buriti-MS



Fonte: Leite (2011)

LEGENDA

	RODOVIA TRANSITÁVEL O ANO TODO
	RODOVIA TRANSITÁVEL EM TEMPO BOM
	CAMINHO
	RIO PERMANENTE
	RIO INTERMITENTE
	CERCA
	PONTO DIGITALIZADO - DIREÇÃO DA CORRENTE
	FAZENDA
	POSTO INDÍGENA

O Mapa 2 mostra o território que os Terena do Buriti tinham e como eles foram sendo esbulhados pelos Proprietários da Fazenda, tendo sempre o apoio do então Estado de Mato Grosso. Os índios da etnia Terena da aldeia Buriti passaram ao longo do tempo por um processo de esbulho dos seus territórios, como consequência, o território que era de aproximadamente 32.000 hectares foi reduzido para 2.090 hectares. E é perceptível que os Terenas conseguiram através de negociações, articulações que são de natureza própria e resistência, ressignificar sua cultura e também sua identidade própria. A história foi maciçamente suprimida, sistematicamente desonrada e incessantemente negada e, apesar de tudo que ocorreu, as etnias sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras. Sabe-se que existem as forças dominantes que ameaçam subjugar todas as culturas que aparecem, impondo uma mesmice cultural homogeneizante (HALL, 2003).

A aldeia indígena Buriti, como já afirmamos, é uma das aldeias mais recentes no que tange à sua criação. Desde quando foi criada, sempre se manteve autônoma e independente politicamente. Estruturalmente, a aldeia Buriti se organiza da seguinte maneira, não se diferenciando das demais aldeias Terena, ela é representada pela figura de um cacique e um vice-cacique e suas lideranças tradicionais, e atualmente é também representado por um vereador indígena dentro do município de Dois Irmãos do Buriti, e aí vem sendo subdividida por vilas que correspondem às famílias extensas, a saber:

- 1- Vila Nova – Líder Desiderio
- 2- Vila Cruzeiro – Líder Reinaldo
- 3- Vila Cerradinho – Líder Sebastião
- 4- Vila Nascente – Líder Humberto
- 5- Vila Verón – Líder Gilmar
- 6- Vila Cará – Líder Jair
- 7- Vila Roberto – Líder Luciano
- 8- Vila Gabriel – Líder Vilso
- 9- Vila-Isabel – Líder Arildo
- 10- Vila São Sebastião – Líder Laucir
- 11- Vila Varjão – Líder Carlos
- 12- Vila Sete de setembro – Líder João Alves
- 13- Vila André – Líder Oenison
- 14- Vila Ouro Verde – Líder Cassiano

Cabe um esclarecimento sobre essa subdivisão das vilas. São constituídas por moradores que residem na aldeia indígena Buriti, cada uma dessas Vilas foram assim formadas pelas famílias extensas que moram ali. Trago aqui um exemplo da Vila Nova e a sua formação foi dada pelo tronco, ou seja, pela pessoa mais velha daquela família, que é o senhor Ezidorio Mamede. Por meio dele, foi sendo povoada a região por seus filhos, filhas, netos e netas.

Em relação aos líderes dessas Vilas, são escolhidos pelos próprios moradores que ali residem, e a sua função é de ajudar na fiscalização, organização e buscar melhorias para a aldeia, tanto no trabalho social, político e religioso, quanto em seus aspectos culturais, fazendo esse trabalho em conjunto com o cacique que é o líder maior da comunidade.

Segundo Azanha(2000), a aldeia Buriti é uma unidade social aberta a qualquer Terena, inclusive de outra reserva, diferentemente do que se passa nas outras unidades sociais (aldeia). As residências, por sua vez, se estabelecem em determinado setor, tendo como foco aglutinador as parentelas: unidade social de maior densidade: “Essa parentela é constituída por grupos domésticos ligados por laços familiares (esposas, filhos e netos) e seus agregados eventuais (filhos adotivos, primos ou tios), centrado e organizado pela figura de um chefe, o pai, ou com a morte deste, o irmão mais velho” (AZANHA, 2000, p. 145).

O apoio mútuo, inclusive político, é a regra, o que não quer dizer que não ocorra problemas e cisões. Aparentemente, o que garante a unidade, o crescimento e o peso político das famílias extensas é a capacidade de liderança e aglutinação do seu chefe, ou seja, sua capacidade em ampliar e manter solidário o grupo de irmãos (AZANHA, 2000).

Atualmente na aldeia Buriti o processo de organização social, cultural, religiosa e política são aspectos bastante importantes para a manutenção de nossa sobrevivência enquanto comunidade tradicional. Um outro fator importante é que na vida dos Terena do Buriti a luta por seus territórios é marca registrada dessa comunidade. A aldeia, através de suas lideranças, sempre se preocupou em buscar a retomada de suas terras tradicionais. Trata-se de umas das aldeias que mais busca os seus direitos e se posiciona muito firmemente naquilo que almeja.

A concordância e a discordância também fazem parte dos traços característicos dessa comunidade, essa forma coletiva de se organizar, pensar, discutir fez com que

desde 2000 até o presente momento a aldeia Buriti nunca tenha ficado sem um representante Terena dentro da Câmara Municipal de Dois Irmãos do Buriti-MS.

Sobre a organização geográfica da aldeia, podemos afirmar que a mesma se divide da seguinte maneira: são 135 residências distribuídas pelas 14 Vilas, nas quais moram as famílias extensas.

Observa-se que os Terena da Aldeia Buriti sobreviveram a todas as tentativas de implantação de políticas públicas que impunham a eles uma conversão de brasileiros sem identidade, para que seus territórios fossem transformados em fazendas de agronegócios para, assim, extinguir de vez uma população para a qual era negada a sua existência, a sua cultura e a sua identidade, para não criar problemas no futuro. Dessa forma, os patrícios da comunidade sempre carregam a responsabilidade do desafio que o cenário do estado brasileiro apresenta de injustiça contra os Povos Indígenas. É possível perceber, a partir de tudo isso, que existe uma necessidade dos Terena da Aldeia Buriti em dialogar com povos de outras etnias e com o estado ocidentalizado para que possam manter a sobrevivência organizacional e cultural.

2.1 A Educação Indígena e a Educação Escolar Indígena na Aldeia Buriti

A educação indígena já esteve ligada à catequese dos índios e, dessa forma, desconsideravam-se os mitos, suas crenças e hábitos indígenas na aldeia Buriti. No entanto, nossos conhecimentos têm sido mantidos através de vários esforços, no sentido de preservar a maneira e a cultura do povo. É sabido que os Terena da Terra Indígena Buriti, mais especificamente da aldeia Buriti, em sua maioria, não falam mais a sua língua materna, com raríssimas exceções, mas eles ainda preservam parte da educação que foi passado ou deixado pelos anciões que já se foram.

As famílias terena preservam muito os costumes, principalmente os cuidados com as crianças, tais como: recolher as roupas do varal, não torcer as roupas do bebê, recolher os brinquedos ao entardecer, não amamentar a criança com as pernas direcionadas para onde o sol se põe. Diz a tradição terena que se deixarmos as roupas e brinquedos fora de casa ao entardecer, o “espírito mal” (ÊNO HÔ’I) pode tocar nas roupas e brinquedos das crianças. Nesse caso, elas podem adoecer e até morrer. Não se deve torcer a roupa do bebê, porque ele pode desenvolver cólicas; não se deve também amamentar as crianças com as pernas direcionadas para onde o sol se põe, porque ela

começa a chorar por vários dias, nos mesmos horários, até que o sol se põe e pode até morrer de tanto chorar.

Para desfazer esse mal, seguindo os costumes terena, há soluções como a benção. Esse costume terena ainda é utilizado e respeitado no cotidiano das aldeias. Como mencionamos anteriormente, essa é uma das formas educacionais que os índios Terena ainda fazem e que são repassados de geração a geração.

A constituição da educação indígena desde a Invernada Buriti sempre se deu através da oralidade que, segundo Moniot (1979, p. 79), “é tudo aquilo que é transmitido pela boca e pela memória. Esse pode ser um saber difuso em cada sociedade, transmitido mais ou menos amplamente pela educação e em favor das circunstâncias práticas da vida”. Um fator que é considerado importantíssimo e que constitui a identidade étnica de um grupo ou de uma etnia é a oralidade. Moniot afirma que “a língua materna de uma comunidade é um dos componentes mais importantes de sua cultura, constituindo o código com que se organiza e mantém integrado todo o conhecimento acumulado ao longo das gerações” (1979, p. 26). Sobre esse aspecto, Le Goff ressalta que:

a memória coletiva se aplica de forma funcional nas sociedades sem escrita, pois um dos seus interesses através dessa memória é a identidade coletiva do grupo. A memória e a identidade exercem grande ligação, sendo o primeiro elemento constituinte do sentimento de identidade, e que essa identidade é um elo com a história passada e com a memória do grupo, onde a identidade é fortalecida através da memória, sendo que esta última mantém a coesão do grupo (LE GOFF, 1982, p. 16).

A memória evoca os elementos do passado e faz com que possamos entender o tempo presente. Uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos. Esses antecedentes são obtidos através da memória, que traz do passado as indagações feitas no presente. Cada pessoa no momento em que evoca suas lembranças está trazendo para o presente aquilo que foi selecionado, pois nossas memórias são seletivas (LE GOFF, 1982).

Os estudos de antropologia, segundo Cohn (2000), voltados à questão indígena, mostram que a participação das crianças é ativa na vida social e na construção de sentidos, a partir das vivências e interações diárias. Melià (1999, p. 16) afirma que “alteridade indígena como fruto da ação pedagógica não só manterá sua diferença, mas

também poderá contribuir para que haja um mundo mais humano, de pessoas livres na sua alteridade”.

Os Terena da aldeia Buriti educam seus filhos e outros parentes, para que neles se incorporem os verdadeiros Terenas que neles existem, assim fortalecem suas características de sobrevivência, com isso estudam, e através do estudo melhoram de vida.

A educação das crianças na aldeia Buriti abrange aspectos que muitas vezes ultrapassam a cultura indígena, sempre procurando dialogar com a cultura não indígena. Uma das características do jeito de viver dos Terena é de permitir que as crianças brinquem com quem desejam e na hora em que eles desejam. As amizades entre os patrícios, tanto de outras etnias quanto os não-indígenas, são pautadas na primazia do respeito de os mesmos conhecerem primeiro com quem estão lidando, para depois darem uma possibilidade de se fazer amizade.

Segundo Cohn (2000), é possível aprender algo em qualquer relação social, com qualquer membro do grupo indígena. Um educa o outro, todos educam todos. O eixo deste processo é a aprendizagem constante. Esta se dá de todo modo e em qualquer relação. O interesse e a motivação para o aprendizado são individuais. A criança solicita a alguém que domina o conhecimento para que lhe ensine. Esse alguém nem sempre é um parente mais próximo a ela. O repertório de conhecimento da criança é dado pela iniciativa e não pela posição social. Este aprende o tempo todo e em qualquer lugar, o que tem ocorrido também entre os Terena do Buriti.

Os estudos de Carvalho (2004) mostram três valores que norteiam a educação indígena: a tradição oral (a oralidade é a base), a ação (as crianças estão sempre envolvidas nas atividades com os adultos) e o exemplo (as pessoas mais velhas garantem o legado dos antepassados). Esses valores indicam quão sensível e sensata é a educação oferecida às crianças indígenas, e é compartilhada e vivenciada também pelas crianças da aldeia Buriti.

Na aldeia Buriti, os momentos de educação da criança combinam atividades formais e informais com concepções próprias sobre o que deve ser aprendido. Qualquer evento é uma possibilidade de aprendizado. Seja nas atividades de rotina ou nos festejos formais, a criança aprende a se expressar, comunicar e atualizar suas relações sociais; constituindo-se em momentos de socialização importantes. Diante dos mais velhos, são geralmente contidas em sinal de respeito. Tudo o que é vivido está carregado de

significado. Esses significados dão sentido de pertença étnica, pois tratam de aspectos de si mesmos e do lugar que ocupam no mundo (COHN, 2000).

O cenário que sempre presenciamos, desde a chegada das primeiras caravelas em meados do século XVI, foi sempre o mesmo sistema de imposição junto aos Povos indígenas de maneira geral; e a educação escolar não foi diferente, sempre seguiu esse mesmo processo de ordenamento junto às comunidades indígenas que, grosso modo, era de “catequizar, civilizar e integrar”.

Como explica Dias da Silva (1997, p. 53) “a implantação da política integracionista/assimilacionista para os povos indígenas, no Brasil, deu-se, desde sua origem, através de leis que tiveram como fim último a prerrogativa da integração (“incorporação”)”. Assim, a implantação do sistema educacional no Posto Indígena de Nacionalização Buriti não foge a essa regra de querer “integrar ou incorporar” o índio à sociedade nacional.

Alguns documentos comprovam a real intenção do SPI através dos seus funcionários em submeter a comunidade terena do Buriti no modelo da base nacional, conforme o relatório escolar de 31 de dezembro de 1959. Um dos pontos que implicam nessa intenção do SPI era que a funcionária que ministrava as aulas naquele período pudesse aplicar, ou seja, colocar em prática o currículo nacional. Dessa forma a aculturação iria sobrepor ao apagamento de toda a cultura Terena. Vale ressaltar que uma forma de rodízio era feita entre os funcionários do SPI, para que os mesmos ministrassem as aulas. Entre eles, alguns índios Terena que pertenciam à aldeia Buriti. Um deles foi o Professor Ramão Pinto Alves, que sempre ousava ir além, ensinando a língua materna Terena, porém nunca obteve êxito pelo rígido controle com que o SPI mantinha seus funcionários.

Atualmente a escola da aldeia Buriti é a Escola Pólo, criada através da Lei Municipal n.175, de 23 de outubro de 2001, e denominada Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo. A parte administrativa tem uma diretora escolhida pela comunidade e um coordenador pedagógico, uma secretária e dois assistentes administrativos, formando-se assim o eixo norteador dessa escola.

Sobre o corpo docente, a escola dispõe de 25 professores, todos moradores da própria comunidade, e atendendo uma quantidade de 185 alunos matriculados desde a pré-escola até o Nono Ano do Ensino Fundamental. Atualmente a escola traz, em seu Projeto Político Pedagógico, a ideia de fortalecimento da identidade da comunidade, nos

seus aspectos sociais, como a educação, religião, agricultura, meio ambiente e a cultura tradicional do povo Terena e, em especial, a cultura da aldeia Buriti.

Em relação ao quadro estrutural da escola, ela é composta atualmente de uma sala de direção, uma sala de coordenação, uma secretaria, uma sala de professores, uma cozinha, dois banheiros (masculino e feminino) e oito salas de aula, porém apenas seis delas estão em funcionamento nos períodos matutino e vespertino. A escola Alexina também dispõe de uma quadra de esportes e uma oca que serve para reuniões.

Foto 1: construção da primeira Escola Indígena Buriti



Fonte: Juscelino Bernardo Figueiredo

A foto acima mostra o início da construção da primeira escola criada sob a tutela do SPI. No início de seu funcionamento, o currículo da escola era unicamente de base nacional, somente com as disciplinas convencionais da Educação Básica. Nunca sendo permitido ensinar o que seria de interesse da comunidade, como a língua Terena.

Sobre o início da escola, poderíamos dizer que funcionou como um pano de fundo de como representava a educação escolar Terena na aldeia Buriti, como um apagamento da nossa cultura, mitos, lendas e principalmente a língua Terena. Essa situação de descaso com as comunidades Terena é transposto pelo depoimento de um Professor Terena que prestava serviço ao SPI naquela época, o senhor Armando Gabriel:

Os chefes de posto que por aqui passaram nunca se preocuparam em saber se as crianças sabiam ler, escrever e fazer conta, para eles as crianças sabendo escrever o nome já tava bom! Agora o Ramão não aceitava isso! Ele ensina a ler, escrever e fazer conta e ainda ensinava a língua materna escondido, pois era proibido falar o terena na escola e arredores do posto. O Ramão se preocupava com a nossa língua materna, por isso ele foi mandado embora da escola, ele não obedecia ao chefe do posto (ARMANDO GABRIEL, 2007).

Isso nos faz acreditar que os anos para essa comunidade foi de bastante imposição, que a voz do Terena nunca era ouvida. Destaco que essa prática ainda

persiste na gestão dos nossos governantes, nesse caso persiste nos nossos secretários de educação, tanto municipal quanto estadual.

Foto 2: Atual Escola Municipal Indígena Alexi na Rosa Figueiredo



Fonte:Almeida (2012)

Foto 3: lateral da nova escola da aldeia Buriti



Fonte: arquivos pessoais do autor (2017)

Ressaltamos que o nome da Escola Alexina foi em menção à esposa do primeiro Cacique da aldeia Buriti, que era uma das melhores parteiras que a comunidade já teve.

Uma outra qualidade da Alexina é que ela viveu 115 anos, por esses motivos é que a comunidade resolveu fazer essa homenagem a essa anciã.

Sobre seu funcionamento enquanto instituição, é uma escola que nos últimos quatro anos recebeu um novo prédio, com mais infraestrutura, dando uma melhor qualidade aos alunos e funcionários. Aqui abrimos um parêntese para informar que nas dependências da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo mantida pelo Município de Dois Irmãos do Buriti, funcionam também as atividades escolares da Escola Estadual Indígena Natividade Alcântara Marques, criada pelo decreto nº 13.184, de 10 de maio de 2011, em atendimento aos alunos que cursam o Ensino Médio regular e o projeto EJA, tendo sua funcionalidade no período noturno.

O corpo administrativo dessa escola é constituído de uma diretora não indígena, um coordenador pedagógico, e uma secretária, também não indígena. Quanto aos agentes de limpeza, merendeiras, todos são indígenas e moradores da própria comunidade. Em relação aos professores que trabalham na Escola Estadual Natividade Alcântara Marques, é basicamente o mesmo corpo docente que atende a escola Alexina, pautada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN- Lei nº 9.394/96, que regulamenta e normatiza a educação nacional, e que explicita com muita clareza quais são as responsabilidades e as especificidades da Educação Escolar Indígena, deixando claro e transparente a diferenciação da escola indígena em relação às outras escolas do sistema vigente em questão, pelo bilinguismo e pela interculturalidade. E é através desse direito assegurado que as escolas da aldeia, por meio de seus Professores, dos seus Projetos Políticos Pedagógicos, tentam despontar, buscando o seu espaço no anseio de colocar em prática os seus saberes culturais, fecha parêntese.

No entanto, cabe ressaltar que a Alexina é uma Escola que ainda se depara com algumas imposições que a Secretaria Municipal de Educação tenta fazer com que a mesma venha a seguir principalmente o currículo da base comum, ou melhor, da base nacional, seguindo ainda esse modelo de educação, com algumas exceções, pois na grade curricular é contemplado a disciplina de língua Terena, a disciplina de Artes, e, nesses dois últimos anos, o grupo de Professores decidiu, com o apoio das lideranças, que a Escola trabalhasse a disciplina de questões indígenas.

Segundo Brand (2001), o principal desafio para que ocorra a efetivação de uma escola indígena intercultural consiste na discussão e no oferecimento de condições necessárias para uma educação intercultural, especialmente, no que se refere à

autonomia e ao estabelecimento de relações mais igualitárias entre os povos indígenas, a sociedade civil e o Estado.

Os professores indígenas procuram, através dos seus planejamentos e também do direcionamento da sua ação pedagógica, efetivar o seu trabalho junto aos alunos, visando sempre a formação de cidadãos que no dia a dia compartilham de um mesmo espaço, não permitindo, entretanto, que essa diferença se traduza em desigualdades, e em exclusão social.

A escola da aldeia Buriti se tornou uma instituição que só pode ser pensada como um espaço de troca de diálogos, descobertas e convivências. Neste ambiente a escola é um espaço que constitui uma realidade de relação para todos da mesma cultura.

Conforme conversas com alguns professores da Escola Alexina, em um período de uns quatro anos atrás, a mesma tinha poucos recursos, ou seja, materiais para a elaboração de uma aula com mais qualidade, mas atualmente, com o anseio da comunidade escolar em trabalhar a educação terena para os alunos, pensou-se primeiramente em conscientização do corpo docente, e essa conscientização se deu através de seminários na escola, reuniões com os pais, ouvindo os anciões da comunidade, fazendo leitura de vários decretos, leis que garantem uma educação diferenciada, dando-lhes autonomia no seu fazer pedagógico, a partir das reflexões feitas, passaram a reformular o Projeto Político Pedagógico da escola.

Foram dados os primeiros passos seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, que tem como objetivo contribuir para que os povos indígenas tenham assegurado o direito a uma educação de qualidade, que respeite e valorize seus conhecimentos e saberes tradicionais, e permite que tenham acesso a conhecimentos universais, de forma a participarem ativamente como cidadãos plenos do país (BRASIL, 1999b, p. 2).

Observa-se que o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo teve as suas modificações, baseando-se na forma educacional dos Terenas da aldeia Buriti. Em conversas, os professores da escola refletem sobre a escola que queremos, como nesse depoimento da Professora Edineide Bernardo Farias:

É fundamental que a escola parta da educação, que hoje se tornou uma arma pra nós, antes a gente tinha o arco e flecha, a borduna, hoje não, hoje é a educação que vai fazer essa diferença, é com ela que a gente vai fazer grandes conquistas, até mesmo em questão hoje da terra, nós estamos aí nesse processo da retomada, e a partir de estudo da educação que a gente vai ter essas conquistas, e é por isso que a

comunidade precisa dessa discussão, do contexto escolar, incentivar os alunos, jovens, crianças pra estar estudando daqui a pouco formar, por exemplo, dentro da comunidade não tem nenhum advogado, quem sabe se tivesse, a gente estaria em outra situação melhor (FARIAS, ANO DO DEPOIMENTO).

Foto 4: imagem de uma aula na escola da aldeia Buriti (uso de sementes para a confecção de colares e pulseiras)



Fonte: arquivos pessoais do autor (2017)

As aulas para os Terena da aldeia, ou melhor, para os professores da aldeia Buriti, constituem a busca de uma identificação enquanto indígena, como demonstrado na foto 5:

Foto 5: Professora explicando como se usa a semente



Fonte: arquivo pessoal do autor (2017)

Na imagem acima é possível visualizar a professora explicando aos alunos uma das possibilidades de uso de sementes, para que serve, de qual árvore ela é extraída e o principal, falar do reflorestamento para não deixar acabar as árvores do qual foram retiradas as sementes.

2.2 O ensino da língua Terena na Escola Indígena

Sobre as aulas que são ofertadas na escola Alexina Rosa Figueiredo, primeiramente é importante ressaltar que é uma escola de categoria indígena a começar pelos professores que ali trabalham, todos indígenas, e quase noventa por cento têm sua formação em nível superior. No entanto, em geral, não é uma formação específica e diferenciada, o que resulta numa dificuldade de se colocar em prática, mais precisamente, na sala de aula, a educação escolar indígena diferenciada. O currículo da escola é basicamente o mesmo da rede municipal de ensino, salvo algumas exceções que atendam o desejo dos professores em ministrar aulas na língua Terena, artes e questões indígenas.

Essas imposições, esse medo de romper com o currículo escolar, tanto na esfera municipal e estadual, faz com que as nossas escolas indígenas atrasem ainda mais a vida da nossa educação escolar indígena. Uma vez que ela está viva, mas falta a coragem de fazermos ela caminhar. Acredito que para que a educação Terena possa ser colocada em prática, é preciso que haja uma aceitação por completo por parte dos professores indígenas, mas também sabemos que existe ainda um grau elevadíssimo de dificuldades, receio e, muitas vezes, dúvidas ainda no corpo docente e, até certo ponto, o medo em largar o modelo educacional da base comum.

Falando especificamente da escola Alexina Rosa Figueiredo, observa-se que muitas aulas são ministradas seguidas rigidamente o conteúdo da base comum nacional, embora haja uma necessidade de aprender os conteúdos da base comum, é importante que se construa um currículo a partir do conhecimento indígena.

Mas dentro da sala de aula os professores da escola Alexina, em sua maioria, procuram desempenhar o seu papel de ensinar e passar as informações que os vários segmentos da nossa cultura possam oferecer, como a foto 5 nos mostra a professora ensinando os seus alunos a usarem as sementes, procurar através de pesquisa construir a importância das sementes, enfim um leque de ensinamento para ambas as partes.

Em relação à língua Terena, é sabido que nós, da comunidade da aldeia Buriti, não somos mais falantes da nossa língua (com raríssimas exceções), por isso as aulas que são oferecidas na escola têm uma função fundamental no ensino para os nossos alunos. Segue o relato de um professor que dá as aulas de língua Terena:

Eu dou aula de língua terena usando sempre a oralidade, principalmente dos alunos iniciante do como é o caso do pré, mas também em alguns momentos eu uso a escrita para não ficar cansativo para eles, a oralidade é muitas vezes por meio de desenhos, de música, enfim é isso. [...] as coisas básicas que geralmente eu ensino é que o alunos tem no dia-a-dia tipo nome de frutas, nome de animais, aves, e cumprimentos. [...] já do sexto ano a cima é ensinado algumas regras básicas da língua terena, logicamente que passa por leituras em terena, traduções enfim (OENISON ANDRÉ, 2017).

Observando o relato do professor que ministra aulas de língua Terena na escola Alexina, abrimos para um questionamento de que a escola está procurando fazer ações em prol da língua Terena, mas é preciso que haja mais políticas linguísticas que venham a atender não só o ambiente escolar como também o familiar. Pensando nisso, realizamos um diagnóstico sociolinguístico cujos resultados encontram-se no próximo capítulo desta dissertação. A partir da pesquisa de campo, pudemos verificar que em outros espaços da aldeia a comunidade terena acredita que a língua Terena possa ser utilizada e ensinada àqueles que desejam aprender a usar a língua em contextos de interação com outros falantes. Além disso, foi possível verificar também o quão limitado ainda é o ensino de língua Terena na escola indígena, uma vez que faltam materiais didáticos específicos para esse ensino e formações continuadas para os professores responsáveis por essa disciplina, de modo a imprimir maior qualidade no trabalho com a língua, com o intuito de desenvolver competências e habilidades linguísticas necessárias para o uso da língua no ambiente escolar e não escolar.

CAPÍTULO 3

DIAGNÓSTICO SOCIOLINGUÍSTICO DA ALDEIA BURITI

3. Sobre a realização da pesquisa

A pesquisa sociolinguística foi realizada na aldeia Buriti, localizada na Reserva Indígena Buriti e teve como propósito identificar os comportamentos e atitudes linguísticas do povo Terena dessa área, além de fazer o leitor desta dissertação conhecer um pouco da visão dos Terena da aldeia Buriti sobre as questões relacionadas à língua, ao território, aos conhecimentos tradicionais, à identidade e à necessidade ou não de assumir a diferença cultural diante de outras etnias e diante do não-indígena. Para tanto, por meio de um questionário sociolinguístico (MAHER, 2008, com adaptações), realizamos a pesquisa com os seguintes grupos: anciões, jovens e professores terena. Esta etapa do estudo teve como principal objetivo construir políticas linguísticas que viabilizem o processo de revitalização da língua Terena na aldeia Buriti, além de avaliarmos as políticas linguísticas já existentes, como o intuito de aprimorá-las, tudo em prol de uma resistência ao desaparecimento da língua Terena nessa área.

Conforme apontamos no capítulo anterior, a população da aldeia Buriti gira em torno de 1.050 moradores. Optamos por não realizar a pesquisa com todos os moradores da aldeia, tendo em vista que a realidade dos sujeitos da pesquisa representa a realidade sociolinguística da aldeia como um todo. Neste capítulo, portanto, apresentamos e discutimos os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo. Cabe destacar que todas as entrevistas foram gravadas no ano de 2016, transcritas e analisadas no ano de 2017. Cabe destacar que sou morador da aldeia e já conheço um pouco dessa realidade que passo a sistematizar aqui. Tenho 29 anos, e faço parte da geração de indígenas da aldeia Buriti que não adquiriu a língua Terena como língua materna.

3.1 A realidade sociolinguística dos anciões da aldeia Buriti

A pesquisa foi realizada com seis dos sete anciões que vivem na aldeia Buriti. A idade varia de 54 a 88 anos. Entre eles, temos cinco mulheres e 1 homem, o que revela que as mulheres têm vivido por mais tempo dentro dessa realidade. Entre os

questionamentos, consideramos importantes saber dos anciões suas atitudes linguísticas, grau de instrução, práticas de letramento na aldeia, aprendizado da língua Terena na aldeia, o ensino da língua Terena na escola indígena da aldeia, os usos linguísticos no âmbito da comunidade nas várias situações comunicativas e os usos linguísticos no âmbito familiar do entrevistado.

Entrevista com a anciã Otilia Gabriel

Otilia Gabriel, 88 anos, sexo feminino e sempre viveu na aldeia Buriti. Ela informou que é bilíngue desde criança e que aprendeu as duas línguas simultaneamente, não apresentando dificuldades de falar nenhuma das línguas, considera-se uma bilíngue fluente tanto em língua Terena quanto em língua portuguesa. Ela estudou até a segunda série (3º Ano) do Ensino Fundamental I.

Ao ser perguntada qual língua considera mais bonita, ela informa que é a língua Terena e acha isso porque enquanto índio, deve considerar bonito o que é próprio dele: “Ah pra mim é a nossa língua, porque eu acho... porquenós somos índios neh” (O. GABRIEL, 2016).

Em termos de uso social da língua, o português passou a ser a língua mais funcional, tendo em vista que Otilia Gabriel já não tem com quem usar a língua no dia a dia, porque as pessoas com quem ela se relaciona só falam português. O uso da língua Terena, nesse caso, tornou-se mais restrito: “aqui em casa eu uso agora a outra, o português” e acrescenta que o uso da língua Terena é realizado com pessoas da família e outras pessoas da aldeia: “Eu converso com alguém daqui da minha família e outras pessoas daqui da aldeia, eu converso aqui em casa mais” (O. GABRIEL, 2016).

Sobre as práticas de letramento na língua Terena e na língua portuguesa, Otilia Gabriel informa que sabe ler um pouco em português, mas não sabe ler nem escrever em Terena. O uso da língua é predominantemente oral: “olha mais ou menos eu sei ler em português, mas eu costume mais falar na nossa língua Terena também” (O. GABRIEL, 2016).

Ao ser questionada sobre o ensino de línguas na escola, Otilia Gabriel considerou importante o trabalho com a língua Terena. Na sua opinião, isso ajudaria os alunos a usar a língua que já não é mais falada por essa geração: “a importância disso (do ensino da língua Terena) [...] acho que é para ajudar os alunos a falarem, acho que tinha que ensinar nossa língua Terena” (GABRIEL, 2016). Diante disso, percebe-se que Otilia Gabriel encontra-se distante da escola e de sua forma de funcionamento, pois a

língua Terena já é ensinada na escola há uns quinze anos, mas só recentemente é que foi aceita no currículo oficial da escola como disciplina. Nesse sentido, percebe-se que ainda aproveitamos mal os únicos falantes nativos da língua Terena que moram na aldeia Buriti.

A colaboradora da pesquisa colocou que tem medo de a língua Terena desaparecer por completo e acredita que a sobrevivência dessa língua depende das próprias famílias: “ainda eu tenho esse medo (da língua Terena morrer), porque depende muito das famílias” (O. GABRIEL, 2016). Essa fala revela a preocupação de uma senhora de 88 anos sobre a necessidade de criar condições para que a língua não venha a desaparecer. Em sua opinião, uma forma de manter a língua viva é transmiti-la de geração em geração: “aqui em casa agente falava com as crianças, deveria ser feito assim com as outras” (O. GABRIEL, 2016). Na verdade, a colaboradora evidencia o seu desejo de que a língua Terena possa ser utilizada na comunicação diária dentro da sua comunidade ou, pelo menos, que ela pudesse ter a oportunidade de usar a sua língua materna ao se comunicar com outras pessoas: “se eu pudesse, eu falava todos os dias (em Terena)” (O. GABRIEL, 2016).

No que se refere ao nível de importância de usar a língua Terena na comunidade, Otilia Gabriel afirma que gosta de falar e sabe falar essa língua, o que demonstra sua atitude positiva sobre um sistema de comunicação que, com o passar do tempo, foi perdendo a sua funcionalidade para outras pessoas da mesma comunidade. No entanto, ela não sabe como tornar a sua língua funcional novamente, ou mesmo se isso um dia será possível, mas tem ciência da existência de outros falantes Terena na comunidade.

No que se refere a aspectos culturais próprios dos Terena, mesmo com a perda linguística gradativa, Gabriel acredita que a cultura Terena na aldeia Buriti permanece viva e não vê necessidade de que haja mudanças culturais. Ela resume o povo Terena como um povo de luta: “nós somos um povo guerreiro” e tem o desejo de que esse povo permaneça lutando para novas conquistas.

Com relação à prática de leitura e escrita na aldeia, Otilia Gabriel afirma que isso só se dá na língua portuguesa. Cartas, bilhetes, jornais, revistas, cartazes, avisos, materiais religiosos (Bíblia, panfletos, hinários, orações, rezas etc.), histórias, mitos, anotações pessoais, relatórios, atas de reuniões, notícias, tarefas escolares, letras de música e livros diversos, todos escritos em língua portuguesa. O que leva o português a ser a única língua funcional na modalidade escrita.

Por meio das informações apresentadas pela indígena Otília Gabriel e por meio do meu próprio conhecimento, a língua Terena tem alcançado um espaço na escola indígena, tornando-se um componente curricular do Ensino Fundamental e Médio, mas ela desconhece outros ambientes de aprendizagem da língua. Também desconhece alguma estratégia de revitalização da língua e da cultura Terena: “Eu nunca ouvi falar nada disso, mas a escola deve fazer alguma coisa” (O. GABRIEL, 2016).

Ainda sobre o conhecimento do ensino da língua Terena na escola, Otília Gabriel informa que há dois professores que ensinam a língua na escola e que o critério de escolha desses professores é apresentar algum domínio linguístico dessa língua. Cabe acrescentar, neste momento, que esses professores não receberam formação para ensinar uma língua como sendo segunda língua.

Sobre os usos linguísticos no âmbito da comunidade nas várias situações comunicativas, de acordo com Otília Gabriel, vai predominar o uso da língua portuguesa, independentemente se há indígenas e não indígenas. As situações comunicativas elencadas para a coleta dessas informações foram as seguintes: reuniões internas da comunidade (assembleias políticas), reuniões sobre projetos da comunidade, festas tradicionais, cerimônias religiosas, durante a confecção de artesanato/cerâmica, pescarias, caçadas, brincadeiras das crianças, durante as rodas de mate/tereré¹, durante as atividades na roça (plantio, colheita, na hora de carpir, etc.).

Ao ser perguntada em que língua ela sonha, respondeu que é em português, o que revela uma funcionalidade maior da língua portuguesa, mesmo entre os falantes nativos de língua Terena. Ainda conforme o ponto de vista da Otília Gabriel, já não se contam nem se ouvem histórias e mitos em Terena, o que ocorria com muita frequência no passado: “Antes aqui na aldeia a gente ouvia falar muitas histórias, agora é meio difícil isso acontecer [...] acho que as coisas vão mudando” (O. GABRIEL, 2016).

Apresentamos a seguir o quadro que resume o uso linguístico no âmbito familiar da entrevistada:

Quadro 02: Usos linguísticos no âmbito familiar da anciã Otília Gabriel

	SÓ LI	SÓ LP	LI = LP	MAIS LI	MAIS LP
Língua de interação entre marido e mulher					X
Língua de interação entre mãe e filhos					X

¹ Algumas vezes se usa a língua Terena para convidar ou para agradecer (GABRIEL, 2016).

Língua de interação entre pai e filhos			X		
Língua de interação entre avô e netos					X
Língua de interação entre avó e netos					X
Língua utilizada durante as refeições					X
Língua utilizada nas brincadeiras infantis					X
Língua utilizada nas brincadeiras tradicionais					X
Há alguma outra situação no âmbito de sua família que você deseje relatar?					Não

Pelo quadro acima é possível concluir que, embora a língua Terena não tenha funcionalidade na aldeia Buriti, na casa de Otília Gabriel, em alguns momentos, se faz uso dessa língua.

Sobre os lugares em que a entrevistada acha que poderia usar a língua Terena, ela afirma positivamente que todos os espaços da aldeia essa língua poderia ter lugar: na escola, em casa, nos jogos de futebol, nas reuniões, nas viagens, nas brincadeiras, nas festas, na igreja, no trabalho, no comércio e nas instituições do Governo (onde houver Terena para conversar). Isso indica o desejo que Otília Gabriel possui em ver sua língua tornando-se funcional novamente. E isso se confirma ao ser questionada com quem ela gostaria de conversar em Terena. Basicamente, ela respondeu que seu desejo seria conversar com todas as pessoas com quem tem algum tipo de relação social: professores, irmãs, irmãos, primos, filhos, amigos em geral e lideranças políticas da aldeia.

Entrevista com a anciã Filomena Fermino

Em relação à colaboradora Filomena Fermino, que é moradora da aldeia Buriti e, em 2016, tinha 72 anos de idade, ela afirma que aprendeu a falar a língua Terena primeiro, porque seus pais falavam com ela, e acrescenta dizendo que a sua língua materna, na sua opinião, é mais fácil. Ao ser perguntada qual é a língua mais bonita, segundo Filomena, sem dúvida, é a língua terena “Ah sem dúvida eu acho a minha língua mais bonita porque aqui no Buriti nem todos são mais falantes” (F. FERMINO 2016), isto é, torna-se mais bonita por não ser utilizada por todos.

Em termos de uso linguístico, Filomena aponta como sendo de funcionalidade a língua portuguesa, porque, segundo ela, na nossa comunidade a população que reside aqui já não fala mais a língua Terena, ou seja, ela, ao se comunicar, acaba se comunicando em português porque, para Filomena, ao falar dessa forma fica mais fácil o entendimento das outras pessoas. Filomena traz em sua fala um grau de importância muito grande na prática e uso da língua Terena, porque na nossa comunidade ela ainda faz o uso dessa ferramenta com quem a entende e ainda pratica na sua aldeia: “Sim, com todos que eu sei que ainda fala a língua Terena daqui da aldeia e também com outras pessoas de outras comunidades indígenas que sabem falar”(F. FERMINO, 2016).

A nossa colaboradora, que faz parte de um segmento privilegiado no que tange ao uso da língua Terena, também demonstra um domínio bastante grande em relação à língua portuguesa, porque, ao ser perguntada se ela fala em português na aldeia onde a mesma mora, ela responde que conversa com a maioria das pessoas e pontua ainda que ela só usa mais o português porque a maioria da comunidade não usa ou fala mais o nosso idioma materno. Afirma ainda que o uso linguístico do português acontece nos ambientes mais familiares e fora, tais como na sua casa, nas ruas, com os vizinhos. Filomena traz uma afirmação em relação à sua leitura e à escrita na língua Terena, e sua opinião sobre o porquê ela não aprendeu a ler nem escrever na língua materna: “ler, eu quase não sei ler, porque não frequentei quase a escola, porque os tempos antigamente era mais difícil irmos para a escola, mas só sei falar em Terena e entendo”(F. FERMINO, 2016).

No que diz respeito à língua Terena, como sendo uma língua a ser ensinada principalmente na escola, Filomena deixa claro o desejo de que a sua língua materna pudesse ser ensinada na escola da comunidade local, enfatizando que não possa ser apenas uma disciplina, deixando a sua afirmação que a língua Terena deveria ser ensinada para priorizar principalmente os jovens que não falam mais o nosso idioma, no entanto, ela reforça que a língua de instrução na escola terena deveria ser o idioma materno para que, segundo ela, nós pudéssemos começar a falar desde a base.

A colaboradora da nossa pesquisa, ao ser perguntada sobre a possibilidade da língua terena desaparecer, é bem enfática na sua resposta: “uns tempos eu pensei que poderia acontecer, mas vejo alguns professores tentando falar, algumas pessoas, então acho que com isso agente consegue resgatar nossa língua”(F. FERMINO, 2016).

Relacionado à manutenção da língua, mais precisamente a ações que a comunidade poderia desenvolver para que a língua pudesse se tornar mais presente no

cotidiano das famílias da comunidade terena, onde Filomena reside, segundo a mesma é preciso que primeiramente a comunidade queira voltar a falar, que só a partir daí possamos pensar em ações mais concretas como bem discorre Filomena: “então, primeiro as pessoas tem que querer voltar a falar, na escola tem que ter mais aulas para os alunos” (F. FERMINO, 2016).

Uma situação positiva em relação aos processos de revitalização, de resgate da língua aqui na aldeia Buriti, é o posicionamento que a nossa colaboradora tem sobre a vontade de querer falar sem exceção, isso mostra que essa geração parece estar vivendo um quase apagamento da língua Terena aqui na nossa região, ainda acredita que a nossa língua materna possa estar presente no nosso dia a dia, como ela bem pontua que a mesma procura usar a língua todos os dias, mas também não deixando de ressaltar que às vezes fica difícil falar, porque as pessoas não falam mais nossa língua Terena.

No que tange ao papel que a língua Terena possa ter aqui na nossa comunidade, Filomena pontua que esse papel seria de ajudar aos nossos patrícios a voltar a falar. Segundo Filomena, se todos começassem a praticar, ficaria bom para o entendimento e, a partir desse princípio de importância, o ambiente em torno da nossa língua passaria de uma simples vontade, mas sim de compromisso, responsabilidade no seio da comunidade. Nessa situação de alinhamento em torno de nossos posicionamentos sob a língua Terena, nossa anciã diz que é importante usar a língua na nossa comunidade pelo intuito de ajudar as pessoas da aldeia a falar novamente e, segundo seu modo de ver, a nossa comunidade possa ser, a partir daí, como ela era antes: uma comunidade de falantes de nossa língua.

Uma das perguntas feitas a nossa anciã relacionada à atitude que a nossa comunidade poderia ter em relação à língua Terena, ela teve uma resposta bastante precisa sobre essa questão. Segundo Filomena, “atitude de reunir a comunidade de fazer alguma coisa para os jovens praticar, vê se na escola é possível ensinar mais” (F. FERMINO, 2016).

Mediante a esse posicionamento da nossa entrevistada, quando perguntamos a ela sobre seu ponto de vista a respeito das coisas mais importantes da cultura Terena, ela gostaria que a nossa comunidade preservasse primeiro a nossa língua, depois as outras coisas que compõem a cultura na nossa comunidade, isso mostra o quanto essa geração tem compromisso com a nossa língua Terena.

Esse ambiente de fortalecimento, que a geração de Filomena teve para manter preservada a nossa língua Terena, é justificado porque a mesma nunca deixou de

frequentar ou estar em situações de comunicação e de uso. Quando ela foi questionada sobre o conhecimento ou não de alguém que fala a língua Terena, ela respondeu afirmativamente. E, com isso, Filomena tem a credibilidade de dizer que nós somos um povo *Hanaiti* “grande”, e que podemos discutir propostas de avanços significativos para o maior desafio que a comunidade da aldeia Buriti tem: a revitalização de nossa língua.

Sobre o grau de instrução que a nossa entrevistada apresenta, a mesma tem pouco grau de escolaridade, apenas a primeira série. Quanto às práticas de leitura e escrita aqui na aldeia Buriti, a entrevistada confirma que isso se faz basicamente por meio de jornais, revistas, cartazes, avisos, materiais religiosos (Bíblia, panfletos, hinários, orações, rezas etc.), mas que a mesma não possui um hábito de leitura desses materiais, além de histórias e mitos, anotações pessoais (caderno), relatórios (de viagem, de reuniões, etc.), atas de reuniões, notícias, tarefas escolares, letras de música e livros diversos, sabendo que todos são escritos na língua portuguesa.

Filomena, em suas respostas, traz uma situação de ensino-aprendizagem da língua Terena na aldeia Buriti. Segundo ela, no Buriti já teve aprendizado sobre essa matéria, e confirma que basicamente o único lugar que ocorre o aprendizado é na escola, localizada na comunidade. Quando ela é questionada para descrever como é feita essa aprendizagem, a mesma diz o seguinte: “eu não sei muito bem na escola, mas aqui em casa agente procura ensinar começando a falar as palavras básicas” (F. FERMINO, 2016).

Aos 72 anos de idade, nossa anciã discorre com muita firmeza quando ela é perguntada sobre material ou estratégia de revitalização da língua e cultura terena. Ela afirma que a maneira mais viável é se ensinar na roda do mate, ou do tereré, isso mostra o quanto esse posicionamento é reflexivo para a conduta que nossa comunidade poderia seguir, uma vez que esse momento é uma prática diária e de muita interação entre as pessoas da comunidade. Apesar do presente distanciamento que nossos anciões têm da nossa escola, a nossa colaboradora respondeu certo o quantitativo de professores, como também a forma de escolha dos professores que trabalham com a língua Terena na aldeia Buriti, mostra que essa informação precisa é fruto da percepção da organização social de valorização dos mais velhos.

No que diz respeito às aulas de língua Terena, aqui na nossa comunidade, mais precisamente quantos alunos assistem às aulas, a informação novamente é bastante precisa, onde nossa colaboradora diz que são todos os alunos, tendo uma faixa etária de 3 anos acima, mas, apesar de todos os estudantes assistirem às aulas, ainda acabam

ficando refém do ensino escolar tradicional, não tendo um outro ambiente para se fazer progredir esse ensinamento fora do ambiente escolar.

No que diz respeito à situação de uso linguístico no âmbito da comunidade, seja ela nas assembleias políticas, reuniões sobre os projetos da comunidade, essas reuniões acabam ocorrendo na língua portuguesa, independente se há outras pessoas, seja ela indígena ou não. Mediante a situação de uso da língua Terena durante as festas tradicionais, bem como as festas religiosas, as pescarias, a confecção de artesanato, durante as caçadas, brincadeira das crianças, durante as atividades nas roças, e até nos sonhos na comunidade, a língua predominante é a língua portuguesa, porém a nossa colaboradora faz uma ressalva que, no dia de trabalho (benzeção), costuma-se usar a língua Terena.

Relacionado aos falantes da língua Terena aqui na aldeia Buriti, ao ser perguntada se eles costumam contar histórias, mitos e lendas, a mesma diz que “contam, mas em português. E é difícil você achar família que conta essas histórias, o tempo vai mudando e vai acabando ou perdendo o costume” (F. FERMINO, 2016). A seguir, apresentamos um quadro que resume a situação linguística do âmbito familiar da entrevistada.

Quadro 03: Usos linguísticos no âmbito familiar da anciã Filomena Fermino

	SÓ LI	SÓ LP	LI = LP	MAIS LI	MAIS LP
Língua de interação entre marido e mulher					X
Língua de interação entre mãe e filhos					X
Língua de interação entre pai e filhos					X
Língua de interação entre avô e netos					X
Língua de interação entre avó e netos			X		
Língua utilizada durante as refeições					X
Língua utilizada nas brincadeiras infantis					X
Língua utilizada nas brincadeiras tradicionais					X
Há alguma outra situação no âmbito de sua família que você deseje relatar?					Não

Podemos observar no quadro 2 que, embora Filomena seja uma falante nativa da língua Terena, demonstra claramente que no seu âmbito familiar essa língua possui um espaço muito tímido na interação, uma vez que todos os outros membros familiares possuem apenas o português como língua de comunicação, o que reduz o uso da língua Terena por quem ainda a conhece.

Relacionado aos lugares em que a entrevistada acha que poderia ser de uso da língua Terena, ela destaca o ambiente escolar, a casa dos alunos, as partidas de futebol, as reuniões da comunidade, as brincadeiras das crianças, as festas da comunidade, os cultos nas igrejas e o ambiente de trabalho. Sobre o desejo do entrevistado em conversar na língua Terena, a nossa colaboradora diz que com os professores da escola, com seus familiares, com seus colegas e amigos em geral, e também com os Terena de outras comunidades.

Entrevista com a anciã Odete Bernardo

A nossa anciã Odete Bernardo, em 2016 tinha 60 anos de idade e, ao ser perguntada sobre que língua ela aprendeu a falar primeiro e qual o seu posicionamento do porquê ter aprendido a falar a língua Terena primeiro, a mesma diz que aprendeu a falar com sua mãe. Ao mesmo tempo quando ela foi questionada que língua ela achava mais fácil de falar, Odete diz que se fosse para ela falar mesmo seria a língua Terena, porque agora ela também já aprendeu a falar o português. A nossa entrevistada diz que, para ela, a língua mais bonita é a língua Terena como discurremos a seguir: “bonita, bonita eu acho a nossa língua Terena” (O. BERNARDO, 2016).

Relacionado ao uso da língua, por parte da nossa entrevistada, ela responde que sempre usou a nossa língua Terena, mas que agora também usa mais o português, facilitando a sua comunicação com outras pessoas. Nesse sentido, quando Odete é questionada se conversa em Terena com alguém onde ela mora, responde que conversa muitas vezes com seus netos, filhos, mas, por outro lado, ela sabe que nem tudo que ela fala as pessoas acabam entendendo.

A nossa colaboradora também fala do uso linguístico da língua portuguesa, ou seja, se ela se comunica em português na aldeia onde mora. A mesma responde o seguinte: “ahh! eu converso com a maioria das pessoas em todos os lugares” (O. BERNARDO, 2016).

Em termos de leitura e escrita na língua Terena, o segmento dos nossos entrevistados, mais precisamente Odete, enfatiza que costuma mais é falar na língua em

vez de fazer leituras, isso demonstra também que a escolarização em períodos anteriores já era mais complicada. Por outro lado, quando se pergunta a ela que língua deveria ser ensinada na escola, primeiro a nossa colaboradora diz que ela sempre pensou que deveria ser a nossa língua Terena, assim sendo, em sua opinião, a língua de instrução deveria também ser a nossa língua Terena para ajudar a falar mesmo quem não sabe.

Nesse sentido, ao analisarmos a situação da nossa língua na aldeia Burity, perguntamos a nossa colaboradora se a língua Terena pode desaparecer, ela nos respondeu da seguinte maneira: “eu tenho medo que sim, mas tem a escola neh, agente vê alguns jovens já falando algumas coisas, isso é muito bom” (O. BERNARDO, 2016).

Em meio a esse questionamento feito à nossa entrevistada, indagamos com mais um questionamento sobre algumas ações ou o que poderia ser feito, em prol da língua Terena, onde a mesma afirma que ela não havia pensado nada sobre essa questão, mas achava que deveria ser pensada por nossas lideranças, para que alguma coisa pudesse ser feita.

Entendemos que a língua de um povo é parte de inteira responsabilidade dos sujeitos que pertencem a esse povo. Pensando nisso, questionamos nossa entrevistada se ela gostaria de usar a língua Terena todos dias ou apenas em ocasiões específicas. Ela acabou nos respondendo da seguinte maneira: que se fosse para ela usar a língua, a mesma usaria todos os dias, e que ela não via problema e não teria nem vergonha de falar o idioma materno, e reforça dizendo do seu desejo sobre o papel da língua Terena aqui na nossa comunidade é ajudar através dos falantes as outras pessoas a falarem a nossa língua novamente.

No que diz respeito à importância de se usar a língua Terena na comunidade, Odete responde o seguinte: “olha, pra mim é importante para a gente falar, uns tempos aqui na aldeia era bonito, todo mundo sempre falava, mais agora tá difícil”(O. BERNARDO, 2016). De acordo com a resposta dada sobre a importância da língua, propusemos uma outra pergunta à nossa colaboradora, relacionada às atitudes da comunidade em respeito à língua Terena, ela diz que “era bom agente pensar em alguma coisa porque, pra gente, sendo índio, é importante usarmos nossa língua Terena” (idem), e acrescenta dizendo que uma outra coisa importante da nossa cultura que deve ser preservado são as nossas danças e que não gostaria que nada mudasse. Em sua opinião, está bom do jeito que está. Ainda sobre a língua Terena, a nossa entrevistada, ao ser perguntada se conhece alguém falante, responde que sim, e resume o nosso povo como sendo um povo lutador.

A nossa anciã possui apenas a segunda série do ensino fundamental, mas acrescenta dizendo que já passou por uma universidade, que é a faculdade da vida.

Quando pedimos para nossa colaboradora discorrer sobre a prática de leitura na aldeia, o que ela consegue entender sobre isso é apontar para vários meios de comunicação, como os jornais, as revistas, os cartazes e os avisos, além de materiais religiosos (hinos, bíblias, panfletos, orações, rezas), as atas de reuniões, os livros diversos, e diz ainda que “no tempo em que agente falava nossa língua, tudo era falado, mas era na língua Terena” (O. BERNARDO, 2016).

Relacionado ao ensino-aprendizagem da língua Terena na comunidade, segundo o ponto de vista de Odete, ela afirma que na aldeia Buriti tem aprendizado sim e cita a escola como o espaço onde acontece esse ensino. Descreve o ensino dessa aprendizagem dizendo da seguinte maneira: “deve ser em forma de ditado porque não é muito fácil de falar nossa língua” (O. BERNARDO, 2016). Por outro lado, ao ser questionada sobre a existência de estratégias de revitalização da língua Terena, nossa entrevistada é bem positiva em sua resposta, e diz que não, mas ao ser perguntada sobre o quantitativo de professores de língua Terena, a mesma responde com conhecimento de causa e afirma com precisão a sua resposta, como mostra nessa outra pergunta feita a ela relacionado à escolha do professor de língua na comunidade onde ela diz: “eu participei uma vez, foi feita uma reunião primeiro para ver quem falava, aí essa pessoa que assumiria as aulas” (O. BERNARDO, 2016).

A nossa colaboradora demonstra em sua fala que existe um certo distanciamento dessa geração de falante com a escola, como é demonstrado em sua resposta sobre a instituição de ensino que questionamos sobre a quantidade de alunos que assistem às aulas, onde a mesma responde: “parece que são todos os alunos, independentes da faixa etária, mas não sei dizer direito” (idem).

Questões como o uso linguístico em várias situações comunicativas na comunidade, como as reuniões internas, sobre políticas, ou de projeto da comunidade, bem como reuniões internas que contam com a presença dos *purutuye*, a língua mais usada é a língua portuguesa, até mesmo porque a língua Terena a maioria não fala mais, afirma a nossa entrevistada.

Na aldeia Buriti, segundo Odete, a língua usada durante as festas tradicionais é a língua portuguesa, também durante as cerimônias religiosas, e a confecção de artesanato, cerâmica, durante as pescarias, caçadas, brincadeiras de crianças, nas rodas de mate e tereré, na roça, e, por fim, acaba dizendo que não sabe responder ao certo qual

língua ela sonha. Nossa colaboradora ainda nos responde sobre uma outra situação, se os falantes da língua Terena da comunidade costuma contar histórias, mitos em Terena, ela diz: “eu contava histórias para meus filhos, mas eu falava mais em português porque eles não entendiam, agora é difícil contar histórias para eles” (O. BERNARDO, 2016). A seguir, apresentamos no quadro 3 o uso linguístico no âmbito familiar de Odete Bernardo:

Quadro 4: Usos linguísticos no âmbito familiar da anciã Odete Bernardo

	SÓ LI	SÓ LP	LI = LP	MAIS LI	MAIS LP
Língua de interação entre marido e mulher			X		
Língua de interação entre mãe e filhos					X
Língua de interação entre pai e filhos					X
Língua de interação entre avô e netos					X
Língua de interação entre avó e netos					X
Língua utilizada durante as refeições					X
Língua utilizada nas brincadeiras infantis					X
Língua utilizada nas brincadeiras tradicionais					X
Há alguma outra situação no âmbito de sua família que você deseje relatar?					NÃO

Como está demonstrado no quadro 3, sobre o uso linguístico no âmbito familiar da nossa anciã, é notória a realidade da maioria da nossa comunidade atualmente, ou seja, o não uso da nossa língua Terena.

Mediante as situações que foram pontuadas, finalizamos nossa entrevista perguntando quais seriam os lugares que a nossa anciã acha que poderia usar a língua Terena, a mesma cita a escola, a casa, os jogos de futebol, as reuniões da comunidade, as brincadeiras de criança, as festas da comunidade, as igrejas, o trabalho, e as instituições de governos, caso haja necessidade. Uma outra situação de cunho pessoal da nossa entrevistada foi com quem ela gostaria de conversar na língua Terena, ela diz que é com os professores, com os pais e demais familiares, além de amigos em geral.

Entrevista com o ancião Domingos Fermino

Apresentamos aqui as informações do único entrevistado pertencente ao sexo masculino, Domingos Fermino, com 79 anos em 2016. Em relação às atitudes linguísticas da comunidade do entrevistado, sobre qual língua ele aprendeu a falar primeiro, a sua resposta foi que primeiro o ensinaram a falar Terena porque, segundo ele, os seus pais falavam com ele; e em relação a que língua ele acha mais fácil de falar, segundo Domingos, são as duas línguas, mas sempre gostou gosta de falar sempre na língua Terena.

Relacionado à pergunta de que língua Domingos acha mais bonita, o mesmo responde o seguinte: “mais bonita nessa minha idade é nossa língua Terena, eu acho porque aqui no Buriti quase ninguém fala mais” (D. FERMINO, 2016), e diz ainda que a língua que ele mais usa atualmente é a língua portuguesa, porque a maioria não entende mais a língua Terena, e cita como referência a sua casa. Na pergunta sobre a conversa na língua Terena com alguém da aldeia onde ele mora, a resposta foi: “converso com minhas irmãs que sabem ainda falar, quando elas vêm na minha casa”, mas paralelo a isso, ao ser questionado da conversa em português na aldeia onde mora, nosso colaborador é enfático e diz: “eu converso com minha família e outras pessoas aqui da aldeia” (idem). Questões como saber fazer a leitura e escrita na língua Terena, a resposta foi a seguinte: “na verdade, eu costumo falar mais neh, por causa que agente quase não conhece as letras, acho que não aprendi porque agente teve pouco estudo” (D. FERMINO, 2016).

Nessa pesquisa de campo, procuramos instigar bem nossos entrevistados, bem como nessa pergunta sobre qual seria a língua a ser ensinada na escola primeiro. Na opinião de Domingos, teria que ser a língua Terena, segundo ele, para ajudar as pessoas, ou melhor, os alunos a voltarem a falar. Essa resposta da pergunta anterior é idêntica à que fizemos sobre a língua de instrução na escola Terena, tendo como resposta que deveria ser a língua Terena. Nesse sentido, buscamos ouvir a resposta atentamente para a nossa questão sobre a possibilidade de desaparecimento da língua Terena, nosso ancião diz: “eu sempre tive medo disso, mas agente vê alguns alunos que já tentam falar, e na escola os professores ensinam a falar” (D. FERMINO, 2016).

Vejam que as nossas perguntas foram bem pontuais, assim como as respostas às perguntas em questão. Na opinião de Domingos, o que poderia ser feito para manter a língua Terena vivas seria: “olha, eu não sei, acho que depende da nossa comunidade, dos pais, dos filhos” (D. FERMINO, 2016). Em relação ao uso da língua Terena, se deveria

ser utilizada todos os dias ou teria alguma ocasião específica para utilizá-la, a resposta de nosso ancião é que deveria ser usado todos os dias.

Em sua opinião acerca do papel da língua Terena na nossa comunidade, Domingos afirma que: “na verdade, eu gostaria que todos nós falasse a nossa língua Terena, aí, pra mim, seria importante”. Perguntamos porque era importante para ele usar a língua Terena na aldeia, o mesmo trouxe a seguinte resposta: “Oh, eu acho importante não deixar acabar nossa língua Terena” (D. FERMINO, 2016).

Ao ser questionado sobre as atitudes que a comunidade pudesse ter em relação à língua Terena, ele diz: “antes eu pensava que iria morrer nossa língua, mas agora, nosso povo alguns falam ainda, outros já entendem, na escola tá ensinando também” (D. FERMINO, 2016).

Nosso ancião traz a seguinte resposta sobre as coisas mais importantes da cultura Terena que o mesmo gostaria que mantivesse preservado: “vejamos, na verdade é nossa língua Terena que anda meio apagada” (idem), e acrescenta que não tem nada da nossa cultura que ele gostaria que mudasse.

Nosso colaborador enfatiza que conhece alguém que fala ainda a língua Terena na aldeia Buriti, e acaba definindo em uma frase o nosso povo Terena como sendo um povo guerreiro.

Sobre o grau de instrução do nosso ancião, o mesmo possui apenas a primeira série do ensino fundamental. Ele relatou a prática de leitura e escrita que geralmente circula na comunidade, confirmando o que já havíamos verificado nas entrevistas anteriores: jornais, revistas, cartazes e avisos, materiais religiosos, histórias, mitos, atas de reuniões, notícias e livros diversos, como bem pontua nosso ancião: “aqui na comunidade agente usa um pouco de cada, porém no que diz respeito à língua, usamos somente a língua portuguesa” (D. FERMINO, 2016).

Quanto à aprendizagem da língua Terena na comunidade do entrevistado, o mesmo acredita que a língua é ensinada na escola, e acredita que esse é um espaço importante para essa aprendizagem.

Ao falarmos sobre a descrição da aprendizagem, nosso ancião diz: “eu não sei falar como funciona direito não”, e também demonstra pouco conhecimento sobre material ou estratégia de revitalização da nossa língua e cultura Terena. Domingos demonstra algumas informações ora precisa, ora não, como se há algum professor de língua Terena na nossa comunidade e se existe professor de língua Terena aqui na aldeia, ele responde: “tem dois, eu acho”. Ao ser questionado como é escolhido o

professor de língua Terena aqui na aldeia, nosso colaborador diz: “Ouvi dizer, na época, que era quem sabia falar a língua Terena” (D. FERMINO, 2016).

Relacionado às aulas de língua Terena na nossa comunidade, ou melhor, o quantitativo de alunos que assistem às aulas, nosso colaborador responde: “acho que é todo mundo”. Com relação às faixas etária desses alunos, obtivemos a seguinte resposta: “eu não sei dizer quantos são”, e acaba demonstrando um certo desconhecimento quanto às outras formas de aprendizado da língua Terena que a nossa comunidade gostaria de ter fora da escola, mas enfatiza que se houvesse seria muito bom.

No que tange aos usos linguísticos no âmbito da comunidade, a pergunta que direcionamos ao nosso entrevistado foi qual a língua mais usada nas reuniões internas da comunidade, a resposta que nos foi trazida é que “nas reuniões agente usa mais a língua portuguesa, assim como as reuniões que acontecem aqui na comunidade que contam com a presença dos *purutuye*, ou outro índio de outra comunidade, bem como nas festas tradicionais, nas cerimônias religiosas, nas confecções de artesanato, nas pescarias, nas brincadeiras de crianças, nas rodas de mate, tereré, nas atividades nas roças, como plantio e colheita. Cabe ressaltar que a língua em que nosso colaborador sonha é a língua portuguesa.

Ao ser questionado se os falantes da língua Terena da nossa comunidade costumam contar histórias, a resposta é a seguinte: “agora acho que não é mais, porque as coisas vão mudando, e essa geração que está aí quase não quer saber do que agente fazia antes e faz agora” (D. FERMINO, 2016). A seguir, apresentamos o quadro de uso linguístico no âmbito familiar de Domingos Fermino:

Quadro 5: Usos linguísticos no âmbito familiar do ancião Domingos Fermino

	SÓ LI	SÓ LP	LI = LP	MAIS LI	MAIS LP
Língua de interação entre marido e mulher				X	
Língua de interação entre mãe e filhos					X
Língua de interação entre pai e filhos					X
Língua de interação entre avô e netos					X
Língua de interação entre avó e netos					X
Língua utilizada durante as refeições					X

Língua utilizada nas brincadeiras infantis					X
Língua utilizada nas brincadeiras tradicionais					X
Há alguma outra situação no âmbito de sua família que você deseje relatar?					Não

O quadro acima demonstra com muita clareza o nível de interatividade e, ao mesmo tempo, o uso linguístico do âmbito familiar do nosso entrevistado. Quanto à situação em que o entrevistado acha que poderia usar a língua Terena, o mesmo cita na escola, na casa, no jogo de futebol, nas reuniões da comunidade, nas viagens para as cidades próximas, nas brincadeiras de crianças, nas festas da comunidade, no trabalho e, se possível, nas instituições do governo. Finalizamos essa parte da pesquisa com o nosso ancião, perguntando com quem o entrevistado gostaria de conversar na língua Terena, o mesmo diz que poderia ser com os professores da escola, com os familiares, esposa, amigos, Terena de outras comunidades, etc.

Entrevista com a anciã Abadia Alves

Começamos nossa entrevista com mais uma das nossas anciãs, a senhora Abadia Alves, de 54 anos de idade em 2016, moradora da aldeia Buriti. Perguntamos a ela sobre as atitudes linguísticas da nossa comunidade, mais precisamente qual foi a língua que a mesma aprendeu a falar primeiro, obtivemos a seguinte resposta: “eu aprendi nossa língua Terena, porque meus pais falavam comigo” (A. ALVES, 2016).

Mediante a sua resposta, questionamos nossa colaboradora sobre qual a língua que ela achava mais fácil de falar, a sua resposta foi que não sente dificuldade em falar nenhuma das duas, mas afirma não falar tão bem, porque não teve muito estudo, e, segundo a mesma, também não existe uma língua mais bonita que a outra. Em seu ponto de vista, nós todos deveríamos ser falantes da língua Terena, pois segue usando a língua portuguesa unicamente para facilitar o entendimento com os outros membros da comunidade. Abadia nos afirma que conversa em Terena na aldeia: “eu converso com minha comadre e com as demais pessoas que ainda sabem falar nossa língua Terena” (A. ALVES, 2016). Também afirma que conversa em português com a maioria das pessoas de sua comunidade. Perguntamos a ela se sabia ler e escrever na língua Terena, Abadia respondeu: “eu sei falar na nossa língua, mas não sei ler nem escrever, por causa que não tive muito estudo” (idem). Em relação à língua que achava que deveria ser

ensinada na escola primeiro, nossa anciã responde: “eu pensava que deveria ser nossa língua, porque agente precisa aprender mais para voltar a falar” (idem).

Quando questionamos nossa entrevistada para saber sobre sua opinião sobre a língua de instrução na escola, a mesma responde: “eu pensava que deveria ser nossa língua materna” (A. ALVES, 2016).

Em um aspecto bastante importante nessa pesquisa, questionamos nossa entrevistada sobre a possibilidade de desaparecimento da língua Terena, a resposta que tivemos foi o seguinte: “aqui no Buriti fico meio com medo, mas agora tem a escola para ajudar” (A. ALVES, 2016). Um outro ponto fundamental nessa pesquisa de campo, mais precisamente nas entrevistas, foi o questionamento acerca do que poderia ser feito para manter a língua Terena, e ouvimos a seguinte resposta de Alves: “de agente falar novamente ou praticar mais nas famílias” (idem), e diz que não teria ocasiões específicas para usar nossa língua, pois, se pudesse, usaria todos os dias. Quanto ao seu posicionamento sobre a nossa comunidade com relação ao papel da língua Terena, a mesma diz: “na verdade, eu gostaria que todos nós falasse, aí ia ser mais importante para nós [...] eu gosto de usar, meus pais me ensinaram a falar” (A. ALVES, 2016).

Nessa narrativa, abrimos espaço para provocar nossos colaboradores e, assim, fizemos perguntas sobre as atitudes que ela gostaria de ver na nossa comunidade quanto à língua Terena: “eu não sei, mas acho que nós tinha que fazer alguma coisa neh, ver com as lideranças, os professores” (A. ALVES, 2016).

Ainda, na opinião de Abadia, ela gostaria que a nossa comunidade preservasse a cultura, ela diz que não tem nada para mudar e reforça que falta alguma coisa que é a nossa língua. Nossa anciã, ao ser perguntada se conhece algum falante da língua Terena, ela responde que sim, e encerra essa parte da entrevista com uma frase que representa nosso povo: “Nossa comunidade é bastante unida” (A. ALVES, 2016).

Em relação ao grau de instrução, mais precisamente ao nível de escolaridade de Abadia, ela afirma possuir apenas a primeira série do ensino fundamental, por outro lado, essa vivência demonstra muito claro o grau de conhecimento sobre práticas de leitura e escrita que circulam na comunidade, como jornais, revistas, cartazes e avisos, materiais religiosos (Bíblia, panfletos, hinários, orações, rezas etc.), histórias e mitos. Enfim, segundo Abadia, a gente usa um pouco de cada aqui na aldeia Buriti, mas tudo em português.

Ao ser perguntada sobre a aprendizagem da língua Terena na aldeia Buriti, nossa anciã diz que isso ocorre com os alunos, e fala que conhece a escola como sendo o

espaço que oferece esse ensino, ao seu modo, fala da descrição dessa aprendizagem: “eu não sei direito como funciona, porque faz tempo que não vou na escola” (idem), e afirma, com ênfase, que não conhece estratégia de revitalização da língua Terena, mas que do restante da cultura confirma que ainda “agente pratica aqui na aldeia” (idem). Demonstra também ter informações precisas quanto à existência de professor que trabalha com a língua Terena, responde que tem dois professores que ensinam a língua na escola e informa que a escolha é feita considerando quem fala a língua: “aqui no Buriti é quem sabe falar neh nossa língua” (A. ALVES, 2016).

Falamos também com a nossa colaboradora sobre as aulas de língua Terena, de quantos alunos assistem às aulas, a resposta foi: “acho que é todo mundo”, e se ela sabia qual era a faixa etária desses alunos, ela disse: “acho que começa desde pequenininho”. Relacionado à outra forma de aprendizado fora da comunidade, a nossa entrevistada responde que não sabe, mas teria que ver se existe esse tipo de ação.

Quanto ao uso linguístico no âmbito da comunidade como, por exemplo, as reuniões que são feitas somente entre nós Terena da aldeia Buriti, o uso linguístico nesses momentos é a língua portuguesa mesmo, assim como as reuniões que contam com a presença de *purutuye* ou índios de outras comunidades. As mesmas situações de uso linguístico que sempre prevalece é a língua portuguesa. Assim como acontece nas reuniões, seja ela interna ou não; nas festas tradicionais acontecem a mesma situação de uso linguístico, sempre é o português; bem como nas cerimônias religiosas, na confecção de artesanato, nas pescarias, durante as caçadas, nas brincadeiras de crianças, nas rodas de tereré ou o mate, nas atividades da roça, como o plantio e colheita.

Ao ser questionada sobre que língua ela sonha, Abadia responde que nunca prestou atenção, mas que não tem tanta importância isso. Sobre se os Terena da aldeia Buriti costumam contar as histórias, mitos e lendas na nossa língua, ela afirma que “aqui em casa eu contava para os meus filhos, mas agora é meio difícil” (A. ALVES, 2016). A seguir, apresentamos o quadro que resume o uso linguístico no âmbito familiar de Abadia Alves:

Quadro 06: Uso linguístico no âmbito familiar da anciã Abadia Alves

	SÓ LI	SÓ LP	LI = LP	MAIS LI	MAIS LP
Língua de interação entre marido e mulher			X		
Língua de interação entre mãe e filhos					X
Língua de interação entre pai e					X

filhos					
Língua de interação entre avô e netos					X
Língua de interação entre avó e netos					X
Língua utilizada durante as refeições					X
Língua utilizada nas brincadeiras infantis					X
Língua utilizada nas brincadeiras tradicionais					X
Há alguma outra situação no âmbito de sua família que você deseje relatar?					Não

O quadro de uso linguístico no âmbito familiar da nossa anciã mostra que há uma certa interação entre ela e o seu esposo, mas nas outras situações prevalece o português, mesmo que seu desejo fosse expandir o uso da língua Terena nessas situações.

Relacionado aos lugares em que a entrevistada poderia usar a língua Terena, a escola foi uma das respostas dadas, assim como em sua casa, nos jogos de futebol, nas reuniões da comunidade, nas brincadeiras de crianças, nas cidades próximas da aldeia, nas festas da comunidade, na igreja, no trabalho, poderia ser nos comércios e também nas instituições de governo.

Para finalizarmos essa parte da entrevista com nossa anciã, questionamos com quem ela gostaria de conversar na língua Terena, Abadia diz que poderia ser com os professores da escola, com pai e mãe, com seus primos, com irmãs e irmãos, com seu marido, com seus filhos, com os amigos em geral e, se possível, com outros terena de outras comunidades.

Entrevista com a anciã Maria Joana Fermino

A pesquisa feita no segmento das pessoas mais velhas e que detêm ainda um conhecimento e domínio da língua Terena foi encerrada com a senhora Maria Joana Fermino, de 70 anos de idade em 2016, moradora da comunidade da aldeia Buriti. A mesma discorre sobre as atitudes linguística da nossa comunidade, dizendo que a língua que aprendeu a falar primeiro foi a língua Terena, e que depois veio o português, assim sendo, ela considera as duas línguas fáceis de falar. Ao ser perguntada sobre a língua mais bonita, Maria Joana diz que acha as duas línguas bonitas, porque agora as duas têm

importância na sua vida. Quanto ao uso da língua, a mesma confirma que prefere usar mais o português para facilitar o entendimento das pessoas. Dessa forma, questionada sobre se ela conversa com alguém na língua Terena na aldeia onde ela mora, afirma que “sim, com meus irmãos e outros quando eu vejo, e encontro os demais” (M. FERMINO, 2016).

Quanto à leitura e à escrita na língua Terena, perguntamos porque ela não aprendeu essa prática, Maria Joana responde: “Pra mim, mais fácil é falar em Terena, a ler e a escrever [...] acho que foi por causa da escola, na frequentei muito” (M. FERMINO, 2016). Na sua opinião, a língua que deveria ser ensinada na escola primeiro é a língua Terena. Segundo ela, é para ajudar nossos alunos a aprender, e a língua de instrução na escola terena deveria ser a nossa língua Terena. Mediante às respostas, perguntamos sobre uma possibilidade que exige mais cuidado nas respostas de quem vai responder, como, por exemplo, se a língua Terena pode desaparecer, nossa anciã diz: “agora acho que não, porque já tem muita gente que tem interesse em voltar a falar” (M. FERMINO, 2016).

Pensando em alternativas para essa situação, questionamos a nossa colaboradora sobre o que ela acha que poderia ser feito para manter a língua Terena. De acordo com sua opinião, “nós mesmos começar a praticar mais em casa” (idem). Perguntamos também se ela gostaria de usar a língua Terena todos os dias ou em ocasiões específicas, a sua resposta foi bem enfática dizendo: “para mim, se pudesse, eu usaria todos os dias” (idem). Mostrando-se muito segura nas suas respostas, nossa entrevistada afirma que a língua Terena nunca deveria ter saído de nós, ela é nossa. A sua resposta demonstra que, para quem fala, sente que é importante praticar nossa língua, como demonstrado na resposta a seguir: “eu gosto de usar a língua Terena, eu acho que também para os outros verem que nossa língua nunca morreu de verdade” (M. FERMINO, 2016).

Seguindo a linha de raciocínio de nossa entrevistada, questionamos sobre qual seria a atitude da nossa comunidade com relação à língua Terena, e seu posicionamento foi: “nós deveríamos praticar mais na escola, a comunidade deveria sentir que é importante praticarmos mais” (idem). Também falou de uma outra coisa importante da nossa cultura Terena, que a mesma gostaria que nós preservássemos, cita a nossa dança e reforça o pedido de não deixar morrer nossa língua na aldeia Buriti, e que não vê nenhuma necessidade de mudança na parte cultural da nossa comunidade.

Maria Joana, além de ser falante da língua Terena, mostra que convive com outras pessoas falantes e conhece outras pessoas que falam na nossa língua. Encerra essa etapa da nossa entrevista dizendo que essa comunidade é grande: *hanaiti*.

Quanto ao grau de instrução de nível formal, a mesma afirma que cursou apenas até a segunda série do Ensino Fundamental. Com relação às práticas de leituras e escrita que ocorrem na aldeia, tem ciência de que isso ocorre precisamente através de jornais, revistas, cartazes e avisos, materiais religiosos, atas de reuniões, notícias, livros diversos e outros meios: “a gente usa um pouco de cada desses meios comunicativos, porém a língua usada sempre prevalece a língua portuguesa” (idem). Pensando nesses meios comunicativos, discorremos sobre a aprendizagem da língua Terena na nossa comunidade, se na opinião de Maria Joana existe esse tipo de ensino na aldeia, a sua resposta foi que sim, e acaba dizendo que a escola da aldeia é o espaço onde acontece esse aprendizado. Ao ser perguntada como ela poderia descrever esse ensino, a mesma responde o seguinte: “olha, eu não sei falar como funciona direito”, isso se justifica pela falta de proximidade da escola, ou talvez a escola não esteja fazendo o seu papel de aproveitar os saberes tradicionais.

Em relação a algum material ou estratégia de revitalização da língua Terena, Maria Joana responde: “da nossa língua eu ouvi falar que na escola os professores estavam tentando fazer alguma coisa para falar” (M. FERMINO, 2016). Quanto ao seu conhecimento sobre a existência de professor de língua Terena na comunidade, a sua resposta é sim, bem como o quantitativo de professores que existe e a forma de escolha desses profissionais da língua Terena que trabalham na nossa comunidade.

No que tange às aulas de língua Terena oferecida na aldeia, de quantos alunos assistem às aulas, a resposta foi: “olha, eu acho que é todos os alunos” (idem), mas não soube responder qual a faixa etária desses alunos. Perguntamos também à nossa anciã se existe uma outra forma de aprendizado da língua Terena na aldeia: “acho que não, mas se tivesse, agente deveria praticar mais também, não deixar de falar em casa (M. FERMINO, 2016).

Dessa forma, verificamos qual é o uso linguístico no âmbito da nossa comunidade quando são feitas as reuniões internas, como assembleias políticas, reuniões que contam com alguma presença de *purutuye*, ou índios de outras etnias. Ouvimos de Maria Joana que quando acontece as reuniões aqui na aldeia, usa-se mais o português, mesmo quando é só nós mesmos, bem como na presença dos *purutuye* ou com a presença de outros patrícios nossos. Ainda sobre essa questão, perguntamos qual

é a língua usada durante as festas tradicionais, nas cerimônias religiosas, na confecção de artesanato, nas pescarias, durante as caçadas, nas brincadeiras de crianças, nas rodas de mate e tereré, nas atividades na roça, como o plantio e, por fim, perguntamos em qual língua ela sonha, a mesma responde que assim como todas as outras atividades o sonho também ocorre na língua portuguesa.

Em relação ao costume da comunidade de contar histórias, como os mitos, lendas na língua Terena, nossa entrevistadora diz: “bom, eu contava, agora não falo mais porque cresceram todos os meus filhos. Acho que é falta da gente mesmo neh, contar denovo” (M. FERMINO, 2016). A seguir, apresentamos o quadro que resume o uso linguístico no âmbito família de Maria Joana Fermino:

Quadro 07: Uso linguístico no âmbito familiar da anciã Maria Joana Fermino

	SÓ LI	SÓ LP	LI = LP	MAIS LI	MAIS LP
Língua de interação entre marido e mulher					X
Língua de interação entre mãe e filhos					X
Língua de interação entre pai e filhos					X
Língua de interação entre avô e netos			X		
Língua de interação entre avó e netos					X
Língua utilizada durante as refeições					X
Língua utilizada nas brincadeiras infantis					X
Língua utilizada nas brincadeiras tradicionais					X
Há alguma outra situação no âmbito de sua família que você deseje relatar?					Não

O quadro que demonstra a situação crítica do uso linguístico no âmbito familiar de nossa anciã procura evidenciar o grau de importância que essa pesquisa tem na busca da revitalização da nossa língua Terena. Discorremos algumas perguntas direcionada à nossa anciã como os lugares que a mesma acha que poderia usar a língua Terena, ela responde que a escola poderia ter essa utilidade, assim como as casas, os jogos de futebol, as reuniões da comunidade, as viagens às cidades próximas da aldeia, as brincadeiras de criança, as festas da comunidade, as atividades das igrejas, o trabalho, se

possível no comércio e nas instituições do governo e, por último, ela cita um lugar que é propício para usar a língua Terena, que é nas retomadas.

Para finalizarmos nossa entrevista com a última pessoa que possui conhecimento da língua Terena que foi pesquisada na aldeia Buriti, apresentamos ainda uma questão pertinente sobre a vontade da nossa entrevistada em conversar na língua Terena, Maria Joana diz que poderia ser com os professores da escola, com pais e mães, com os primos, e primas, com os irmãos, esposo, com amigos em geral e também com nossas lideranças.

3.1.1 Alguns apontamentos acerca dos resultados das entrevistas dos anciãos

Em primeiro lugar, cabe destacar que a pesquisa foi útil não apenas para diagnosticar quem ainda tem conhecimento da língua Terena, uma vez que nossa vivência na aldeia nos aponta que esse domínio da língua tem sido restrito a alguns anciãos da aldeia. Nesse sentido, a contribuição das entrevistas é de outra natureza. Comprendemos que há um forte desejo dos mais velhos de que a língua Terena seja utilizada pelos demais membros da comunidade e que, na visão deles, não haveria um espaço restrito para o uso dessa língua, uma vez que qualquer espaço de interação seria viável o uso da língua Terena.

A visão dos mais velhos sobre a importância da língua Terena é fundamental para pensarmos políticas linguísticas a partir do que eles colocam para revitalizar a língua. Em nenhum momento, verificamos que os mais velhos tenham perdido a esperança de que a língua Terena voltasse a ser utilizada na comunidade, pelo contrário, têm acreditado na escola como um ponto de revitalização, valorização e fortalecimento da língua, mas estão conscientes de que outros espaços físicos da comunidade, bem como outras atividades sociais das quais os membros da comunidade fazem parte, poderiam ser propícios para o processo de revitalização. Além disso, consideramos muito importante a proximidade dessas pessoas com a escola e sua presença nas atividades sociais, políticas e educacionais da comunidade.

O que nos chama mais a atenção é o desejo de poder compartilhar de seus conhecimentos linguísticos com os mais próximos, mas são impossibilitados, pois os seus já não têm conhecimento da língua, o que os força a sempre utilizarem a língua portuguesa para serem compreendidos. Dentro dessa perspectiva, a pressão social é tão

forte para o uso da língua portuguesa que, mesmo tendo conhecimento da língua Terena e tendo vontade de utilizá-la, essa língua fica aprisionada na alma e no coração de seus únicos falantes da comunidade, onde nem nos sonhos costuma aparecer, pois, provavelmente, seus sonhos são com aqueles que só falam a língua portuguesa.

Aproveitamos mais as falas dos anciãos na construção de políticas linguísticas para a revitalização da língua Terena na aldeia Buriti, no entanto, essa discussão foi realizada, de forma sistematizada, no capítulo 4.

3.2 Identidade, religião, movimento político e educação segundo os professores terena

A fim de compreendermos o que pensam os professores terena acerca de elementos que fazem parte da cultura terena e da identidade étnica do povo, realizamos uma série de entrevistas² norteadas pelos seguintes questionamentos: o que é ser Terena? Qual a principal característica do povo Terena? Como percebem as diferenças entre os Kinikinau e os Terena, uma vez que compartilham de uma história de resistência e de luta, além de muitos Kinikinau viverem em território terena? Como percebem as diferenças entre os Terena e os *purutuye*? Se acham que é possível continuar sendo Terena mesmo sem falar mais a língua? Se acham que a língua é um fator de identidade importante? Se alguma vez foram acusados de não serem índios por não falar mais a língua Terena? Se acham que o fortalecimento da língua Terena pode ajudar no fortalecimento da identidade Terena? Quais são as instituições religiosas das quais fazem parte? Se lembram alguma coisa da religião tradicional, aquela que os Terena de antigamente praticavam? Se pretendem retomar alguma prática religiosa de antigamente? Quais são os principais problemas que os Terena enfrentam e como os Terena estão agindo para resolver esses problemas? Se acham que o processo avançado de desaparecimento da língua Terena é um grande problema para a comunidade Terena da aldeia Buriti? Se acham que é mais importante resolver primeiro o problema da perda linguística ou o problema do território tradicional? Se acham que é possível tentar resolver o problema do fortalecimento da língua Terena sem antes ter resolvido o problema do território tradicional? Quais são os principais desejos do povo Terena e como acham que é possível realizá-los? Se acham que o fortalecimento da língua

² O roteiro de entrevista foi elaborado pelo pesquisador Gabriel Barros Viana de Oliveira, atualmente, mestrando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. O mesmo elaborou o questionário para viabilizar a sua pesquisa de campo junto aos Kinikinau, povo com o qual atualmente trabalha e que vem desenvolvendo estudos linguísticos.

Terena pode ajudá-los, de algum modo, a resolverem os problemas que a comunidade Terena passa? Qual é o papel da escola, ensinar apenas os conteúdos dos *purutuye*, ou ser espaço da língua e da cultura tradicional do povo Terena? Se é desejo da comunidade ter uma “escola Terena”, voltada especificamente para a realidade da aldeia? Se acham que a escola pode ajudar no processo de fortalecimento da língua e da cultura Terena e como pode ajudar?

Partimos do pressuposto que as respostas dadas pelos entrevistados nos ajudarão a traçar políticas linguísticas que venham ao encontro daqueles que fazem a educação escolar indígena acontecer em âmbito escolar. Suas visões acerca do que é ser terena, a influência da religião, a sua ligação com o movimento político da comunidade e o seu envolvimento com a escola pode facilitar ou dificultar o processo de revitalização da língua Terena, uma vez que os mesmos são responsáveis pela transmissão de conhecimentos e construção de valores e ideologias no ambiente escolar.

Entrevista com o professor terena Valdinez Gabriel

A entrevista com o professor Valdinez Gabriel foi realizada em sua própria casa, na Vila Gabriel, aldeia Buriti, no dia 20 de novembro de 2016, às 09h:30m da manhã. O professor Valdinez Gabriel é formado em Pedagogia e trabalha nos anos finais do Ensino Fundamental, sendo o responsável pela disciplina de Ciências. É morador da aldeia há 34 anos.

Ao ser perguntado sobre o que é ser Terena, sua resposta foi que ser índio Terena é ter sua história, sua cultura, e que uma das características dessa etnia é ser um povo pacífico, vivendo basicamente da agricultura, do artesanato e da cerâmica. E define que ser terena é conhecer a sua história, de como que surgiu o povo. E ao ser questionado da principal característica do povo terena, o professor Valdinez diz que é ser um povo pacífico, de diálogo, e quando tinha seus territórios viviam da caça, pesca coleta de mel para sua subsistência, mas que no tempo de hoje diminuiu bastante o nosso território.

Ao ser indagado sobre a diferença entre nós, Terena, com o povo Kinikinau e os Terena com os *purutuye*, o professor apresenta a seguinte opinião: “olha, os Terena hoje têm seu próprio território, e os Kinikinau não tem o seu território, algumas famílias vivem no território dos Kadiwéus, então penso que essa é uma diferença mais gritante; agora quanto nós e os *purutuye*, a diferença que eu vejo é que nós, Terena, tem nossa

cultura, língua, e ser um povo que vive da sua subsistência, *epurutuyenão* vive em comunhão com seu próximo” (V. GABRIEL, 2016). Nesse sentido, a diferença entre os Terena e Kinikinau está no domínio territorial; e a diferença entre os Terena e os não indígenas se encontra no fato de que estes não são pacíficos.

Em relação à continuidade de ser ou não índio mesmo que não seja falante de nossa língua, o professor traz a seguinte afirmação: “eu penso da seguinte maneira, primeiro quesim, é porque independentemente de o Terena não falar mais sua língua, nós ainda temos nossa história, nossa cultura e somos um povo de resistência, na busca pela conquista dos nossos territórios tradicionais. Nesse sentido, falar a língua só reforça a identidade étnica, mas não ser falante não torna o Terena não-Terena.

Quanto à língua como sendo um fator de identidade, a resposta foi positiva: “Sim, é uma arma importante na organização de uma comunidade, principalmente quando estamos na busca da retomada dos nossos territórios. Eu penso que é isso” (V. GRABRIEL, 2016).

Na questão de ser acusado de não ser mais indígena por não falar nossa língua, o professor nos informa que nunca foi acusado de não ser índio por não falar a língua Terena, mesmo porque “eu digo que índio terena da aldeia Buriti e os das demais têm o mesmo sangue” (idem).

Quanto ao fortalecimento da língua Terena para o fortalecimento de nossa cultura, ele afirma que essa relação deve existir e justifica que, se isso ocorrer, irá contribuir bastante na reivindicação para a melhoria da comunidade, onde iremos falar apenas na língua materna, isso irá fortalecer a organização Terena nossa e da nossa comunidade.

No que tange à religiosidade, e de qual religião nosso entrevistado faz parte, o professor diz que “aqui no Buriti nós somos católicos, devotos da Nossa Senhora Aparecida, São Sebastião, São João, também tem outras festas religiosas aqui, como a festa de Nossa Senhora de Fátima e Festa de Santa Cruz, a maioria da comunidade professa a religião católica independentemente de haver pessoa evangélica” (V. GABRIEL, 2016). Agora, sobre a religião tradicional que os nossos anciões costumavam praticar, a sua resposta foi que se lembra sim, e que ainda é vivido por nossos anciões mais velhos nos tempos da quaresma, onde os nossos pajés sempre praticam a benzenção, demonstrando, portanto, conhecimento de atividades religiosas tradicionais.

Quanto à retomada das práticas religiosas que se faziam antigamente e trazer para essa geração, a informação que tivemos foi: “não, porque isso é um dom que as pessoas recebem para exercer essa benção, agora caso haja uma pessoa dessa geração mais nova que tem esse dom agente sempre vai respeitar” (V. GABRIEL, 2016). Diante disso, é possível supor que a manutenção de atividades religiosas tradicionais vai depender da existência de pessoas na aldeia Buriti que foi escolhida, de forma sobrenatural, para dar continuidade ao que era feito antigamente, logo, não depende de políticas e estratégias externas ou internas à comunidade, não está no nosso controle essa situação. É diferente da questão da língua, pois esta está sofrendo um processo de desaparecimento na nossa aldeia, mas acreditamos que é possível reverter o processo, pois podemos controlar a situação.

No que se refere ao movimento Terena, mais precisamente falar dos problemas que hoje nosso povo Terena enfrenta, na sua visão “são as situações fundiárias aqui, enfrentamos isso como sendo o problema maior” (V. GABRIEL, 2016). Nesse sentido, o indagamos sobre que tipo de atitude nosso povo está tendo sobre essas situações, na visão do Valdinez, esses movimentos “estão sendo através de manifesto nas instituições federais, organizações que apoiam as comunidades indígenas, através do MPF, FUNAI E AGEU... acho que são os caminhos” (idem).

A respeito da nossa língua Terena, que muitos consideram que o nosso idioma já esteja morto, a informação quanto essa questão é bem objetiva, que o mesmo não acha que a nossa língua esteja morta, “está meio adormecida”. Para uma possível solução para esse problema, o professor aponta que é necessário resolver primeiro a questão territorial, e justifica que, sem as terras, nós Terena dificilmente conseguiremos sobreviver, mas isso não diminui a importância de tratarmos a questão linguística como prioridade também. Ele acrescenta ainda o seguinte: “então, eu acho que primeiro tem que resolver o problema da terra, aí a gente consegue avançar nas outras questões, entende” (V. GABRIEL, 2016).

Nesse sentido, o principal desejo do nosso povo Terena é a conquista de nossos territórios tradicionais, bem como o fortalecimento da nossa língua Terena, essa tratada como uma ferramenta de busca de direitos, afirmação étnica e, ao mesmo tempo, ela servirá de estratégias de reivindicação de nossos direitos.

Sobre as práticas escolares, mais precisamente o ensino de conteúdo feitos pelos *purutuye* ou sobre se a escola pode ser um espaço da cultura tradicional, o professor Valdinez afirmou o seguinte: “na verdade, a escola indígena é um espaço onde se

aprende a viver em comunidade, a valorizar a sua cultura, a língua, e a mostrar especificidade de cada escola indígena, de que forma trabalha com os alunos, valorizar o meio ambiente e seus recursos naturais existentes e plantar o que está ficando escasso” (V. GABRIEL, 2016).

Em relação à nossa comunidade ter uma escola que atenda nossa especificidade, nosso colaborador diz que sim, começando com a pintura da escola, trabalhando o bem viver da criança indígena, e que esses ensinamentos deveriam ser estendidos às famílias, ou seja, queremos uma escola com a cara do índio. Ainda sobre a possibilidade de a escolar ser um espaço em que pode funcionar como um ambiente de fortalecimento da língua, o professor Valdinez afirma que sim e justifica que ajuda na resistência da cultura do nosso artesanato, das religiões e da nossa língua: “eu sempre falei que a escola tem que ser o espaço para o recomeço, de acordar a nossa língua, acho que pode dar certo se a gente fazer isso” (V. GABRIEL, 2016).

Entrevista com a professora terena Amélia Fermino Fernandes

A entrevista com a professora Amélia Fermino Fernandes ocorreu em sua própria casa, na Vila Cruzeiro, aldeia Buriti, no dia 20 de dezembro de 2016, às 09h da manhã. Ela trabalha com os anos iniciais e tem 38 anos de idade, mora na aldeia Buriti desde que nasceu.

Sobre ser Terena e o que define uma pessoa Terena, a resposta que tivemos foi: “olha, ser Terena, para mim, é manter sempre viva a nossa cultura, dentro e fora da comunidade indígena” (A. FERNANDES, 2016). Quanto ao que define uma pessoa ser Terena, a professora diz o seguinte: “que são os costumes, a língua neh, e suas tradições” (idem). Quanto à diferença que pode existir entre nós e o povo Kinikinau é, na sua opinião, de acreditar que seja a língua e a cultura que são diferentes, dessa forma a mesma consegue perceber a diferença entre nós, Terena, com os *purutuye*: “ah! a diferença é que os Terenas, nós temos uma organização e cultura totalmente diferente dos *purutuye*” (A. FERNANDES, 2016). Com base nessas afirmações e nas dos entrevistados anteriores, o Terena possui clareza naquilo que os torna diferentes de outros povos, inclusive de parentes mais próximos, como é o caso do povo Kinikinau; e é sempre acentuada a diferença entre os Terena e os não-indígenas em termos de valores, comportamentos, atitudes.

Sobre a continuidade de ser índio Terena, mesmo sem falar mais a nossa língua, a professora Amélia afirma que é possível, “porque mesmo sem falar a língua materna, o Terena sempre continuará com os seus traços que identifica como um ser Terena, assim sendo todos nós daqui da aldeia Buriti sabemos que a nossa língua é sem dúvida um fator de identidade própria, tanto quanto as outras partes de nossa cultura” (A. FERNANDES, 2016). Com essa perda identitária, por parte dessa geração, ela nos informa que nunca foi acusada de não ser índia por não falar mais sua língua: “não se incomodaria se um dia isso ocorresse porque o índio carrega a sua etnia no sangue, a nossa língua Terena, pelo fato de nós, dessa geração mais nova, não falar mais, qualquer ação ou tipo de fortalecimento sobre ela, sem dúvida não deixa de ser uma afirmação étnica” (idem).

No que diz respeito à questão religiosa, nossa colaboradora afirma o seguinte: “eu faço parte da instituição religiosa católica, como catequista, e a maioria aqui na aldeia professa a religião católica, agora quanto à nossa religião tradicional ainda aqui na nossa aldeia, temos a pajelança e os rituais no período da semana santa, pois os mesmos ficam rezando, embora a gente tenha muito pouco esse costume” (A. FERNANDES, 2016). Sobre a possibilidade de retomar essa prática da religião tradicional, a professora tem a seguinte opinião: “poderíamos fazer isso sim, principalmente a nossa pajelança” (idem).

Quanto ao movimento do nosso povo Terena, uma das indagações feita à nossa professora foi qual seria o principal problema que nós, Terena, enfrentamos. Ela nos informa o seguinte: “são vários os problemas, o maior é a parte territorial, aqui na nossa aldeia é isso” (idem). Na sua visão o nosso povo está fazendo os movimentos de uma forma pacífica, para adquirirmos aquilo que é de direito nosso, e também de outros parentes. Essas são uma das formas que estamos fazendo para resolver os problemas.

Quando perguntada sobre a possibilidade de nossa língua Terena desaparecer e se isso pode provocar problemas para a nossa comunidade, a professora afirma o seguinte:

Eu penso que não, porque com ou sem a língua o problema acontece. Existem várias comunidades Terena que são falantes da língua materna e que sofrem vários problemas, um deles é o próprio território. E essa é sem dúvida uma questão superimportante porque os dois são problemas nossos, mas eu entendo que sem antes termos resolvido o problema do território, nós possivelmente não teremos nem onde estudar, ou seja, primeiro o território, depois agente se esforça para

resolver o problema da língua materna. Bem a minha resposta anteriormente é bem enfática, nós aqui da aldeia Buriti não conseguiremos tratar desses assuntos sem antes pensar na terra, porque é de lá que tiramos o nosso sustento, uma outra coisa é que a nossa língua não precisa ser ensinada apenas na escola, ela tem que partir das famílias também (A. FERNANDES, 2016).

Em sua exposição, a professora deixa claro que, embora tenha ciência da importância da língua Terena, inclusive para o fortalecimento do povo; a prioridade é a luta pela reconquista dos territórios tradicionais, no entanto, deixa evidente também que a escola não deveria ser a única responsável pelo processo de revitalização, responsabilizando também as famílias para que isso possa ocorrer. Embora seja bastante enfática sobre a necessidade de criarmos primeiro condições de reestabelecermos nossos territórios, a língua Terena não deve ser excluída dos planos do povo Terena.

Questões relacionadas à escola, como de a nossa escola ser apenas um espaço de ensino do conteúdo dos *purutuyeou* ela se tornar um espaço de nossos saberes, a professora nos respondeu o seguinte: “eu penso que a escola deve trabalhar os conteúdos da base comum e a cultura tradicional, que é a realidade nossa neh” (A. FERNANDES, 2016). Ainda acrescenta que “sempre será um desejo, acredito eu, de todas as comunidades, que tenham uma escola que consiga atender todas as especificidades, a comunidade tem esse desejo sim, tanto que está na busca de uma escola indígena diferenciada, voltada para a nossa realidade” (A. FERNANDES, 2016).

Nesse processo de fortalecimento da nossa língua, sem dúvida a escola é um espaço mais adequado para iniciarmos a discussão desse desafio, bem como ensinando a língua, ensinando os motivos que nos leva a ter uma cultura, ensinando a valorizar nossos saberes, enfim essa é uma das formas de aprendizagem que a escola pode nos ajudar.

Entrevista com o professor terena Jocimar Alves Gabriel

A entrevista com o professor Jocimar Alves Gabriel ocorreu no dia 19 de dezembro, às 7h da manhã em sua própria casa, na Vila Cruzeiro, aldeia Buriti. É professor de Ciências, possui 36 anos e mora na aldeia Buriti desde que nasceu. É o docente mais antigo que temos na escola.

Para Jocimar, ser um índio Terena é ser guerreiro na cultura, nos costumes. Reconhecer-se como Terena é ter a nossa cultura viva, como a dança, as pinturas, e suas

tradições, que são passadas de pai para filho. Ele vê uma diferenciação entre o nosso povo e os Kinikinau, para ele, é a nossa cultura e a nossa língua que se diferenciam, além dos costumes, do sotaque, da língua materna, enfim são alguns traços característicos que ainda podem existir. Agora, sobre o nosso povo e os *purutuye*, o professor destaca a fisionomia e os costumes.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de não ser considerado índio por não falar a língua Terena, o professor responde o seguinte: “eu não vejo nenhum problema, porque eu já nasci índio e irei morrer sendo um índio, portanto independente da língua, continuarei pertencendo a etnia Terena” (J. GABRIEL, 2016).

Quanto ao fortalecimento da identidade, Jocimar diz: “sim, sem dúvida é muito importante sim, mas também temos outros fatores importantes na nossa vida, que são as tradições dos nossos avós, que aqui no Buriti ainda não deixamos acabar” (J. GABRIEL, 2016). Sobre a questão da identidade étnica, acrescenta:

Em relação a ser acusado de não ser mais índio, por não falar mais nossa língua, eu posso dizer que ocorreu isso comigo sim, portanto consigo dizer ou me lembrar de algumas coisas, como veremos... sim já aconteceu comigo não só por não falar a língua, mas também no modo de ser, de vestir. Aí no modo de falar também o português o que me lembro foi isso que aconteceu” (J. GABRIEL, 2016).

No seu modo de pensar, a revitalização de uma cultura passa também pela questão linguística. Para ele, o fortalecimento da língua é uma força a mais para a nossa identidade, mesmo porque nosso caso aqui da aldeia Buriti, da etnia Terena, que estamos quase deixando de falar nosso idioma, esse fortalecimento é de grande valia: “Sim, pode sim ajudar e muito, e é o que estamos fazendo aqui na nossa comunidade, resgatando a língua através da escola e também com o apoio da comunidade” (J. GABRIEL, 2016).

Sobre a questão religiosa, o professor reafirma o que os outros entrevistados já disseram: “a comunidade aqui da aldeia Buriti geralmente professa basicamente a religião católica, eu diria que noventa por cento é pertencente a essa predominância religiosa” (idem). Ao ser questionado sobre as lembranças da nossa religião tradicional, que ainda possa existir aqui na nossa comunidade, o professor diz que se lembra da pajelança, que era muito forte há algum tempo, “porque naquele período as pessoas basicamente se curavam de doenças devido ao que até hoje chamamos de benção” (J. GABRIEL, 2016). Quanto à retomada da prática religiosa, se poderíamos ou não a

colocarem prática, a resposta que tivemos foi que “agente tem a intenção, porque tem alguns pajés ainda na comunidade e outro motivo é que não devemos deixar de acabar com essa que é uma tradição” (J. GABRIEL, 2016).

Agora, falando um pouco das questões ligada ao movimento Terena, indagamos ao professor Jocimar sobre qual é o principal problema que nosso povo Terena enfrenta no momento, e tivemos a seguinte resposta:

Que é sem dúvida a questão territorial. Que isso ocorre não só aqui na aldeia Buriti como em outras terras indígenas do nosso estado, ainda para que nosso povo consiga enfrentar esses e outros problemas, que tanto aflige nossas comunidades, é através de movimentos, e em alguns momentos indo para as áreas de retomadas” (J. GABRIEL, 2016).

Sobre essa questão ainda, J. Gabriel (2016) informa que estamos em uma fase de apagamento do nosso idioma, mas achamos que isso não afetaria nossa luta, porque temos vários outros tipos de problemas que não depende somente da língua para se resolver. Nesse contexto que estamos vivendo é primordial solucionarmos o problema do território, porque é na terra que vamos caminhar, mas isso também não diminui o efeito da questão linguística, porque sem dúvida são dois fatores importantes de nossa responsabilidade, até mesmo porque a questão da língua vem de berço.

Conforme J. Gabriel (2016), diante de todas as necessidades, desde o colonialismo do povo Terena, temos como desejo ver os territórios demarcados, uma vez que sem a nossa terra praticamente fica impossível nossa sobrevivência; quanto ao fortalecimento da nossa língua, ela contribuirá e muito na ajuda em nossos problemas, mas não é a solução definitiva, uma vez que as soluções dos nossos problemas não dependem somente da língua Terena.

Relacionamos também questões ligadas à nossa escola, precisamente sobre o papel da nossa escola, uma vez que na aldeia Buriti a nossa proposta enquanto professores e lideranças é voltada para o nosso aprendizado, para a nossa realidade, nossa especificidade, bem como, ensinar primeiro as coisas vinculadas à nossa cultura e nossa língua materna, e essa proposta vem ao encontro do nosso anseio, porque na nossa escola só tem indígena dando aula e todos formados, entendemos que o primeiro passo começa por aí, e pensando nesse sentido, hoje temos a escola como uma importante ferramenta que pode nos auxiliar, mostrando o caminho para muitas coisas

boas, como na preservação da nossa cultura e também realizando seminários, envolvendo os anciões detentores dos sabres tradicionais (J. GABRIEL, 2016).

Entrevista com o professor terena Gilmar Verón Alcântara

A entrevista com o professor Gilmar Verón Alcântara ocorreu no dia 14 de dezembro de 2016, às 15h da tarde, na oca da Escola Alexina Rosa Figueiredo. Ele é habilitado em Pedagogia, possui 36 anos; destes, 20 anos vividos na aldeia Buriti. Gilmar Verón Alcântara é o atual coordenador da escola.

Para Alcântara (2016), ser Terena é “poder conhecer a minha história, é valorizar a minha cultura e identidade, e ter um modo de viver diferente, e saber viver na sociedade”. Sendo assim, nosso entrevistado diz que o povo Terena é um povo hospitaleiro, que sempre é unido, resistente e conhecedor de sua própria história, também é um povo agricultor e sempre preocupado com a manutenção da cultura.

Quanto às diferenças existentes entre Terena e Kinikinau, o professor afirma que “nós Terena temos nossos próprios Territórios, enquanto os Kinikinau praticamente não têm” e acrescenta que “a língua que é diferente, agora quantos aos *purutuye*” [...] “eu penso que nós Terenas usa, trabalha mais no coletivo, já, os *purutuye*, é mais individualista. Dessa maneira, nós, enquanto índios, somos bem diferentes, até mesmo de uma comunidade para outra” (G. ALCÂNTARA, 2016). Nesse sentido, percebemos que a diferença é sempre um critério social, um problema social, a falta de território próprio dos Kinikinau, as diferenças relevantes não são culturais, históricas, linguísticas, econômicas, é ter ou não ter terra, e a preocupação pela conquista de terras de um povo que nunca conquistou. As diferenças entre os não indígenas encontram-se em dois pontos: linguísticos e culturais.

Sobre se é possível continuarmos sendo índios sem falarmos nossa língua, o professor afirma o seguinte: “eu digo que sim, sem dúvida, porque mesmo nós daqui do Buriti não falamos, mas existe outros aspectos culturais, como a nossa dança, os nossos costumes e a nossa história, que temos sendo dessa forma [...] considero que a nossa língua seja um fator muito importante” (G. ALCÂNTARA, 2016).

No que se refere à discriminação, de ser acusado de não ser índio pelo fato de não falar mais o nosso idioma, o colaborador respondeu o seguinte: “eu digo que nunca passei por isso, nesse sentido, entendo que o fortalecimento da nossa língua é tão

importante como o restante da nossa cultura, por isso sempre priorizamos mantê-la” (G. ALCÂNTARA, 2016).

Sobre religiosidade, Alcântara informa que a maioria da aldeia Buriti é católica, sendo a principal religião que professam, no entanto, ao conversar e observar os anciões, verifica-se que ainda permanecem as lembranças da nossa religião tradicional, como a nossa benção, que até então são poucas as pessoas que ainda realizam essa prática. E sobre retomar essas práticas tradicionais, ele acredita que temos as pessoas que já fazem isso.

Sobre o movimento nosso, dos Terenas, o professor Alcântara (2016) informa que “um dos principais problemas enfrentado é a nossa terra, que ainda não está demarcada. Para enfrentar, ou podermos solucionar esses problemas que são de rotina nas comunidades” [...] “nós estamos sempre em busca de informação jurídica e também através de mobilização e, ao mesmo tempo, preparando nossos jovens nas Universidades” (G. ALCÂNTARA, 2016). Quanto a essa visão de que a nossa língua esteja desaparecendo, Alcântara afirma: “eu tenho o seguinte posicionamento, olha [...] eu penso que a nossa língua não está morta de vez, mas também não deixa de ser um problema [...] agente sente de não falar a língua neh, pra nós [...] porque acho que devemos fazer ação forte em prol da nossa língua, entendeu” (G. ALCÂNTARA, 2016), e acrescenta:

Nesse contexto de superlotação da comunidade indígena aqui na aldeia Buriti não é diferente, eu penso que devemos resolver é a questão das nossas terras, aí depois lutamos pelas outras coisas, entendemos que a principal reivindicação da nossa comunidade seja que nossos territórios estejam em nosso poder, sem nenhuma demagogia [...] o principal desejo nosso, do nosso povo, é vermos nossa terras demarcadas, daí agente possa lutar com mais tranquilidade sobre as outras coisas, como é na questão da língua, para nós sempre será uma ferramenta a mais, isso não é a solução para os mais variados problemas (G. ALCÂNTARA, 2016).

Sobre as situações da escola, Alcântara diz que “entendemos que a nossa escola é um espaço para ser ensinado os conteúdos dos brancos, mas também pode ajudar a levantar nossa cultura” [...] “voltar a falar nossa língua começa pela nossa escola” (G. ALCÂNTARA, 2016).

Ao ser questionado acerca do papel da escola, uma escola que atenda as nossas especificidades, ele diz o seguinte:

Eu, enquanto professor, posso afirmar com conhecimento de causa que sempre foi e é um desejo, principalmente dos professores mais velhos, e hoje está em nossas mãos, para fazer isso acontecer na prática, sem dúvida a escola é um espaço onde pode acontecer da nossa cultura avançar ou pode ser um espaço que faça ela morrer, no entanto, para nós aqui da aldeia Buriti que não somos mais falantes, a escola tem um importantíssimo papel nesse processo (G. ALCÂNTARA, 2016).

Verifica-se, diante da fala do professor, que ele assume a responsabilidade do trabalho com a língua, uma vez que ele faz parte da escola e acredita que a escola deve exercer esse papel. Embora questione a necessidade de resolvermos problemas mais urgentes, não descarta o papel da escola (e ele está incluído nela) no que se refere ao processo de valorização e revitalização da nossa língua Terena.

Entrevista com o professor terena Jurandir Pinto Gabriel

A entrevista com o professor Jurandir Pinto Gabriel ocorreu às 10h, no dia 18 de novembro de 2016. É formado em pedagogia, 35 anos, residente na aldeia Buriti desde criança.

Ser Terena, para ele, é carregar e respeitar nossa cultura, em todos os aspectos. Caso esses aspectos não sejam levados em consideração, dificilmente pode-se considerar Terena. Com relação às características do povo Terena, o professor nos responde que é ser “receptivo em seu convívio social, que acaba brigando por seus direitos, que é garantido nas leis” (J. P. GABRIEL, 2016). Uma outra indagação feita ao professor Jurandir é a diferença que ele acha que possa existir entre nós Terena e os Kinikinau, sua resposta foi: “no momento desconheço como é o convívio do povo Kinikinau”, o que revela o seu desconhecimento ou proximidade com quem se identifica como Kinikinau. Agora, quanto à percepção do nosso povo Terena em relação aos Kinikinau, na opinião do professor Jurandir, é que existem muitas diferenças, principalmente no aspecto da valorização cultural, na organização social e nos direitos garantidos para ambos, uma vez que os Terena têm terras demarcadas e os Kinikinau não.

Tratando-se da possibilidade de não sermos índios, por não falarmos nosso idioma, a resposta que tivemos do professor foi: “que é possível, pois, não é somente a língua que nos identifica como sendo índios, bem como que a língua [...] ela é sem dúvida um fator de identidade, que nos condiciona a termos fortes identidades, mas não

só linguística, mas por meio de outros segmentos da nossa cultura” (J.P. GABRIEL, 2016).

Sobre a acusação de não ser mais índio por não falar mais minha língua, o professor se lembra que já vivenciou casos assim: “eu já vivenciei isso sim, na minha própria faculdade da minha graduação, os colegas de sala fizeram esta acusação, pena que os mesmos não conhecem os fatores de identidade dos povos indígenas” (J.P. GABRIEL, 2016). E acrescenta:

A língua de um povo sempre os identifica como sendo os mais tradicionais, mas pensando em quem não fala mais ela, como no nosso caso aqui da aldeia Buriti, mas percebendo que há uma preocupação de revitalização, eu penso que esse trabalho já mostra uma iniciativa de não perder sua afirmação étnica enquanto um povo indígena (J.P. GABRIEL, 2016).

Sobre a religião a qual o professor pertence, ele nos diz que é a católica, e essa é a religião predominante na aldeia Buriti. Sobre a religião tradicional que possa estar presente ainda aqui na aldeia ou se temos lembranças dessas práticas, o professor Jurandir nos informa que lembra vagamente, mas que ouviu bastante de seus pais: “podemos dizer que aqui na nossa comunidade esta prática religiosa não está acabando, porque ainda aqui acontece, principalmente nos períodos de semana santa (J.P. GABRIEL, 2016).

No que se refere ao principal problema enfrentado pelo movimento Terena atualmente, Jurandir afirma ser a questão territorial. Nesse sentido, para ele, “o modo de agirmos para uma possível solução é acreditarmos que a melhor ação é a união das comunidades indígenas, tendo em mãos uma só proposta de garantir nossos direitos” (J.P. GABRIEL, 2016).

Ao ser questionado sobre o estado da língua Terena, J.P. Gabriel (2016) expressou o seguinte ponto de vista:

Bem, eu penso que a nossa língua não está morta, pois ainda existem pessoas que são falantes, e também é praticada através da nossa escola, e até nesse momento não temos nenhum tipo de problema que possa se resumir na questão linguística, nós daqui da comunidade Buriti pensamos que uma coisa é ligada à outra, não existe o povo sem território e a língua sem o povo, pensamos dessa maneira (J.P. GABRIEL, 2016).

Essa afirmação do professor Jurandir reforça a ideia de que enquanto não se resolver os problemas territoriais pelos quais passamos, dificilmente conseguiremos concentrar nossas forças em políticas linguísticas que favoreçam o processo de revitalização da língua na nossa comunidade. Nesse sentido, é preciso buscarmos uma forma de unir a luta pela terra com a luta pela manutenção da língua, sem que uma coisa exclua a outra. Isso fica claro quando o professor informa que “tanto a primeira questão quanto as outras são de extrema importância, porém as duas são dependentes de nós mesmos, [...] só através da união é que podemos amenizar nossos principais problemas” (J.P. GABRIEL, 2016).

Para J.P. Gabriel (2016), a luta prioritária é pela demarcação dos nossos territórios tradicionais, mas ter na nossa escola uma educação diferenciada ajuda a pensar na solução de outros problemas, no entanto, acredita que somente fortalecer nossa língua não resolve os nossos problemas, mas ajuda no reconhecimento enquanto comunidade e ganha mais respeito com os outros povos indígenas.

Diante disso, vemos o poder político de uma língua indígena, tendo em vista que ela serve para fortalecer a identidade de um povo, o que garante o seu espaço na escola indígena, como também defende J.P. Gabriel (2016):

O papel da nossa escola é trabalhar com os dois eixos (conhecimento ocidental e conhecimento tradicional), mas fortalecer a identidade Terena, quando temos uma escola que atenda nossa especificidade, penso que sempre foi e ainda é a grande vontade do nosso povo da aldeia Buriti (J.P. GABRIEL, 2016).

Em relação à contribuição da escola, o professor acredita que esse trabalho já acontece na aldeia, porém é preciso de alguns ajustes para isso se tornar uma prática definitiva, mas, por outro lado, a nossa comunidade tem que se doar um pouco mais nesse processo cultural, atendendo aos seus vários aspectos. Diante disso, fica claro que já há políticas linguísticas no âmbito escolar que favorece o processo de valorização da língua Terena, mas sobre esses aspectos, tratamos no capítulo 4 desta dissertação.

Entrevista com o professor terena Juninho Gabriel Mamede

A entrevista com o professor terena Juninho Gabriel Mamede foi realizada no dia 02 de janeiro de 2017, às 09h da manhã, em sua própria casa na Vila Nova, aldeia Buriti. O professor é formado na área de Ciências Sociais e trabalha há mais de dez anos na escola da aldeia Buriti, onde vive desde criança.

Para o professor Juninho, ser Terena “é ser uma semente que está até agora em pé e ainda semeando, que durante décadas o Estado brasileiro vem tentando cortar nossas raízes” (J. MAMEDE, 2017). Com essa definição, ele consegue enxergar características próprias no povo Terena que é um povo lutador, um povo humilde e que sabe trabalhar com a terra.

No que se refere às diferenças entre Terena e Kinikinau, J. Mamede (2017) acredita que as mesmas se encontram na forma própria de organização social, mas prefere não aprofundar a discussão por afirmar conhecer pouco os Kinikinau. Sobre a diferença entre Terena e não indígena, sua opinião foi a seguinte: “eu acho que nós índios, nós somos mais unidos do que os brancos, isso pra mim é a diferença principal” (J. MAMEDES, 2017).

Para o professor, não há dúvidas sobre o nosso Ser indígena:

Com certeza que podemos sim dizer e afirmar que somos indígenas e não é pela nossa língua que deixaremos de ser, ainda nós Terena temos uma identidade, uma cultura de danças e o jeito próprio de viver, esses são alguns dos traços que podem nos identificar enquanto indígena, acredito firmemente que a nossa língua é uma marca registrada de qualquer povo indígena (J. MAMEDE, 2017).

Nesse sentido, o professor tem plena certeza de nossa indianidade, independente se ainda falamos ou não a língua, mas admite que a língua é uma marca registrada de qualquer povo, o que demonstra que a perda linguística não nos “embranquece”, mas a manutenção da língua nos fortalece enquanto grupo. Ele acrescenta que nunca sofreu discriminação ou preconceito por não falar mais a língua Terena e considera uma atitude equivocada dizer que uma pessoa não é indígena somente por não mais falar a língua de seu povo: “quem pensa dessa maneira é errado, porque o índio já é índio desde que nasceu e não se remete apenas na questão linguística” (J. MAMEDE, 2017).

Sobre o fortalecimento da língua para um possível fortalecimento da nossa cultura, a resposta do professor Juninho é a seguinte: “esse fortalecimento da nossa língua é importante porque nossas crianças têm que aprender a falar a nossa língua e os nossos costumes, e não a do branco que muitas vezes agente vê aqui” (J. MAMEDES, 2017).

O professor Juninho, assim como os outros professores, assume ser católico e concorda com a ideia de que o catolicismo é a religião professada pela maioria dos membros da nossa comunidade. Sobre a religião tradicional, a indagação é se há uma

lembrança por parte de nosso entrevistado, ele diz que ainda se lembra um pouco do tempo em que as pessoas faziam mais a pajelança, e ressalta que ainda existe, mas já são poucas as pessoas que fazem isso na aldeia. Quanto à possibilidade de retomar essa parte religiosa que existia mais forte antigamente, o professor contribui dizendo que gostaria de resgatar a pajelança para justamente as nossas crianças de hoje conhecerem como era isso.

Quanto ao movimento Terena, bem como os problemas maiores que a comunidade enfrenta na nossa comunidade, o professor afirma que isso não é diferente das demais comunidades, porque “o nosso território é a grande questão, assim como os enfrentamentos que sempre tivemos, e ainda vamos ter, é através das nossas lutas e outros meios jurídicos” (J.MAMEDE, 2017). Com referência à possível morte da língua Terena, o professor aponta que “ela é um descrédito a menos para as nossas lutas, mas não é o principal, porque existem situações nas comunidades que não dependem somente da língua para resolver” (idem). Quanto a resolver os problemas principais, seja ela do ponto de vista da perda linguística ou do território sua resposta foi: “achoque seria todos importantes, mas agora nós precisamos dos nossos territórios” (J. MAMEDES, 2017), mas acrescenta:

Quanto à questão de resolver seja o fato da língua ou do nosso território, acho que as duas coisas podem caminhar juntas, porque a nossa língua também é muito importante, mas o nosso território aperta ainda mais o nosso calo, porque a aldeia está ficando muito pequena pra muita gente daqui. Aqui na aldeia Buriti o nosso principal desejo é resolver os problemas de nossas terras, o fortalecimento da língua é uma ajuda significativa, mas não abrange a todos nossos problemas que são inúmeros (J. MAMEDE, 2017).

Sobre a escola, Mamede também traz uma boa reflexão. Em seu ponto de vista, é possível que a escola indígena trabalhe com conhecimentos indígenas e não indígenas, mas o esforço de valorização do conhecimento tradicional não pode ficar somente a cargo da escola, a comunidade precisa se envolver com esse projeto:

O conceito que temos enquanto professores indígenas é que não podemos deixar de transitar na modalidade de conteúdo dos não indígenas, mas que a nossa escola saiba conduzir esse processo, porque aqui também temos nosso compromisso e muito ainda com os nossos saberes tradicionais. Essa questão de termos uma escola diferenciada já existe no papel, basta ela ser colocada em prática. É

preciso nós professores fazer também essa retomada da educação em termos de crescimento e ajuda mútua, a escola já vem contribuindo para isso, agora é necessário que a comunidade também entenda e abrace a ideia de uma educação de afirmação étnica (J. MAMEDE, 2017).

Entrevista com a professora terena Ana Sueli Firmino

A entrevista com a professora terena Ana Sueli Firmino ocorreu no dia 19 de novembro de 2016, às 13h da tarde, em sua própria casa, localizada na Vila Isabel, aldeia Buriti. Ela é professora dos anos iniciais, trabalha com alfabetização, possui 46 anos e há mais de quarenta anos mora na aldeia Buriti.

Para a professora Ana, ser Terena do Buriti “é ser uma pessoa alegre, é ter orgulho de ser indígena, é ser defensor dos nossos direitos e, ao mesmo tempo, lutar pelo bem comum da comunidade” (A. FIRMINO, 2016). Dessa forma, entendemos que ser Terena não é sinônimo de tristeza, de fraqueza e de individualismo, mas justamente o contrário. Isso fica muito claro na fala dos entrevistados e é reforçado pela professora Ana Firmino.

Sobre as qualidades do nosso povo Terena, Ana Sueli afirma que “é ser hospitaleiro, observador, que busca aprender para melhorar a comunidade, e que nesses últimos anos somos todos guerreiros pelos direitos de continuar a viver” (idem). Nesse caso, há uma forte complementação das características do Terena, que é a de povo guerreiro e lutador, embora pacífico e generoso.

Questionado sobre as diferenças entre os Kinikinau e os Terena, a professora não consegue aprofundar muito essa questão, mas acredita que somos diferentes, pois temos formas diferentes de viver em comunidade. A. Firmino (2016), ao ser questionada também sobre as diferenças entre nós Terena e os não indígenas, ela afirma o seguinte:

Dizem que nós Terena somos um povo que mais se parece com os *purutuye*, pode ser até em alguns aspectos, mas temos muitas diferenças, primeiro que nós conseguimos viver em comunidade, nós pensamos no outro, na dor do outro, também temos sentimentos pelo outro, enquanto que para os *purutuye* o que vale é o poder (A. FIRMINO, 2016).

Em relação à continuidade de sermos ou não índios Terena, mesmo sem falar nossa língua, A. Firmino destaca “que nós nascemos Terena e morreremos índios Terena, pois a língua é apenas um dos fatores de nossa identidade, logicamente que não

deixa de ter seu valor, mas o sangue de índio é o mais importante” (A. FIRMINO, 2016).

Quando questionada sobre a situação da língua enquanto identidade importante, o posicionamento da nossa entrevistada foi que nossos ancestrais falam nosso idioma, mas que essa prática de ser falante foi sendo consumida pela história, e pessoas não indígenas acabavam fazendo intervenções na nossa língua, mas enquanto escola estamos contribuindo para a revitalização da nossa língua materna.

Sobre a acusação de não ser índio pelo fato de nós não sermos mais falantes, A. Firmino afirma que não vivenciou essa experiência:

Eu não vivenciei isso, mas já ouvi de alguns colegas que já sofreram com esse tipo de acusação, porém não me recordo no momento como se deu detalhadamente. Sem dúvida, o fortalecimento da nossa língua é um suporte para a nossa identidade, pois nós daqui da aldeia Buriti, a grande maioria não mais falante, somos fortes em vários outros aspectos, como nas danças, no modo de viver, de ser, e na nossa organização (A. FIRMINO, 2016).

No que se refere à religião, Ana Sueli diz que é católica, assim como a maioria da comunidade a que pertence. Com relação à religião tradicional, sua resposta foi que lembra da benção, onde a sua mãe sempre tinha a prática de contar ou relembrar essa memória e que na aldeia Buriti ainda temos, apesar de já não ser como antes, uma vez que agora poucas pessoas ainda possuem essa prática.

Em relação ao movimento Terena e sobre os principais problemas enfrentados pela nossa comunidade, a entrevistada concorda com os demais: “é a falta da terra”, mas acrescenta outros: “má qualidade da assistência à saúde”. Quanto à possibilidade da morte da nossa língua Terena, a professora diz que não consegue dizer que a nossa língua está morta, pois temos ainda anciões, filhos e netos falantes na nossa aldeia e complementa que a escola agora precisa unir forças com a comunidade e dedicarmos tempos para ações afirmativas em prol da nossa língua. Salienta ainda que o problema a se resolver primeiro é a demarcação do território tradicional, “porque sem ela fica difícil continuarmos a vida, sem dúvida tem que haver demarcação das nossas terras” (A. FIRMINO, 2016). Ela também afirma que o principal desejo da nossa comunidade é ver nossos territórios demarcados e compreende a nossa preocupação com a língua: “entendo que esse processo de fortalecimento da língua é um fator que de alguma

maneira nos ajudará, logicamente que não será a receita para todos os problemas” (idem).

Sobre as questões escolares, nossa entrevistada diz que “a escola veio para tentar integrar nós à sociedade, mas hoje aprendemos o conteúdo da base comum interligado com os nossos saberes tradicionais. Que é nossa educação né” (A. FIRMINO, 2016). Afirma também que, nesse sentido, “sempre queríamos uma escola, do nosso jeito, onde os alunos aprendessem a partir da nossa realidade, esse também foi desejo de alguns professores mais antigos e que não dão mais aula na nossa escola” (idem). Com base nisso, a professora Ana Sueli acredita seriamente que a nossa escola já vem fazendo esse trabalho.

Entrevista com o professor terena Alberto França Dias

A entrevista com o professor terena Alberto França Dias, 46 anos, ocorreu no dia 13 de dezembro de 2016, em sua casa, localizada na Vila Cerradinho, aldeia Buriti. Ele mora há dez anos na aldeia, mas é natural da Aldeinha Anastácio. Formado em Pedagogia, atualmente trabalha como técnico em educação no Município de Dois Irmãos do Buriti. Além de professor, Alberto França é uma liderança muito importante em nível nacional.

Para ele, ser Terena “é trazer consigo a alegria de conhecer suas raízes, conhecer sua história, como parte de sua vida, e a cada dia irmos construindo a nossa própria história” (A. DIAS, 2016). No seu entendimento, o povo Terena “sabe ouvir antes de falar qualquer coisa, calmo, um povo lavourista, que sabe tirar da terra a sua forma de sobrevivência” (A. DIAS, 2016). Nesse sentido, questionamos o professor sobre as diferenças que, não sua visão, possam existir entre nós e o povo Kinikinau, a sua resposta foi: “cada povo sempre vai ter suas peculiaridades e o que podemos ter em comum é a luta pelos nossos territórios”. Procurou não aprofundar a discussão, pois disse que não conhece bem o povo Kinikinau.

Sobre as diferenças entre nós Terena e os *purutuye*, o professor afirma que “os índios têm uma visão de mundo totalmente diferente do não indígena, e que lutamos para continuarmos em equilíbrio com a natureza; enquanto o não indígena, tem a natureza como um bem de mercado a ser explorado” (A. DIAS, 2016).

No que diz respeito a ser índio, mesmo sem falar a nossa língua, A. Dias (2016) argumenta que:

Alíngua é uma parte da cultura terena, não é o seu todo, assim como também os costumes e outras tradições terena, então se o Terena não fala a sua língua, você vai conhecer ele pelo seu sotaque, mesmo não sendo falante, nós vamos continuar sendo terena com nossa forma de vida, pois a cultura está dentro de nós, e isso não se tira de um povo que tem suas próprias formas e estratégias de sobrevivências e continuidade de ser terena (A. DIAS, 2016).

Ao considerar a nossa língua como sendo um fator de identidade importante, a resposta que tivemos nesse sentido foi que é um fator importantíssimo assim como para qualquer outro povo, “pois a língua também é uma arma estratégica de luta e, ao mesmo tempo, reforça nossa identidade (A. DIAS, 2016). Quanto à questão da acusação de não ser mais índio por deixar de falar nossa língua, nosso entrevistado nos responde que não passou por essa experiência, mas já presenciou o próprio Terena falante discriminando outro patrício que não é falante, enfim ele diz que poderia esperar de um não indígena menos de seu próprio sangue. Finaliza esse assunto afirmando que “sem sombra de dúvidas o fortalecimento da nossa língua Terena, no seu todo, fortalece a cultura Terena, e isso agente vem resgatando aqui na nossa comunidade” (A. DIAS, 2016).

Sobre as questões religiosas na aldeia Buriti, o professor é o único entrevistado que se considera evangélico, mas diz que aqui na nossa comunidade a maioria é pertencente à religião católica. No que se refere às lembranças da religião tradicional, o professor aponta as atividades dos nossos pajés no passado e que a retomada dessa tradição deve ser algo muito reservado.

Com relação ao movimento Terena, podemos afirmar que tanto na opinião do nosso entrevistado, como pelas outras que aqui fizeram parte dessa pesquisa, a principal reivindicação é o nosso território tradicional e uma das formas vistas pelo nosso entrevistado de vencermos ou, ao menos, amenizarmos esses problemas é incentivarmos os nossos jovens a estudarem, para estarem preparados para os embates contra os avanços da perda de direitos adquiridos.

Em respeito à vitalidade da língua na aldeia Buriti, o professor expressa o seguinte: “não quero pensar na morte da nossa língua, pois estamos trabalhando pra isso não acontecer, o que a escola fez no passado estamos fazendo ao contrário, estamos usando o espaço escolar como o fortalecimento da língua” (A. DIAS, 2016).

Entendemos, a partir dos posicionamentos dos professores terena, que a língua é um problema ainda a ser resolvido, mas acreditam que a escola já está tentando resolver. Nesse sentido, parece que, à primeira vista, não há uma necessidade de discutirmos

políticas linguísticas na escola. Entretanto, ao nos depararmos com o ensino de língua Terena na escola, verificamos a necessidade de diversas implementações que contribuirão para a valorização e a revitalização da nossa língua, como veremos no capítulo 4 desta dissertação.

Quanto à resposta do professor Alberto sobre a perda linguística ou a do nosso território ele nos informa que “estamos lutando com as duas situações ao mesmo tempo, não podemos continuar priorizando isso ou aquilo” (A. DIAS, 2016), porque acha que tanto a língua quanto o território são muito importantes e representam a nossa sobrevivência enquanto povo. Segundo o professor, nessa questão de resolver uma coisa ou outra, primeiro seja a nossa língua ou o nosso território, as duas têm a mesma proporção de significância para nosso povo, uma coisa está alicerçada à outra: “sem o território possivelmente não existirá língua, nem povo” (A. DIAS, 2016). Além disso, acrescenta que hoje “agente consegue identificar que a vontade de nosso povo ou a principal vontade é a demarcação do nosso território”, conseqüentemente, “as outras coisas, como uma educação diferenciada, saúde diferenciada, e assim por diante, serão resolvidas” (A. DIAS, 2016). Nessa mesma linha de raciocínio, consideramos que o fortalecimento da língua é um bem que o nosso povo luta para não perder, e que os problemas a serem enfrentados sempre terão uma nova estratégia de enfrentamento.

No que diz respeito à escola, o colaborador de nossa pesquisa afirma que os Terena têm um espaço estratégico de fortalecimento cultural, que é a escola, assim sendo, “sempre foi o nosso sonho termos uma escola que trabalhasse os nossos saberes, e ter autonomia para fazer isso” (A. DIAS, 2016). Para ele, é através da escola que poderemos ainda nos assegurar enquanto espaço estratégico de discussão e afirmação cultural, porque através dela podemos aproveitar os nossos sabedores tradicionais para ajudar nesse fortalecimento.

Entrevista com a professora terena Devane Alves Gabriel

A entrevista com a professora terena Devane Alves Gabriel foi realizada no dia 10 de novembro de 2016, às 13h, em sua própria casa, na Vila Cará, aldeia Buriti. Ela é professora de História, tem 29 anos de idade e mora desde criança na aldeia Buriti.

Ser índia Terena, para Devane, “é vivermos constantemente nossa cultura, nossas crenças, costumes e vários outros valores que temos, e é muito importante independente do lugar onde você estiver” (D. GABRIEL, 2016). De acordo com seu ponto de vista, os Terena se caracterizam enquanto um grupo étnico pelo seu modo de viver, traços

físicos, costumes, crenças e hábitos inerentes ao povo. Para ela, os Terena se diferenciam dos Kinikinau em termos de organização social, como se auto identifica-se e por nossas especificidades. D. Gabriel (2016) também destaca as diferenças existentes entre os Terena e os *purutuye*, segundo ela, “essa diferença está nos costumes, nas crenças, hábitos que são totalmente diferentes da nossa realidade” (idem).

Ao ser questionada se seria possível continuarmos sendo índios sem falar nosso idioma, a professora nos informa que sim, porque vivemos a nossa cultura e o peso de não sermos falantes da nossa língua não pode definir se somos ou não indígenas, mas acredita também que a língua é um fator de identidade bastante importante, porém temos outros fatores que podemos denominar como fatores de identidades.

Em relação à acusação de não ser mais índia, pelo fato de não ser mais falante da língua Terena, Devane compartilha conosco o seguinte: “sim, várias vezes passei por esta situação, sendo que uma foi quando fui fazer minha inscrição na faculdade e fazer o pedido de bolsa indígena, pediram a minha carteira de identidade da Funai, e esta foi apenas uma das situações” (D. GABRIEL, 2016).

Quanto ao fortalecimento da língua Terena, como possibilidade de fortalecimento da identidade Terena, a nossa professora expressa a seguinte opinião: “ahh! sem dúvida, neh, podemos dizer que se tivermos mais pessoas falantes na comunidade, os mais jovens, não somente os anciões, ajudariam bastante nesse fortalecimento” (D. GABRIEL, 2016). Com base nessa declaração, podemos inferir que há uma necessidade de termos mais falantes Terena em nossa comunidade, que essa responsabilidade de usar a língua no nosso espaço não pode ficar a cargo apenas dos mais velhos.

Ao tocarmos no assunto sobre religião, a entrevistada se assume como católica, mas faz uso da nossa verdadeira religião tradicional, embora a religião professada na aldeia seja predominantemente a católica. Diz ainda ter lembranças da religião tradicional, como as nossas rezas, os cantos e que isso ocorria em momento considerado sagrado. Ao perguntarmos se ela gostaria que essas práticas tradicionais retornassem com mais vigor, sua resposta foi: “a vontade de retomarmos é grande, mas sabemos que esta prática não se aprende no dia a dia, porque isso a gente considera sendo um dom de quem faz isso” (D. GABRIEL, 2016). Nesse sentido, o sentimento de ver a religião tradicional ter mais destaque dentro da comunidade é compartilhada com todos os entrevistados, no entanto, o impedimento encontra-se em quem pode assumir essa responsabilidade, tendo em vista que não se trata de um uso coletivo e comum, mas de

pessoas preparadas e com o dom para desenvolver atividades espirituais conforme nossas próprias crenças.

Quanto ao movimento Terena e aos problemas vivenciados em nossa comunidade, a professora compartilha também das mesmas ideias dos demais colaboradores desta pesquisa. Em seu ponto de vista: “o nosso principal problema que, com certeza, não é só do povo Terena, mas sim de vários outros povos, é a demarcação de nossos territórios tradicionais” (D. GABRIEL,2016). Diante disso, segundo Gabriel, a forma mais precisa que as nossas comunidades vêm encontrando para resolver esses problemas é “se organizando cada vez mais, em nossas bases e lutando por nossos direitos, que não é fácil buscá-los” (D. GABRIEL, 2016).

Além disso, na sua posição, a professora nos informa que o apagamento da língua Terena, na nossa comunidade se torna sim um empecilho: “sim, porque se tivéssemos mais pessoas falantes na comunidade seria uma arma a mais em mãos” (D. GABRIEL,2016). No entanto, na opinião da nossa entrevistada, o problema que deveríamos resolver primeiro é o da questão territorial, “porque aí conseguiremos resolver os outros, como é o caso da nossa língua Terena [...] sem dúvida é fazer a demarcação de nossas terras tradicionais”. Quanto ao fortalecimento da língua Terena,ela também vê como necessário: “sim, é uma ferramenta a mais que teremos na luta e no movimento, não só dentro mais principalmente fora da comunidade” (D. GABRIEL, 2016).

Sobre o papel da escola dentro da comunidade, de ensinar não só os conhecimentos dos não indígenas, mas também os conhecimentos indígenas, a professora afirma o seguinte: “com base no que tenho vivenciado na nossa escola, ela sempre será um espaço, um local onde buscamos viver nossa cultura tradicional, mas não deixando de trabalhar os conhecimentos ocidentais” (D. GABRIEL, 2016). Além disso, Gabriel expressa seu desejo de termos uma escola que atenda as nossas especificidades:

É um sonho que, aos poucos, vem sendo concretizado em equipe, mas esperamos que um dia nós consigamos ter uma autonomia para trabalharmos de acordo com nossa realidade, pois entendemos que a escola é também um espaço de ajuda, assim como no fortalecimento da nossa cultura, mas que para isso não se pode carregar a responsabilidade sozinha, temos que buscar parcerias com as lideranças e a comunidade (D. GABRIEL, 2016).

Diante disso, fica claro que as políticas linguísticas de valorização, revitalização e fortalecimento da língua Terena não pode ficar sob única responsabilidade da escola, é preciso estabelecer parcerias entre as lideranças e a comunidade, a fim de que tracemos juntos formas de nossa língua passar a ter visibilidade na aldeia Buriti.

Entrevista com a professora terena Darli Reginaldo

A entrevista com a professora terena Darli Reginaldo ocorreu no dia 04 de novembro de 2016, às 7h, na oca da escola da aldeia Buriti. Atualmente, ela é professora de língua Terena, possui 42 anos de idade e mora na aldeia Buriti desde quando nasceu.

Para a professora D. Reginaldo (2016), ser Terena é “conhecer minhas raízes e o que define eu ser índia é minha característica física e a cultura que vivo e preservo”. Em seu entendimento, o povo Terena possui um modo de viver próprio, em união, o que nos difere dos não indígenas. Além disso, os Terena se diferenciam dos Kinikinau por este não possuir território próprio: “os nossos patrícios Kinikinau não têm seus próprios territórios e nós terena já temos o nosso, e isso nos credencia a dizer que temos uma identidade própria” (D. REGINALDO, 2016). Em seu ponto de vista, não ter território próprio é mais difícil de se colocar como índio dentro dessa sociedade em que vivemos, mas esse mesmo sentimento não é expresso quando se refere aos indígenas que já não falam mais a língua de seu povo: “ser índio não se define apenas pela sua língua porque, por de trás, existe uma cultura que ainda a mantém viva, mas a língua de um povo é sem dúvida uma afirmação de identidade” (idem).

A professora Darli admite nunca ter sido acusada de não ser índia por não falar a língua Terena, mas acredita que a luta pela manutenção da língua é extremamente válida: “eu acho que sim, até mesmo porque uma coisa está ligada a outra, para você ser índio tem que ter alguma coisa que te identifique, e a língua é uma delas” (D. REGINALDO, 2016).

Referente à religiosidade, a professora foi bem enfática ao dizer que ela faz parte da modalidade evangélica, mas que na comunidade da aldeia Buriti a maioria é pertencente à religião católica. Quanto às lembranças da religião tradicional, sua resposta foi: “sim eu lembro, presenciei vários momentos que, para mim, é sagrado” (D. REGINALDO, 2016). Sobre a possibilidade de retomarmos às nossas práticas religiosas de antigamente, a professora nos informa que poderíamos até fazer, uma vez que há essa

vontade, mas entendemos também que essas práticas das pajelanças e benzeção são um dom de Deus a quem respeitamos.

Assim como os demais, a colaboradora destaca que o maior problema vivenciado hoje pelos Terena é a questão territorial, que precisa ser demarcado. Só assim a gente poderá solucionar outros problemas. Sobre a possibilidade de a língua Terena desaparecer na nossa comunidade, ela afirma o seguinte: “como eu sou falante, não vejo que nossa língua esteja nesse processo de morte, mas também não deixa de ser um problema que, no meu caso, venho lutando na escola” (D. REGINALDO, 2016).

No ponto de vista da nossa entrevistada, ela diz que o problema linguístico é nosso, da aldeia Buriti, mas que a do nosso território já envolve outras comunidades que lutam pelo mesmo direito, então sua posição é que a língua nós mesmos conseguiremos resolver, e afirma por ser moradora dessa comunidade que a grande questão a ser resolvida é o das nossas terras indígenas: “sem dúvida, esse sim é o principal desejo nosso, já o fortalecimento da nossa língua é sem dúvida o reflexo de empenho da nossa comunidade em propor ações para uma afirmação de nossa identidade enquanto indígenas” (D. REGINALDO, 2016).

Para finalizar a entrevista, apresentamos algumas questões ligadas à escola da aldeia. Darli acredita que a escola deve abranger todos os aspectos culturais, pois “é um espaço onde se pode avançar ou acabar parando onde está” (D. REGINALDO, 2016). Em seu entendimento, a escola é “um sonho que está em fase de nascimento, porque ainda agente acredita que chegaremos nesse patamar (de uma escola específica e diferenciada).

No que diz respeito ao fortalecimento da língua enquanto cultura, a professora coloca que “sem dúvida, a escola é um espaço de avanço ou de retrocesso, depende de como vamos administrar [...] e eu acredito mesmo que o ponto de partida sobre nossa língua tem que passar pela escola” (D. REGINALDO, 2016). Nesse sentido, ao final, ela concorda que há uma necessidade de se pensar em políticas linguísticas que possam favorecer a língua Terena na comunidade, mas isso, em seu modo de ver, precisa ser iniciado pela escola.

3.2.1 Alguns apontamentos sobre as entrevistas concedidas pelos professores terena

Com o objetivo de traçarmos políticas linguísticas que possam viabilizar a criação de um espaço para língua Terena na aldeia Buriti, foi de fundamental

importância ouvir aqueles que fazem a educação escolar indígena acontecer em nossa comunidade. Pelas entrevistas, verificamos o quanto nossos professores são politizados e compreendem os problemas de nossa aldeia. Fica evidente que a maior preocupação dos educadores refere-se à retomada dos nossos territórios tradicionais, isso porque não é algo que só beneficiará os Terena da aldeia Buriti, mas será bom para todos os Terena da Reserva Indígena Buriti. É nesse sentido que afirmamos que o povo Terena é unido, se preocupa com os problemas da coletividade e não apenas com os problemas pontuais e individuais. Além disso, sabem que sem território não há cultura, não há língua, uma vez que é por meio do território que se organizam socialmente e se reproduzem cultural e fisicamente.

Por outro lado, nenhum dos professores disseram ser contra a políticas de revitalização da língua Terena na aldeia Buriti, pelo contrário, foram enfáticos ao dizer que isso é também uma responsabilidade nossa, mas que não pode estar desvinculada da luta pela terra, tão pouco deve ser um trabalho puramente escolar. É necessário que toda a comunidade se envolva, a fim de que alcancemos êxito em nossos propósitos.

Outro elemento muito importante dessas entrevistas foi compreender, a partir da visão dos professores, o que é ser Terena e como definem nosso povo. Todos os atributos apresentados demonstram a nossa atitude positiva frente à nossa etnia, à nossa identidade, ao nosso orgulho de ser Terena, apesar de todo sofrimento, apesar de tantas perdas históricas. Fica claro no discurso que seguimos guerreiros e amamos ser quem nós somos. Além disso, mesmo sem falarmos a língua Terena, isso não depõe contra o nosso sentimento de indianidade, seguimos Terena e lutaremos para que nossas terras sejam retomadas e que nossa língua seja fortalecida, tanto no âmbito escolar quanto na comunidade.

Muito importante também é ressaltar que, mesmo aqueles que já não falam a língua Terena, trata esse idioma como nosso, tem um sentimento de pertencimento que nem a perda linguística conseguiu matar: “nossa língua Terena, nossa língua materna, a língua do nosso povo, a língua da nossa comunidade”. Isso comprova a atitude linguística positiva, o que vale a pena ser considerado na construção de políticas linguísticas para a manutenção da língua Terena. Como já afirmamos em outro momento, as discussões sobre políticas linguísticas serão feitas no capítulo 4 desta dissertação. Por agora, basta reafirmar que nossa língua está apenas adormecida, como acredita um dos nossos entrevistados.

Para além dessas questões, verificamos o deslocamento da religião tradicional, mas não o seu apagamento da memória dos professores indígenas. Todos pertencem a uma tradição religiosa cristã, mas em nenhum momento trataram com desrespeito ou ignoraram a existência de religião tradicional, que ainda se mantém viva, embora esteja sem tanto vigor.

3.3 As atitudes linguísticas e o uso linguístico de quem não fala a língua Terena, mas afirmar compreender em alguma medida

Nesta seção, apresentamos os resultados das entrevistas realizadas com alguns dos Terena da aldeia Buriti que afirmam não falar a língua, mas, pelo contato com falantes, compreendem algumas palavras, expressões, em certa medida. Para compreendermos a realidade dessas pessoas, a fim de pensarmos políticas linguísticas que também possam favorecê-los quanto ao desenvolvimento das competências comunicativas em Terena, consideramos alguns pontos importantes de serem abordados nas entrevistas: atitudes linguísticas: Que língua aprenderam a falar primeiro? Caso tenha sido o português, se gostariam de ter adquirido a língua Terena? Se gostariam de ser falantes da língua Terena? Que língua consideram mais fácil falar? Que língua acham mais bonita? Que língua utilizam mais? Se conversam em Terena com alguém da aldeia onde mora e quando isso acontece? Com quem conversam em Português na aldeia onde moram e quando isso acontece? Se sabem ler e escrever em Terena? Caso não saibam, por que acham que não aprendeu a ler e escrever em Terena? Caso saibam, o que costumam ler e escrever em Terena? Que língua acham que deve ser ensinada na escola primeiro? Que língua acham que deve ser a língua de instrução na escola Terena? Se acreditam que a língua Terena pode desaparecer e por que? Se acham que pode ser feito alguma coisa para manter a língua Terena? Se gostariam de usar a língua Terena todos os dias ou em ocasiões específicas? Que papel gostariam que a língua Terena tivesse na comunidade? Por que é importante usar a língua Terena na comunidade? Que atitudes gostariam que a comunidade tivesse em relação à língua Terena? Quais as coisas mais importantes da cultura Terena que gostariam que a sua comunidade preservasse? Quais as coisas da cultura Terena gostariam que a comunidade mudasse? Se conhecem algum falante da língua Terena? Por fim, solicitamos uma frase que pudesse representar o povo Terena, deixamos a critério do entrevistado a língua

utilizada para tal. Além disso, perguntamos se teria alguma mensagem para deixar ao povo Terena e que gostariam de compartilhar nesta pesquisa.

Durante a entrevista, perguntamos também aos nossos colaboradores acerca do grau de instrução escolar que cada um possui. Seguimos a entrevista perguntado sobre as práticas de leitura e escrita na aldeia, levando em consideração o uso da língua portuguesa e da língua Terena, a fim de verificar a funcionalidade e o papel social desses sistemas linguísticos atualmente na aldeia Buriti.

Dando prosseguimento às entrevistas, fizeram parte também desses momentos a busca pelo conhecimento dos colaboradores acerca da aprendizagem da língua Terena na aldeia Buriti: Se tem aprendizado da língua Terena na comunidade? Se sabem onde é o aprendizado da língua Terena na comunidade? Se podem descrever como é feita essa aprendizagem nesses ambientes? Se têm conhecimento sobre a existência de algum material ou estratégia de revitalização da língua e da cultura Terena? Se têm conhecimento da existência de algum professor de língua Terena na comunidade? Se sabem dizer quantos professores de língua Terena têm na comunidade? Se sabem como é escolhido o professor de língua Terena na comunidade?

Ainda sobre o ensino de língua Terena, interrogamos sobre as aulas de língua Terena na comunidade, a fim de que conseguíssemos perceber se eles conhecem as políticas linguísticas instaladas na escola da aldeia e se têm ciência do desenvolvimento desse ensino.

Em seguida, perguntamos acerca dos usos linguísticos no âmbito da comunidade nas várias situações comunicativas, de forma que pudéssemos constatar a funcionalidade da língua Terena e da língua portuguesa nos seguintes contextos: reuniões internas da comunidade (assembleias políticas, reuniões sobre os projetos da comunidade etc.); reuniões na comunidade que contam com a presença de algum *purutuye* ou de algum índio de outra etnia. Perguntamos também que língua é mais usada durante as festas tradicionais da comunidade?; qual é a mais usada durante as cerimônias religiosas da comunidade?; a mais usada durante a confecção de artesanato/cerâmica na sua comunidade?; a mais usada durante as pescarias?; a mais usada durante as caçadas?; a mais usada durante as brincadeiras das crianças?; a mais usada durante as rodas de mate/tereré?; a mais usada durante as atividades na roça?; em qual língua sonham?; se os falantes de Terena da comunidade costumam contar histórias, mitos, lendas em Terena, e se isso é frequente?

Por fim, sistematizamos em quadros os usos linguísticos no âmbito familiar de cada entrevistado, considerando as situações de conversação e os interlocutores dessas conversações. Depois, solicitamos aos entrevistados para indicar os lugares e situações em que os mesmos gostariam de falar em Terena, caso soubessem a língua. Dessa forma, reuniremos propostas de políticas linguísticas que favoreçam também a parte da comunidade que os entrevistados representam.

Entrevista com a jovem terena Jodinesa Rodrigues Ramos

Jodinesa Rodrigues Ramos possui 22 anos e reside na aldeia Buriti. Considera-se uma não falante da língua Terena, embora afirma compreender alguma coisa nas conversações. Sua primeira língua é o português, tendo em vista que nasceu numa realidade em que essa língua já fazia parte do cotidiano da aldeia e do ambiente familiar, o que possibilitou a aprendizagem dessa língua também no âmbito escolar. No entanto, ao ser questionada se gostaria de ter adquirido a língua Terena e se gostaria de ser falante da língua, ela afirma o seguinte: “sim, gostaria de ser falante, é muito importante para nós indígena que moramos na aldeia e não sabemos falar a nossa própria língua Terena” (J. RAMOS,2016).

Diante disso, não é difícil de aceitar porque considera a língua portuguesa mais fácil de falar, além de considerá-la a mais bonita e a mais funcional, pois facilita a comunicação entre indígenas e não indígenas atualmente, sendo essa a mais usada na comunicação do dia a dia dentro da aldeia. Nossa colaboradora diz que não conversa com ninguém na língua Terena na aldeia porque, segundo ela, na sua família não tem pessoas que são falantes, em contrapartida a língua portuguesa sempre prevalece na sua comunicação, seja no ambiente familiar ou fora dele.

Quanto à leitura e à escrita em língua Terena, Jodinesa afirma: “não leio nem escrevo porque ela é muito difícil. Você escreve ela e fala com um som de voz diferente, devido às acentuações” (J. RAMOS, 2016). Diante disso, é possível verificar que a entrevistada considera a língua Terena difícil de aprender, mas restringe o aprendizado no âmbito da escrita, para qual há uma proposta de escrita que não representa a forma de falar.

Quanto à língua que deve ser ensinada na escola primeiro, na visão de nossa acadêmica, seria a nossa língua Terena porque “a gente não sabe falar ela e enfatiza que, através do seu ponto de vista, a língua de instrução na escola Terena deveria ser a língua Terena, porque aí seria uma prova de que somos indígenas, e depois viria a língua

portuguesa” (J. RAMOS, 2016). Sua opinião revela duas questões importantes: a primeira é a necessidade de se ensinar e aprender Terena na escola, assumindo que a escola deveria abraçar essa responsabilidade. A segunda questão tem a ver com o desconhecimento acerca da construção de uma escola bilíngue, em que a língua de instrução deva ser a primeira língua das crianças, independente se é indígena ou não, e o ensino de uma segunda língua (indígena ou não) deveria ocorrer com metodologias próprias (cf. KNAPP e MARTINS, 2016).

Na nossa entrevista perguntamos se há possibilidade de a língua Terena desaparecer na aldeia Buriti. A colaboradora respondeu afirmativamente e justificou sua resposta informando que são poucas as pessoas que falam a nossa língua e também por ela ser difícil de aprender.

Quando solicitamos sugestões para tentar manter a língua Terena viva na aldeia Buriti, J. Ramos (2016) colocou a necessidade de “buscar aquelas pessoas que sabem falar e escrever na língua Terena e praticar ela no cotidiano com outras pessoas”. Somada a isso, Jodinesa expressou o desejo de que a língua Terena fosse utilizada todos os dias, principalmente na comunicação entre os familiares, amigos, mas também em situações mais formais, como abertura de reuniões e palestras. Em sua exposição, aponta que a língua Terena “fosse falada fluentemente no nosso cotidiano que as pessoas dessem valor em querer aprender a falar a língua Terena” (J. RAMOS, 2016), acrescenta a essa opinião que seria

Importante usar a língua Terena aqui na aldeia pelo seguinte motivo, para comunicar entre nós índios na nossa própria defesa, e para que os não indígenas não entendam nossa forma de se comunicar, e que através das atitudes que a nossa comunidade possa ter sobre a língua Terena, houvesse um esforço de aprendermos a falar nossa língua porque é muito importante (J. RAMOS, 2016).

Quanto ao que considera mais importante manter na nossa cultura, a mesma coloca uma certa preocupação com a nossa língua, assim como os artesanatos, as pinturas e nossos costumes, e não aponta nenhum aspecto da nossa cultura para que seja mudado.

Afirma conhecer falantes da língua Terena e nos deixa a seguinte mensagem: “Ituko óvóiti kopenóti terenóe” (J. RAMOS, 2016).

No que diz respeito ao nível de instrução formal, a nossa colaboradora nos informa que frequenta o ensino superior, e afirma que as práticas de leitura e escrita na

aldeia Buriti ocorrem através de revistas, jornais, cartazes e avisos, além de materiais religiosos, atas de reuniões, e livros diversos.

Quanto à questão da aprendizagem na língua Terena na nossa comunidade, nossa colaboradora afirma que existe sim, e também admite que ocorre esse ensino na escola na comunidade. Ao ser questionada como é feito essa aprendizagem, a mesma diz que é através de escrita, diálogo, textos e músicas, e confirma que nossa comunidade tem uma estratégia de revitalização, que ocorre por meio da pesquisa. Durante a entrevista, a colaboradora demonstra conhecimento acerca do quantitativo de professores que ensinam a língua Terena no âmbito escolar. Ela sabe também que a escolha do professor é realizada pelas lideranças da aldeia.

Um outro ponto em questão nessa entrevista é relativo às aulas de língua Terena na comunidade. Ela afirma que todos os alunos matriculados têm aula de língua Terena, de todas as faixas etárias, mas ela enfatiza que o espaço de aprendizagem dessa língua não deveria estar restrito ao ambiente escolar.

Com relação aos usos linguísticos no âmbito da comunidade em várias situações comunicativas, com ou sem a presença de não indígenas, a colaboradora afirma que somente a língua portuguesa é utilizada, assim como em outras atividades que ocorrem na aldeia, como as festas, as cerimônias, durante a confecção de artesanato, durante as pescarias, as caçadas, as brincadeiras de crianças, nas rodas de mate e tereré, nas atividades na roça, e diz ainda que a língua que ela sonha é a língua portuguesa.

Ao ser pedido para nossa entrevistadora dizer se conhece alguém que ainda fala a língua Terena na nossa comunidade e que costuma contar histórias, e mitos na língua, obtivemos a seguinte resposta: “antigamente isso era mais fácil de encontrar nas famílias que faziam isso, hoje em dia é muito difícil, eu acho porque essa modernidade que chegou na aldeia” (J. RAMOS, 2016). A seguir, apresentamos o quadro com os usos linguísticos no âmbito familiar de Jodinesa Rodrigues Ramos.

Quadro 08: Uso linguístico no âmbito familiar da jovem terena Jodinesa Rodrigues Ramos

	SÓ LI	SÓ LP	LI = LP	MAIS LI	MAIS LP
Língua de interação entre marido e mulher					X
Língua de interação entre mãe e filhos					X
Língua de interação entre pai e filhos					X
Língua de interação entre avô e					X

netos					
Língua de interação entre avó e netos				X	
Língua utilizada durante as refeições					X
Língua utilizada nas brincadeiras infantis					X
Língua utilizada nas brincadeiras tradicionais					X
Há alguma outra situação no âmbito de sua família que você deseje relatar?					Não

O quadro mostra o que é a realidade do seio familiar não só da nossa entrevistada, mais da maioria da comunidade da aldeia Buriti. Isso demonstra uma certa necessidade de criar políticas linguísticas. No entanto, essas políticas devem ser implementadas não apenas no espaço escolar, mas em casa, na escola, nos jogos de futebol, nas reuniões da comunidade, nas brincadeiras de crianças, nas festas comunitárias, nas igrejas, no trabalho, e nas instituições do governo, conforme nossa entrevistada. Além disso, ela expressa o desejo de conversar na língua Terena com os professores da escola, com os familiares e amigos em geral.

Entrevista com a jovem terena Janaina Rodrigues

Janaina Rodrigues é uma jovem de 16 anos, moradora da aldeia Buriti. Atualmente está no 1º Ano do Ensino Médio. Afirma que a língua adquirida na infância é a portuguesa, uma vez que os pais sempre falavam/falam com ela nessa língua, no entanto, assim como nossa entrevistada anterior, expressou o desejo de ser falante da língua Terena.

Como a língua portuguesa é sua primeira língua, e como essa língua atende as necessidades comunicativas da entrevistada, admite ter facilidade ao se expressar em português, língua que considera a mais bonita. Isso evidencia uma relação de identidade com a língua portuguesa construída ao longo da vida de Janaina Rodrigues.

Sobre sua compreensão em Terena, Janaina afirma o seguinte: “não consigo falar, mas algumas coisas eu entendo porque meus avós ainda falam” (J. RODRIGUES, 2016). Nesse caso, verificamos a importância do contato entre os mais velhos e os mais novos, algo que poderia ser intensificado, a fim de que os mais velhos pudessem contribuir com o aprendizado da língua Terena, principalmente em ambiente não escolar. A interação da entrevistada com todos da comunidade é sempre em português.

Janaina afirmou que não aprendeu a ler nem a escrever em Terena, pois essas competências não foram desenvolvidas desde pequena. Por esse motivo, acredita que a língua Terena deveria ser ensinada na escola primeiro e deveria ser a língua de instrução, depois o português. Ou seja, sua vontade de aprender a língua de seus avós é tão grande que sua concepção de ensino bilíngue se converte a uma necessidade prioritária da escola ensinar Terena em primeiro lugar, mesmo tendo ciência de que a língua portuguesa é a primeira língua dessa geração.

Uma situação que é bastante importante nessa pesquisa foi indagar nossos entrevistados sobre a possibilidade de a língua Terena desaparecer. Da nossa colaboradora tivemos a seguinte resposta: “daqui uns tempos pode acontecer sim, se nós não fazermos nada para impedir” (J. RODRIGUES, 2016), e aponta como uma saída “é termos aulas para agente praticar, seja na escola e poderia ser fora dela também” (idem), e acrescenta “gostaria que a língua Terena tivesse o papel bastante significativo, que é de ajudar nossa comunidade, considerando ela como uma arma”. A jovem Janaina, de 16 anos, coloca “que é importante usar a língua Terena aqui na aldeia porque nós temos que ser importante para que as pessoas nos reconheçam como indígenas” (idem). Neste último caso, vemos que o aprendizado da língua também é uma questão de fortalecimento da identidade étnica para a nossa colaboradora.

As sugestões para implementação de políticas linguísticas na aldeia Buriti, segundo Janaina Rodrigues, são expressas no desejo de que “nossa comunidade pudesse ter uma atitude através das lideranças de falar com os pais, falar com os alunos da escola que sempre será importante usar a nossa língua” (J. RODRIGUES, 2016). Ao mesmo tempo em que propõe formas de manutenção da língua, ela citou outras coisas importantes da cultura Terena que nossa comunidade poderia preservar, como a nossa pintura e a nossa benzeção.

Ao ser perguntada se ela conhece algum falante da língua Terena, a mesma diz que sim, e deixa uma frase na língua Terena para nos representar: *somoshanaiti* (grande).

Com relação às práticas de letramento na aldeia Buriti, Janaina Rodrigues afirma, assim como os demais entrevistados, que a prática de leitura e escrita predominante na aldeia é por meio de textos escritos em língua portuguesa veiculados em jornais, revista, cartazes e avisos, materiais religiosos, atas de reuniões, entre outros. No entanto, a colaboradora enfatiza que já se tem um esforço da comunidade em fazer as pessoas aprenderem Terena, pois afirma que a aprendizagem da língua Terena está

ocorrendo atualmente na escola: “eu já estudei na escola e funciona assim, como todas as matérias, o problema que agente não tem material para estudar em casa” (J. RODRIGUES, 2016). Nossa colaboradora não consegue nos informar se a nossa comunidade tem algum tipo de material ou estratégia de revitalização: “eu nunca ouvi falar sobre isso, mas deveria ter alguma coisa pra comunidade quem sabe voltar a falar” (J. RODRIGUES, 2016). Nesse sentido, Janaina tem ciência de que o ensino da língua Terena reduzido ao ambiente escolar não é o suficiente para o aprendizado efetivo da língua Terena e demonstra a necessidade de serem criados materiais específicos para o ensino de Terena para quem não é falante dessa língua.

Assim como o entrevistado anterior, Janaina Rodrigues tem conhecimento da existência de dois professores de língua Terena na aldeia Buriti e sabe que a forma de escolha desses profissionais é por meio de reuniões realizadas pelas lideranças, as quais utilizam como critério fundamental saber falar a língua.

Durante a entrevista, a colaboradora esclarece que o ensino de língua Terena na escola envolve todos os alunos, mas desconhece outra forma de aprendizado fora da escola. No que diz respeito ao uso linguístico dessa língua no âmbito da comunidade, perguntamos a ela como funciona, a mesma nos relata que nas reuniões, seja ela internas ou não, ou pode ser com a presença dos *purutuye*, ou de outros índios de comunidade de fora, a língua que sempre prevalece é a língua Portuguesa, assim como nas festas tradicionais, nas cerimônias religiosas, na confecção de artesanato, nas pescarias, durante as caçadas, durante as brincadeiras de crianças, na roda do mate e tereré, bem como nas atividades da roça, como plantio e colheita, e seguramente afirma que sonha em português.

Em relação ao conhecer pessoas falantes da língua Terena que costumam contar histórias e lendas na língua, a resposta foi: “antigamente contava, mas agora é meio difícil fazer isso aqui na aldeia” (J. RODRIGUES, 2016). Isso demonstra a necessidade de tentarmos voltar a ouvir e contar histórias na língua Terena, nos momentos de interação. A seguir, apresentamos o quadro com os usos linguísticos no âmbito familiar da nossa entrevistada:

Quadro 9: Usos linguísticos no âmbito família da jovem terena Janaina Rodrigues

	SÓ LI	SÓ LP	LI = LP	MAIS LI	MAIS LP
Língua de interação entre marido e mulher					X
Língua de interação entre mãe e					X

filhos					
Língua de interação entre pai e filhos					X
Língua de interação entre avô e netos					X
Língua de interação entre avó e netos					X
Língua utilizada durante as refeições					X
Língua utilizada nas brincadeiras infantis					X
Língua utilizada nas brincadeiras tradicionais					X
Há alguma outra situação no âmbito de sua família que você deseje relatar?					Não

No âmbito da família de nossa entrevistada, o quadro 9 demonstra claramente a realidade que vivenciamos na comunidade da aldeia Buriti. Mediante a isso, buscamos provocar Janaína com as seguintes questões referentes aos lugares em que ela acha que poderia ser usada a língua Terena. Sua resposta foi: “na escola, em casa, nos jogos de futebol, nas reuniões da comunidade, nas brincadeiras das crianças, nas festas comunitárias, na igreja, no trabalho e, se possível, nas instituições de governo” (J. RODRIGUES, 2016). Seu desejo expresso na entrevista era de poder conversar em Terena “com os professores da escola, com pai e mãe, com meus irmãos e irmãs, os primos, com filhos, colegas de escola, e amigos em geral e outro Terena” (J. RODRIGUES, 2016).

Entrevista com o jovem terena Dhieroti Fermino

Dhieroti Fermino é um jovem de 21 anos, residente da aldeia Buriti, local em que nasceu. Sua primeira língua adquirida foi a portuguesa, tendo em vista que essa era/é a língua utilizada pelos seus pais no convívio familiar. Ao ser perguntado se gostaria de ter adquirido a língua Terena, o mesmo informou que sim, por considerar essa língua muito importante. Sua experiência com a língua portuguesa levou a considerá-la a língua mais fácil para se comunicar, mas não acha uma língua mais bonita que a outra.

Ao ser indagado sobre se ele conversa com alguém na língua Terena na aldeia Buriti, sua resposta foi: “eu não converso com ninguém, porque eu não sei falar, mas alguma coisa eu entendo” e cita algumas palavras de seu domínio: “*apé*(tem) e *ako*

(não)”. Acrescenta ainda que conversa apenas em língua portuguesa com todos com quem convive.

Nosso entrevistado responde que não sabe ler nem escrever na língua Terena, porque não aprendeu devido à falta de ensinamento por parte de seus pais, e reforça que a língua que deve ser ensinada na escola primeiro é a língua Terena “para que possamos incentivar outros a falarem, assim como a língua de instrução na escola deveria ser nossa língua materna” (D. FERMINO, 2016). Sua opinião a respeito desse assunto não diferencia da dos outros entrevistados, como pode ser visto nas entrevistas anteriores. Dessa forma, seu desejo de que a comunidade volte a falar a língua Terena é tão grande que sugere o fortalecimento da língua no âmbito escolar, não só como língua de ensino, mas como língua de instrução.

Sobre a possibilidade de a língua Terena desaparecer na aldeia Buriti, ele é bastante otimista: “acho que não, porque na escola eles ensinam, mas acho que tem que melhorar alguma coisa” (D. FERMINO, 2016). E enfatiza que “nós, enquanto comunidade, deveríamos pensar em alguma coisa para evitar esse desaparecimento”, sugerindo que a língua Terena pudesse ser utilizada todos os dias: “não teria ocasiões específicas para isso acontecer, falaria sem ter vergonha” (D. FERMINO, 2016).

Em relação ao papel da língua Terena na nossa comunidade, o mesmo diz: “a língua Terena é muito importante para nós, mas nós daqui tinha que dá mais valor nela, se agente soubesse falar igual (sabemos) a nossa dança” (D. FERMINO, 2016). A importância da língua, para ele, é o fato de que uma língua é importante para qualquer povo, pois serve de identidade.

Dhieroti é nosso ex-aluno do Ensino Médio, vive na aldeia e tem propriedade de falar das coisas mais importantes da nossa cultura Terena de que ele gostaria que nossa comunidade preservasse, dando como exemplo a nossa religião. Ao ser questionado da possível mudança da nossa cultura, ele afirma que não tem nada para mudar, e ainda afirma que conhece pessoas falantes da nossa língua Terena, e encerra essa parte da nossa pesquisa definindo nosso povo como sendo um povo guerreiro.

No que diz respeito às práticas de leitura e escrita na comunidade, confirma que isso ocorre por meio de jornais e revista, cartazes e avisos, materiais religiosos, atas de reuniões, livros diversos, mas tudo isso é na língua portuguesa.

Um outro questionamento levantado foi sobre a aprendizagem da língua Terena na aldeia Buriti. Em sua opinião, ele acha que existe sim, citando que a maioria ocorre na escola; e ao ser questionado para discorrer sobre a descrição desse tipo de ensino,

Dhieroti não consegue nos dizer com precisão como é feito, também não apresenta conhecimento acerca de estratégias de revitalização da nossa língua e da nossa cultura: “aqui na aldeia Buriti agente não tem, mas sabe que deveríamos pensar em algo sobre isso” (D. FERMINO, 2016). Por outro lado, nosso jovem consegue nos responder com precisão a existência de professor da língua Terena, e quantos são e a forma de escolha desses profissionais.

Quanto às aulas de língua Terena oferecidas na aldeia, mais precisamente quantos alunos assistem a essas aulas, sua resposta foi “todo mundo, e que a faixa etária desses alunos começa desde criança” (D. FERMINO, 2016), mas quanto a outras formas de aprendizado, fora do espaço escolar, sua resposta foi a seguinte: “seria bom ter fora, mas que ainda não tem aqui” (D. FERMINO, 2016).

No âmbito da comunidade, os usos linguísticos nas várias situações comunicativas, predominam língua portuguesa, de acordo com D. Fermino, inclusive durante as festas tradicionais, as cerimônias religiosas, durante a confecção de artesanato, durante as pescarias, as caçadas, as brincadeiras de criança, na roda de mate e tereré, nas atividades da roça, até mesmo em seu sonho, o mesmo diz que sonha na língua portuguesa.

Quanto aos falantes da língua Terena, se eles costumam contar histórias ainda na nossa língua, a resposta foi a seguinte: “agora não faz mais isso, porque vai perdendo o costume, e muita coisa mudou aqui na nossa aldeia já” (D. FERMINO, 2016). A seguir, apresentamos o quadro dos usos linguísticos no âmbito família do jovem Dhieroti Fermino.

Quadro 10: Usos linguísticos no âmbito familiar do jovem terena Dhieroti Fermino

	SÓ LI	SÓ LP	LI = LP	MAIS LI	MAIS LP
Língua de interação entre marido e mulher					X
Língua de interação entre mãe e filhos					X
Língua de interação entre pai e filhos					X
Língua de interação entre avô e netos					X
Língua de interação entre avó e netos					X
Língua utilizada durante as refeições					X
Língua utilizada nas					X

brincadeiras infantis					
Língua utilizada nas brincadeiras tradicionais					X
Há alguma outra situação no âmbito de sua família que você deseje relatar?					NÃO

Podemos observar no quadro 10 que há uma carência de familiaridade com a nossa língua Terena. Para D. Fermino (2016), a língua Terena poderia ser usada em diversos lugares: escola, casa, partidas de futebol, reuniões, brincadeiras, igrejas, festas, trabalho e possivelmente nas instituições do governo. Nessa etapa da pesquisa, perguntamos com quem o entrevistado gostaria de conversar na língua Terena, obtivemos a seguinte resposta: “com os professores, com pai e mãe, com irmã e irmãos, com os primos, esposa, com os filhos, com a namorada, e com colegas de escola, e com amigos em geral, e também outros Terena de outras comunidades” (D. FERMINO, 2016).

Entrevista com o jovem terena Ariel Fermino Alcântara

Ariel Fermino Alcântara é um jovem de 24 anos, residente da aldeia Buriti. Ele afirma não ser falante da língua Terena, mas consegue entender algumas coisas básicas. Sua primeira língua é o português, mas afirma que, se tivesse a oportunidade, gostaria de ter adquirido a língua Terena, porque considera muito importante, mas em contrapartida, acha a língua portuguesa mais fácil de ser falada. Diferentemente dos outros entrevistados, Alcântara considera a língua Terena ainda a mais bonita, mesmo não sendo falante.

Durante as práticas de interação dentro da aldeia Buriti, costuma fazer uso da língua portuguesa. Ao ser perguntado se conversa na língua Terena com alguém da aldeia onde moramos, sua resposta foi não, mas diz que presta atenção para tentar aprender. Agora, quanto ao uso do português aqui na aldeia, diz que conversa com todo mundo nessa língua.

Sobre as práticas de letramento no nosso idioma materno, Alcântara afirma o seguinte: “eu não sei ler nem escrever, eu entendo algumas palavras porque aprendi na escola, mas depois de adulto já” (A. ALCÂNTARA, 2016). Nesse sentido, verificamos que a escola tem sido ainda o único espaço que possibilita algum tipo de aprendizado da língua, embora esse aprendizado não tenha alcançado um nível satisfatório até o momento.

Alcântara manifesta o seu desejo de que a língua Terena possa ser ensinada na escola primeiro, sendo também a língua de instrução dentro da escola indígena. Ao ser questionado na possibilidade da língua Terena desaparecer sua resposta foi: “eu nunca pensei nisso, mas acho que não, porque a escola ajuda ensinando” (A. ALCÂNTARA, 2016). Aqui cabe uma reflexão importante, mesmo não tendo aprendido satisfatoriamente a língua Terena na escola, Alcântara deposita nela a esperança para que a nossa língua não desapareça da aldeia Buriti. Ele pode ter razão acerca do não desaparecimento, mas é necessário que ela alcance uma funcionalidade social que se perdeu ao longo de nossa história, é essa funcionalidade que precisamos resgatar. Um dos caminhos apontados por Alcântara para o não desaparecimento da língua Terena é: “nós mesmo ter que praticar mais, querer mesmo voltar a falar” (A. ALCÂNTARA, 2016) e que, se possível, ele usaria a língua Terena todos os dias e não teria ocasiões específicas para isso: “pensando nisso, o papel de uso da língua Terena aqui na nossa comunidade é de mobilização, para termos ela presente nas nossas famílias”, e considera fundamental usar a língua Terena na nossa aldeia “para nós sermos identificados como índios dessa aldeia” e declara que “essa maneira de nós não sermos mais falante é muito vergonhoso”, e reforça que “nossa atitude enquanto comunidade é de agente praticar de novo, assim como é feito para as outras coisas de nossa cultura, que sempre lutamos para manter preservado” (A. ALCÂNTARA). Em seu modo de ver, não há nada na cultura que precisa ser modificado, afirma também que seu avô é falante. Nesse caso, seria importante estabelecer o convívio entre neto e avô em que fosse possível a prática de escuta e de fala em Terena.

Alcântara define o povo terena como “SUKIRIKIONÓ”.

Atualmente, está fazendo faculdade e presencia na aldeia práticas de leitura e escrita que se dão através de jornais, revistas, cartazes e avisos, materiais religiosos, atas de reuniões e livros diversos, e outros meios, isso tudo na língua Portuguesa.

Em relação ao ensino-aprendizagem da língua Terena na aldeia Buriti, nosso colaborador afirma que existe sim, e diz que esse lugar é a escola da comunidade, mas não consegue descrever como é feita essa forma de ensino-aprendizagem porque, segundo ele, já faz um bom tempo que saiu do ambiente escolar da aldeia, assim como ele não consegue dizer se a nossa comunidade tem algum tipo de estratégia ou material para revitalizar tanto nossa língua quanto a cultura, mais responde com bastante precisão sobre a existência de professor de língua Terena na aldeia Buriti, bem como

quantos são esses profissionais, e a forma de escolha desses professores para atuar na comunidade.

Quanto às aulas de língua Terena, Alcântara acredita que atualmente todos os alunos assistem às aulas, e que começa desde os primeiros anos escolares, mas não soube responder ao certo se existe uma outra forma de aprendizado fora da escola, para que nossa língua pudesse ser melhor trabalhada. Nesse sentido verificamos com o nosso jovem o uso linguístico no âmbito da comunidade em suas várias situações comunicativas, bem como, as reuniões internas, tipo assembleias, reuniões com as presenças de *purutuye*, com índios de outras etnias ou outro Terena. Como é de se imaginar, a língua que sempre é usada é a língua portuguesa, assim também ocorrenas festas tradicionais, durante as cerimônias religiosas, na confecção de artesanato, e durante as pescarias, durante as caçadas, e nas brincadeiras de crianças, nas rodas de mate e tereré, nas atividades da lavoura, como o plantio e colheita. Por fim, perguntamos se ele sabia nos responder qual é a língua que o mesmo sonha, sua resposta foi não (não sabe), e se conhece alguém da aldeia Buriti que sabe a língua, o mesmo respondeu que sim. Apresentamos a seguir o quadro que resume os usos linguísticos no âmbito família de Ariel Fermino Alcântara.

Quadro 11: Usos linguísticos no âmbito familiar do jovem terena Ariel Fermino Alcântara

	SÓ LI	SÓ LP	LI = LP	MAIS LI	MAIS LP
Língua de interação entre marido e mulher					X
Língua de interação entre mãe e filhos					X
Língua de interação entre pai e filhos					X
Língua de interação entre avô e netos					X
Língua de interação entre avó e netos					X
Língua utilizada durante as refeições					X
Língua utilizada nas brincadeiras infantis					X
Língua utilizada nas brincadeiras tradicionais					X
Há alguma outra situação no âmbito de sua família que você deseje relatar?					X

Como percebemos na demonstração do quadro 11, o âmbito familiar de nosso entrevistado é a lógica do retrato da falta de uso da língua Terena na maioria das famílias da aldeia Buriti, por isso perguntamos qual poderia ser o lugar que nosso colaborador acha que poderia se usar a língua Terena. A escola foi um dos primeiros, em sua opinião, em seguida a casa, o jogo de futebol, as reuniões da comunidade, as brincadeiras de crianças, as festas da comunidade, as igrejas e também poderia ser nas instituições do governo.

Por fim, o desejo do nosso entrevistado em conversar na língua Terena com os professores da escola, com pai e mãe, com irmãos e irmãs e primos, com filhos, com os colegas de escola, outros Terena e amigos em geral ficou também registrado na entrevista.

Entrevista com o jovem terena Messias Fermino Alcântara

Messias Fermino Alcântara tem 20 anos de idade, reside na aldeia Buriti. Ele assume que não fala a língua, mas é capaz de entender algumas coisas. Sua primeira língua é a portuguesa e diz ter aprendido essa e não o Terena porque seus pais não ensinaram a falar na língua Terena, mas manifesta o desejo de querer aprendê-la, uma vez que acredita ser muito importante conhecê-la. Embora não fale a nossa língua Terena, afirma que ela deve ser mais fácil, mas não sabe definir qual seria a mais bonita.

A língua de comunicação da qual faz uso é realmente o português, e afirma que não conversa com ninguém na língua Terena. Na questão de saber ler e escrever na língua Terena e os motivos que levaram a não ter essa base de ensino, Messias nos responde que não sabe nem ler nem escrever, mas que gostaria de ter tido esse ensino enquanto indígena. Sua opinião é de que a língua Terena devesse ser a língua de ensino e de instrução na escola indígena.

Com relação à possibilidade de a língua Terena desaparecer na aldeia Buriti, seu desejo foi o seguinte: “eu espero que não, porque ainda tem alguns velhos que falam ainda” (M. ALCÂNTARA, 2016). No seu modo de pensar, o que poderia ser feito para a manutenção da nossa língua Terena “era de reunir nossa comunidade para ver o que eles acham, porque nossa língua é parte de nós” (idem). Messias expressou o desejo de aprender a falar a língua Terena e a utilizá-la no dia a dia, assim como os demais entrevistados, pois isso, a seu ver, fortaleceria a comunidade. Destacou a importância de usar a língua na aldeia para fins de comunicação com quem já sabe falar.

O jovem Messias afirma também que “a nossa dança e as pessoas que ainda sabem falar nosso idioma são as coisas mais importantes da nossa cultura que deveríamos manter preservados” (M. ALCÂNTARA, 2016). Acredita que não há nada para mudar dessa nossa originalidade, e confirma que conhece pessoas que são falantes da língua em nossa comunidade.

Ele define o povo Terena como um povo bastante guerreiro!

Sobre o nível de instrução formal, nosso colaborador terminou o 3º Ano do Ensino Médio, e nos informa que os jornais, revistas, cartazes e avisos, os materiais religiosos, as atas de reuniões e outros livros diversos são meio de leitura e escrita na aldeia Buriti, sendo elas de uso em língua portuguesa.

Quanto à aprendizagem da língua Terena na nossa comunidade, questionamos se existe esse tipo de ensino, a resposta foi que “é falado e que isso acontece basicamente na escola” (M. ALCÂNTARA, 2016), mas não consegue descrever como é feita essa forma de aprendizagem na nossa aldeia, e também não consegue nos informar ao certo se existe algum material ou estratégia de revitalização, seja da nossa língua ou da nossa cultura. Enfim, quanto à existência de professores de língua Terena na aldeia, a resposta que tivemos foi positiva, tendo conhecimento de quantos são e como são selecionados.

Com relação às aulas de língua Terena na nossa comunidade, segundo nosso colaborador, todos os alunos assistem às aulas de língua Terena, e “essa faixa etária começa desde os mais pequenos”, mas não conhece uma outra forma de aprendizado que a nossa aldeia tem sobre nossa língua. Ainda sobre essa questão, mais precisamente sobre o uso linguístico na aldeia e em várias situações de uso, como nas nossas reuniões comunitárias, seja de assuntos políticos ou de projetos, reuniões sobre organização social, seja na presença de *purutuye* e outros Terenas, a língua que predomina nesse ambiente é a língua portuguesa, pelo fato de haver mais entendimento. Nas festas tradicionais, nas cerimônias religiosas, na confecção de artesanato, durante as pescarias, durante as caçadas, também nas brincadeiras de crianças, nas rodas de mate e tereré, nas atividades da roça ocorre o mesmo, inclusive em seus sonhos.

Quanto à prática de contar histórias, mitos e lendas na nossa língua Terena, as informações que tivemos foi que “antigamente os seus avós contavam, mas como as coisas vão mudando, aí também vai se perdendo, porque os mais jovens também já não se interessam mais” (M. ALCÂNTARA, 2016). A seguir, apresentamos o quadro que resume os usos linguísticos no âmbito familiar do jovem Messias Fermino Alcântara.

Quadro 12: Usos linguístico no âmbito familiar do jovem terena Messias Fermino Alcântara

	SÓ LI	SÓ LP	LI = LP	MAIS LI	MAIS LP
Língua de interação entre marido e mulher					X
Língua de interação entre mãe e filhos					X
Língua de interação entre pai e filhos					X
Língua de interação entre avô e netos					X
Língua de interação entre avó e netos					X
Língua utilizada durante as refeições					X
Língua utilizada nas brincadeiras infantis					X
Língua utilizada nas brincadeiras tradicionais					X
Há alguma outra situação no âmbito de sua família que você deseje relatar?					NÃO

Como observado no quadro 12, no âmbito familiar de nosso entrevistado a língua Terena também não é uma prioridade. Com isso nosso colaborador acha que poderia usar a língua Terena em outros espaços, inclusive na própria casa, assim como os outros colaboradores dessa pesquisa. Seu desejo também é de poder conversar em Terena com seus familiares, amigos, colegas, nas mais diversas atividades sociais das quais faz parte.

Entrevista com o jovem terena Welligton Mamedes

O jovem Welligton Mamedes é morador da aldeia Buriti, 22 anos, ex-aluno da nossa escola. Sua primeira língua é o português: “eu falo o português porque me ensinaram ela primeiro, eu acho que falaram comigo assim primeiro, penso que seja isso” (W. MAMEDES, 2016).

Ao ser questionado se ele gostaria de ter adquirido a nossa língua Terena, sua resposta foi: “sim, sem dúvidas, minha avó fala ainda, aí eu fico olhando ela falar com uma certa inveja” (W. MAMEDES, 2016). Cabe ressaltar que as entrevistas até aqui têm demonstrado um forte desejo dos mais jovens de aprender a língua Terena, de conseguir se comunicar nessa língua, mas a mesma permanece apenas no conhecimento dos mais velhos, o que nos leva a acreditar que existe uma possibilidade de fazer com que os

jovens possam aprender a língua. Temos dois pontos importantes para que isso venha a ocorrer. O primeiro ponto tem a ver com a vontade de aprender, sem o desejo, o aprendizado não pode se efetivar. O segundo ponto é o fato de termos falantes na aldeia Buriti que podem contribuir com esse aprendizado. Até o dado momento, nenhum dos entrevistados afirmou que não conhece alguém que não saiba falar a língua Terena. Na verdade, todos têm demonstrado que conhecem pessoas que falam a língua, entre eles, os avós.

Para Mamedes (2016), a língua mais fácil de ser falada é a língua portuguesa, mas não tem opinião sobre qual língua é a mais bonita. Ele afirma que se tivesse a oportunidade de aprender a língua Terena, faria uso dela no dia a dia. Seu conhecimento acerca da língua está reduzido a compreensão de algumas palavras e afirma que essa é uma das realidades da aldeia entre os mais jovens: “converso com todo mundo no português na aldeia Buriti”, e acrescenta: “não sei nem ler nem escrever (em Terena), eu acho porque não me ensinaram a falar minha língua, por isso” (W. MAMEDES, 2016).

Nosso colaborador acha que a língua a ser ensinada, assim como a língua de instrução, primeiro deveria ser a língua Terena, “principalmente dentro de uma escola indígena, no nosso caso, etnia Terena” (W. MAMEDES, 2016). Nessa questão, considerada mais crítica, conversamos sobre a possibilidade do nosso idioma desaparecer na aldeia Buriti, a opinião do entrevistado foi a seguinte: “olha, é um sonho ver ela viva ainda, tomara que ela nunca acabe pra nós daqui no Buriti” (W. MAMEDES, 2016).

Mamedes, no decorrer da entrevista, reforça a tese de que devemos fazer alguma coisa para a manutenção da mesma, porque, em sua opinião, “ficaria muito ruim um fato de esse desaparecimento ser concretizado” (idem).

Ao ser perguntado sobre o uso da língua Terena por parte do nosso entrevistado, sua resposta foi que usaria nossa língua sem nenhum problema, e afirma que gostaria que a nossa língua pudesse ter um papel de resgate da nossa identidade, logicamente com o apoio da nossa comunidade:

Na questão da importância de se usar a nossa língua materna aqui na aldeia é para manter nossa identidade como indígenas da aldeia Buriti, assim como para essa possibilidade de manutenção, uma das atitudes pensada para que nossa comunidade pudesse ter sobre nosso idioma é de mobilizar nossa aldeia para pensar algo em prol da nossa língua (W. MAMEDES, 2016).

No que diz respeito aos elementos mais importantes da nossa cultura, o mesmo gostaria de preservar nossa dança do bate-pau, a dança das mulheres, que ainda está muito presente na aldeia Buriti. E acrescenta que não acredita que algo deva ser mudado na nossa cultura. Welligton, provavelmente, transita nos meios onde haja pessoas falantes da nossa língua, porque ao ser questionado se conhece alguém, ele diz que sim.

A frase que ele nos deixa e que representa o nosso povo é: “somos todos guerreiros” (W. MAMEDES, 2016).

Welligton possui o Ensino Médio completo. Sobre as práticas de leitura e escrita na aldeia Buriti, ele informa o que todos já haviam colocado, que as mesmas ocorrem em língua portuguesa por meio dos materiais que chegam à aldeia ou que são feitos na própria aldeia: jornais, revistas, cartazes, avisos, materiais religiosos, atas de reuniões e livros diversos.

Conforme Mamedes (2016), a aprendizagem da nossa língua na aldeia existe e é basicamente sempre na escola, no entanto, não consegue descrever como é realizada essa aprendizagem, assim como não sabe ao certo se temos algum material de revitalização ou estratégias de revitalização da nossa língua e cultura, mas consegue responder com precisão sobre a existência de professores que dão aula de língua Terena na escola, bem como quantos são e como é feita a escolha deles pelas lideranças. De acordo com seus próprios conhecimentos, as aulas de língua Terena são oferecidas a todos os alunos, e que somente na escola esse aprendizado tem sido realizado até o momento dessa pesquisa.

Quanto aos usos linguístico no âmbito de nossa comunidade, e as suas várias situações de comunicação, nosso entrevistado confirma o que já sabemos e que foi dito pelos entrevistados anteriores: há um predomínio da língua portuguesa. Por fim, ao ser indagado se conhece um falante da língua que ainda pratica a contação de histórias em Terena, a informação que tivemos foi a seguinte: “aqui, quando eu era mais criança, ainda eu ouvia histórias dos meus avós, mas agora eles não contam mais [...] essa geração não dá mais importância pra isso” (W. MAMEDES, 2016). A seguir, apresentamos o quadro que resume os usos linguísticos no âmbito familiar do jovem Welligton Mamedes.

Quadro 13: Usos linguístico no âmbito familiar do jovem terena Welligton Mamedes

	SÓ LI	SÓ LP	LI = LP	MAIS LI	MAIS LP
Língua de interação entre marido e mulher					X
Língua de interação entre mãe e filhos					X
Língua de interação entre pai e filhos					X
Língua de interação entre avô e netos					X
Língua de interação entre avó e netos					X
Língua utilizada durante as refeições					X
Língua utilizada nas brincadeiras infantis					X
Língua utilizada nas brincadeiras tradicionais					X
Há alguma outra situação no âmbito de sua família que você deseje relatar?					Não

Pelo quadro 13, mais uma vez é possível constatar que o contato com falantes da língua Terena e a interação por meio dessa língua é algo raro na aldeia Buriti. Nesse sentido, questionamos o nosso entrevistado sobre a possibilidade de ampliarmos o uso de nossa língua Terena, a resposta que tivemos foi a mesma já identificada na fala dos outros entrevistados: escola, casa, reuniões, futebol, brincadeira, festas, na igreja, trabalho e, se possível, em órgãos do governo. O colaborador de nossa pesquisa demonstrou desejo também em conversar na língua Terena com professores, pai e mãe, irmãos e irmãs, os primos, os filhos, os colegas de escola, outros índios Terenas e amigos em geral.

Entrevista com a jovem terena Maria Aparecida Alves Gabriel

Maria Aparecida Alves Gabriel tem 25 anos de idade e é moradora da aldeia Buriti. Sua primeira língua é também a portuguesa e afirma ter aprendido com seus pais. Contudo, expressa o desejo que gostaria de ter aprendido a falar nosso idioma, e que, para ela, agora a língua mais fácil é o português, pois é essa que facilita a sua comunicação. Durante a entrevista evitou informar que língua era a mais bonita, apenas considerou qual era mais fácil de falar: “eu não acho língua bonita, eu acho é mais fácil de a gente falar” (M. GABRIEL, 2016).

A jovem Maria Aparecida disse que não consegue conversar na língua Terena, porque ela não sabe: “se soubesse, sem dúvida falaria, mas que na língua portuguesa converso com todo mundo daqui da comunidade, porque é a língua mais fácil de se comunicar” (M. GABRIEL, 2016).

Quanto à prática de leitura e escrita na língua Terena, ela diz que não sabe nem ler nem escrever, porque não foi ensinada e que consegue entender um pouco apenas porque estudou na escola. Ela se posiciona favorável à escola ensinar a nossa língua Terena, como sendo a primeira língua, bem como ela sendo a língua de instrução.

Sobre o possível desaparecimento da nossa língua na aldeia Buriti, a nossa entrevistada diz o seguinte a esse respeito: “eu nunca pensei nisso, mas acho que não, daqui uns tempos vai ter mais alguém que fala” (M. GABRIEL, 2016). Agora quanto à ação em benefício da língua Terena, sua resposta foi que “as nossas famílias deveriam fazer um esforço para ensinar seus filhos a praticarem o nosso idioma” (idem). Dessa maneira, a mesma reforça a ideia de usar a língua Terena todos os dias, e que se ela soubesse falar, “falaria todos os dias sem exceção”, assim sua opinião do papel da língua Terena na nossa aldeia seria de fortalecimento para quem fala e quem consegue ter algum domínio. Maria Aparecida ainda destaca que, para ela, a importância de usar a nossa língua na aldeia é de que as outras pessoas de fora pudessem ver que, além de ela saber falar, é uma indígena. Essa opinião demonstra a preocupação da entrevistada com a imagem que nós Terena construímos para fora. Nesse sentido, falar a língua Terena nos fortalece enquanto comunidade indígena. No que diz respeito às atitudes da nossa comunidade sobre a língua, em seu posicionamento teria que partir das famílias e também das nossas lideranças.

Com respeito às questões culturais, a entrevistada destaca ações que despertam responsabilidade com as outras partes da nossa cultura, cabendo a nós a incumbência de preservação da nossa riqueza, assim como não tiraria nada nem acrescentaria nada do que temos. Maria Aparecida afirma que conhece algum falante da língua Terena na aldeia, mas não sabe se existem falantes que ainda contam histórias, as lendas e os mitos que fazem parte de nossa cultura. Ela encerra essa etapa da pesquisa deixando uma frase que representa o nosso povo: “os terenas são um povo trabalhador”.

Em relação à formação de nossa colaboradora, ela encontra-se no 3º Ano do Ensino Médio. Com base em sua experiência, informa-nos sobre as práticas de letramento que ocorrem na aldeia. A mesma afirma que isso se dá a partir dos recursos

disponíveis, como jornais, revistas, cartazes, e avisos, materiais religiosos, atas de reuniões, livros diversos, e outros meios, mas todos estão escritos na língua portuguesa.

Nessa matéria também indagamos nossa colaboradora sobre a aprendizagem da língua Terena na aldeia. Seu conhecimento é de que isso ocorre atualmente apenas na escola: “acho que acontece igual às outras matérias, ler e escrever, ainda é só uma aula” (M. GABREL, 2016). Assim como os demais, Maria Aparecida não tem conhecimento de nenhum material ou estratégias de revitalização existente na aldeia Buriti, no entanto, sabe da existência de professores de língua Terena, e quem os escolhe para exercer tal função, sendo que as aulas são assistidas por todos os alunos da escola. A colaboradora defende que “não há outra maneira de se propor o ensino da língua em outros ambientes senão for o da escola” (M. GABRIEL, 2016). Nesse sentido, sua concepção de ensino está restrita a ambientes formais de aprendizagem, mas, conforme será explorado no capítulo 4, o aprendizado de uma língua não pode estar reduzido ao espaço escolar.

No que diz respeito ao uso linguístico no âmbito da comunidade e as suas várias maneiras de comunicação, seja ela nas reuniões internas onde se trata de políticas, projetos de organização social da comunidade, mesmo na presença de outros índios ou na presença de *purutuye*, a língua predominante nesses momentos é a língua portuguesa, isso também vem ocorrendo em atividades tradicionais, como já atestamos em outras entrevistas, tais como: festas tradicionais, durante as cerimônias religiosas, na confecção de artesanato, durante as pescarias, as caçadas, nas brincadeiras de crianças, no mate e tereré, no plantio e colheita.

Sobre qual língua a mesma sonha, ela diz que não consegue definir, ou melhor não sabe. Quanto aos usos da língua Terena para contar histórias, mitos, e lendas, sua resposta foi “aqui na minha família ainda agente ouve o meu pai contar as histórias, mas tudo em português” (M. GABRIEL, 2016). A seguir, apresentamos o quadro que resume os usos linguísticos no âmbito familiar da jovem Maria Aparecida Alves Gabriel.

Quadro 14: Usos linguísticos no âmbito familiar da jovem terena Maria Aparecida Alves Gabriel

	SÓ LI	SÓ LP	LI = LP	MAIS LI	MAIS LP
Língua de interação entre marido e mulher					X
Língua de interação entre mãe e filhos					X
Língua de interação entre pai e filhos					X

Língua de interação entre avô e netos					X
Língua de interação entre avó e netos					X
Língua utilizada durante as refeições					X
Língua utilizada nas brincadeiras infantis					X
Língua utilizada nas brincadeiras tradicionais					X
Há alguma outra situação no âmbito de sua família que você deseje relatar?					NÃO

Há uma demonstração bastante clara da falta do uso linguístico no âmbito familiar. Dessa maneira, questionamos sobre o uso da língua Terena em outros lugares, nossa colaboradora diz que poderia ser na escola, em casa, no trabalho, nos jogos de futebol, nas nossas reuniões, nas brincadeiras de crianças, nas festas da comunidade, na igreja e nas instituições de governo. E acrescenta que gostaria de conversar em Terena, citando os professores da escola, o pai e a mãe, os primos, os filhos, os colegas de escola, outros Terena e os amigos em geral que também falam.

Entrevista com o jovem terena Vitor Alcântara Batista

Vitor Alcântara Batista é um jovem terena de 22 anos, residente da aldeia Buriti, ex-aluno da escola da aldeia (Alexina Rosa Figueiredo). É falante de português, língua que adquiriu ainda na infância por meio do convívio familiar, mas nos informou que se fosse possível, se soubesse falar a língua Terena, falaria só na língua Terena. Hoje acredita que a língua mais fácil de aprender é o português, devido à experiência que teve com essa língua durante o processo de aquisição e aprendizagem. Sobre a sua opinião a respeito da língua mais bonita, Batista faz a seguinte revelação: “deve ser o português porque até nós que somos índios falamos” (V. BATISTA, 2016). Essa posição, a nosso ver, revela um processo naturalizado do sistema colonizador pelo qual os indígenas passaram e ainda têm passado, no qual, somos levados a acreditar que o que é bonito é apenas o que vem do não indígena. Dessa forma vê-se obrigado a usar somente a língua portuguesa porque se torna mais fácil a sua comunicação com os outros, mas admite também em sua fala que não procura conversar com ninguém que sabe falar a língua Terena, e enfatiza que sabe apenas as coisas básicas.

Ao contrário do uso constante da língua portuguesa no seu dia a dia, em sua fala, Vitor faz uma outra confirmação: não sabe ler nem escrever na língua Terena, porque segundo ele, acha que nunca ninguém o ensinou a falar, e reforça a ideia de que a nossa língua dever ser prioridade na nossa escola, assim como a língua de instrução na escola Terena, “para ter uma cara de escola indígena” (V. BATISTA, 2016).

Quanto à possibilidade de a língua Terena desaparecer, a resposta foi: “antes, quando eu estudava, meu professor comentou isso aí, falamos que tinha que vir da família também ajudar” (V. BATISTA, 2016). Ainda acrescenta que na, sua opinião, as famílias deveriam tomar iniciativas de ajudar a ensinar os seus filhos a falarem nossa língua Terena, para tentar manter nossa língua viva. Concordamos com Batista nesse ponto e acreditamos que uma das políticas linguísticas a ser implementada na aldeia Buriti precisa envolver as famílias, é preciso que as famílias assumam o compromisso de tentar revitalizar a língua nesse contexto, como demonstraremos no capítulo 4 desta dissertação.

Sobre a possibilidade de usar a língua Terena todos os dias ou em ocasiões específicas, sua resposta foi: “se eu soubesse, não ia ter dia nem hora para falar” (V. BATISTA, 2016). Para nosso entrevistado, “o papel da língua Terena aqui na comunidade seria de ajudar o nosso povo a manter viva nossa tradição enquanto índios [...] é uma originalidade e identidade” (idem), e pensa que as conversas, os diálogos com os filhos seria uma boa atitude, e também uma bela iniciativa, porque assim não ficaria restrito apenas no seio escolar a prática social da língua, mas também no familiar. Ao falar um pouco acerca da preservação da nossa cultura, o seu desejo é de manter a nossa dança e não mudar nada nas demais partes culturais da comunidade da aldeia Buriti. Durante a entrevista, demonstrou conhecer pessoas que falam a língua na aldeia Terena, cita sua tia, inclusive.

A definição que ele dá ao povo terena é de “um povo batalhador” (V. BATISTA, 2016).

O jovem Vitor está no 3º Ano do Ensino Médio. Sobre as práticas de letramento da aldeia, suas observações são as mesmas apresentadas pelos entrevistados anteriores. Destacou que a aprendizagem da língua Terena está restrita ao ambiente escolar e que haveria a necessidade de ampliá-la para outros espaços e momentos de interação entre os indígenas da aldeia Buriti. Durante a entrevista, demonstrou desconhecimento acerca de alguma estratégia de revitalização da língua Terena na aldeia, embora tenha

conhecimento da existência de dois professores que ensinam a língua e sabe como os mesmos foram escolhidos.

O nosso colaborador afirma que todos os alunos assistem às aulas de língua Terena, pois faz parte do currículo da escola desde os primeiros anos de escolarização, mas reforça que não há uma outra forma de aprendizado da nossa língua Terena. Apresentou também conhecimento de que os usos linguísticos no âmbito da comunidade são exclusivamente em português, e que não há mais com frequência a contação de histórias, de mitos e lendas na língua Terena: “ouvira dizer que isso acontecesse com mais frequência, mas que agora tá muito difícil isso acontecer aqui na aldeia” (V. BATISTA, 2016). Apresentamos, a seguir, o quadro que resume os usos linguísticos no âmbito familiar do jovem Vitor Alcântara Batista.

Quadro 15: Usos linguísticos no âmbito familiar do jovem terena Vitor Alcântara Batista

	SÓ LI	SÓ LP	LI = LP	MAIS LI	MAIS LP
Língua de interação entre marido e mulher					X
Língua de interação entre mãe e filhos					X
Língua de interação entre pai e filhos					X
Língua de interação entre avô e netos					X
Língua de interação entre avó e netos					X
Língua utilizada durante as refeições					X
Língua utilizada nas brincadeiras infantis					X
Língua utilizada nas brincadeiras tradicionais					X
Há alguma outra situação no âmbito de sua família que você deseje relatar?					NÃO

O quadro demonstra uma clara realidade de como está a nossa língua Terena no âmbito das famílias que moram nessa comunidade. Na verdade, nossa língua não está, pois há uma grande proporção de domínios expressivos da língua portuguesa. Dessa maneira, nosso entrevistado sugere que poderíamos “usar a língua Terena nos seguintes lugares: escola, casa, jogos de futebol, reuniões da comunidade, brincadeiras de crianças, festa comunitárias, igrejas, trabalho e nas instituições do governo. Como bem aponta os lugares que nosso entrevistado gostaria de usar a língua Terena, ele também

cita os segmentos para se conversar na língua Terena, como os professores, com pai e mãe, com os primos, com os filhos, pode ser também com os colegas de escola, outros índios Terena e os amigos em geral.

Entrevista com a jovem terena Ana Luiza Fermino

A jovem terena Ana Luiza Fermino, residente da aldeia Buriti, possui 23 anos de idade, é também ex-aluna da nossa escola. De acordo com suas lembranças, afirma que aprendeu primeiro a língua portuguesa: “que eu me lembre, minhas primeiras palavras foram em português, porque aprendi primeiro” (A. FERMINO, 2016). E afirma com muita ênfase que, se pudesse ter adquirido a língua Terena, “ia gostar e muito, porque é uma língua nossa” (idem). Responde convicta que a língua portuguesa é uma língua mais fácil e que não consegue definir qual é a língua mais bonita, na sua opinião. Por outro lado, reafirma sua apreciação pela língua portuguesa, dizendo que só usa mais essa língua.

Sobre o domínio da língua Terena, A. Fermino (2016) coloca que não sabe falar essa língua, mas conhece algumas palavras. Todas as práticas de letramento nas quais está envolvida ocorrem em língua portuguesa, acompanhando a realidade da aldeia. Afirmou que não sabe ler e escrever ainda na língua Terena, que é uma língua difícil, segundo ela, mas se posiciona dizendo que a língua Terena deveria ser ensinada na escola primeiro, assim como deveria ser a língua de instrução em uma escola Terena.

Acerca da possibilidade de a língua Terena desaparecer na aldeia Buriti, sua resposta foi: “eu tenho medo que isso aconteça, porque é muito pouco que consegue aprender na escola” (A. FERMINO, 2016). Isso demonstra ainda uma fragilidade no que diz respeito a políticas de fortalecimento da língua no ambiente escolar, o que nos leva a pensar que políticas linguísticas devem estar além da escola. A entrevistada ainda acrescenta “que cada família pudesse ensinar seus filhos, e também a escola poderia ter mais aulas de Terena para que a nossa comunidade evitasse o possível desaparecimento da nossa língua, e se soubesse falar nosso idioma, falaria todos os dias sem ter vergonha” (A. FERMINO, 2016). Nesse sentido, o que era visto como uma vergonha no passado, sobretudo no período do SPI, hoje já não é visto dessa forma. A língua se tornou um símbolo de indianidade e de identidade étnica para os Terena.

Ao pensar no papel que a língua Terena pudesse ter sobre nossa comunidade, Ana Luiza, diz de terem papel importante de construção da nossa identidade e que isso também poderia reforçar a ideia de importância de cada um da aldeia, em ser falante e

aprender a falar nosso idioma. Ela acredita que a comunidade poderia ter uma atitude dese comprometer com a nossa língua, “porque ela é uma riqueza que ainda nós temos, que são os anciãos, assim como agente tem com outras coisas da nossa cultura, como a dança, nosso artesanato” (A. FERMINO, 2016). Nossa colaboradora diz ainda que conhece falante da língua Terena.

A definição do povo terena para ela é de “um grande povo guerreiro!”

Ana Luiza Fermino possui o Ensino Médio, e suas experiências com leitura e escrita têm demonstrado uma predominância da língua portuguesa, assim como já demonstramos por meio das entrevistas anteriores.

Com respeito ao processo de ensino-aprendizagem da língua Terena na aldeia, Ana Luiza informa o que já havíamos identificado nas entrevistas anteriores. Ela acredita que esse tipo de atividade ocorre apenas na escola, mas não consegue descrever como procede esse ensino, assim como também não sabe responder sobre a existência de material ou estratégia de revitalização da nossa cultura, mas sabe que tem professor de língua Terena trabalhando na escola, mas não sabe se existe outro meio de ensino da língua Terena fora do espaço escolar.

Falamos também do uso linguístico no âmbito da comunidade nas várias situações de comunicação, e ela confirmou que as mesmas só existem em língua portuguesa. Essa língua é tão presente que até nos seus sonhos serve como forma de comunicação. Agora, quanto a saber se na nossa comunidade se costuma contar histórias, mitos e lenda no nosso idioma, ela diz que antes havia pessoas que faziam isso, mas agora é muito difícil acontecer. A seguir, apresentamos o quadro que resume os usos linguísticos no âmbito familiar da jovem terena Ana Luiza Fermino.

Quadro 16: Usos linguísticos no âmbito familiar da jovem terena Ana Luiza Fermino

	SÓ LI	SÓ LP	LI = LP	MAIS LI	MAIS LP
Língua de interação entre marido e mulher					X
Língua de interação entre mãe e filhos					X
Língua de interação entre pai e filhos					X
Língua de interação entre avô e netos					X
Língua de interação entre avó e netos			X		
Língua utilizada durante as refeições					X

Língua utilizada nas brincadeiras infantis					X
Língua utilizada nas brincadeiras tradicionais					X
Há alguma outra situação no âmbito de sua família que você deseje relatar?					Não

A realidade do quadro 16 é uma demonstração de que no seio familiar de Ana Luiza é muito pouco o contato que a mesma tem com a nossa língua Terena. Como sugestão de uso da língua, ela indica que a mesma deveria ocupar todos os lugares de interação dos Terena na aldeia e que gostaria muito de aprender a língua para falar com seus familiares, amigos e colegas em geral.

Entrevista com a jovem terena Ana Aparecida Bernardo

Ana Aparecida Bernardo tem 22 anos e reside na aldeia Buriti. Trata-se de nossa ex-aluna da escola da aldeia e foi a última pessoa desse perfil sociolinguístico a ser entrevistada. Aprendeu português como primeira língua, mas admite que gostaria de ter adquirido a língua Terena, até mesmo porque seus avós sempre falavam no meio de sua família nessa língua. Enquanto facilidade de comunicação, concorda que o português é a língua mais fácil, mas que o Terena é a língua mais bonita. No entanto, infelizmente, no dia a dia faz uso apenas do português.

Sobre a língua Terena, ela afirma não saber nem ler nem escrever, apenas conhece algumas palavras. Justifica suas limitações devido ao fato de ninguém a ter ensinado, apoiando a ideia de a escola da aldeia ensinar e instruir em Terena.

Como já ficou evidenciado, uma de nossas preocupações durante a entrevista era saber do colaborador se ele achava que a língua Terena pudesse desaparecer da aldeia. Ana Aparecida coloca que há um certo medo de isso ocorrer, porque ela acha que até agora ninguém está fazendo nada para impedir isso. Sua afirmação é reforçada quando informa que desconhece alguma ação na aldeia de revitalização da língua, mesmo tendo conhecimento de que na escola já se ensina Terena, contudo, para ela, isso não é o suficiente: “se tivesse aprendido a falar [...] usaria todos os dias pelo fato de ser nossa língua de origem” (A. BERNARDO, 2016). Para ela, isso ajudaria a fortalecer a língua do nosso povo e manteriam vivas as nossas raízes. Assume durante a entrevista que é papel da comunidade e das lideranças pensar em algo em prol da riqueza que é nosso idioma.

Bernardo não vê necessidade de preservação cultural, para ela, “nós aqui do Buriti, já está no sangue a importância da nossa cultura, isso já se torna uma obrigação de cada família, ter no sangue nossa cultura” (A. BERNARDO, 2016), o que precisa ser pensado, portanto, é a questão da língua. Ela afirma conhecer pessoas na aldeia que ainda falam a língua e define o povo Terena como um povo trabalhador.

Com relação ao nível de escolaridade, nossa colaboradora terminou o Ensino Médio na escola da aldeia e, com base em suas práticas de letramento, garante que o ato de ler e escrever ocorre somente em língua portuguesa.

Quanto à aprendizagem da língua Terena aqui na aldeia Buriti, a pergunta direcionada foi se existe esse ensino, a mesma diz que entende que sim, e cita a escola como sendo esse espaço, mas quanto à descrição dessa aprendizagem, ela não consegue falar ao certo de que maneira funciona, como também não consegue dizer ao certo se a nossa comunidade tem algum material ou estratégia para a revitalização tanto da língua como da cultura. Contudo tem conhecimento da existência de professores que ensinam a língua na escola e que são escolhidos pelas lideranças, tendo como critério básico ser falante da língua Terena.

Nossa entrevistada afirma que todos os alunos da escola assistem às aulas da língua Terena, e que dentro da comunidade não há outra forma de ensino fora do ambiente escolar. Relacionado a isso, indagamos nossa jovem a responder sobre os usos linguístico no âmbito da nossa comunidade e as suas situações comunicativas, como as reuniões internas, que trata de assunto de políticas, de projetos, de educação de saúde, com a presença ou não de outros índios das outras comunidades, assim como na presença dos *purutuye*. Nessas situações, ela afirma que a língua usada é o português.

Sobre a existência de pessoas que costumam usar a língua Terena para contar histórias, mitos e lendas na língua, ela afirma o seguinte: “antigamente contava muitas histórias, algumas vezes em Terena e outras, na maioria, em português, mas agora é meio difícil”(A. BERNARDO, 2016). A seguir, apresentamos o quadro que resume os usos linguísticos no âmbito familiar da jovem terena Ana Aparecida Bernardo.

Quadro 17: Usos linguísticos no âmbito familiar da jovem Ana Aparecida Bernardo

	SÓ LI	SÓ LP	LI = LP	MAIS LI	MAIS LP
Língua de interação entre marido e mulher					X
Língua de interação entre mãe e filhos					X
Língua de interação entre pai e					X

filhos					
Língua de interação entre avô e netos					X
Língua de interação entre avó e netos			X		
Língua utilizada durante as refeições					X
Língua utilizada nas brincadeiras infantis					X
Língua utilizada nas brincadeiras tradicionais					X
Há alguma outra situação no âmbito de sua família que você deseje relatar?					NÃO

Como era de se esperar, podemos verificar no quadro 17 que é muito pouca a frequência da língua Terena, no âmbito da família da entrevistada, o que se estende para a realidade da comunidade como um todo. No entanto, Ana Aparecida vislumbra a dimensão de nossa língua, dizendo “que o uso desse nosso idioma possa ser na escola, na casa, no jogo de futebol, nas reuniões da comunidade, nas brincadeiras de criança, nas festas da comunidade, nas igrejas, no trabalho e poderia ser usado também nas instituições governamentais” (A. BERNARDO, 2016). Por fim, questionamos nossa entrevistada sobre o seu desejo de conversar na língua Terena, ela fala que poderia conversar com os professores da escola, com pai e mãe, com irmãos e irmãs, com marido, com os primos, com os filhos e os colegas de escola e com outros índios Terena e os amigos em geral.

3.3.1 Alguns apontamentos acerca das entrevistas concedidas pelos que não falam a língua, mas afirmam compreender algo nas conversações com os interlocutores falantes

Sobre as entrevistas desse grupo, é possível tecer algumas observações importantes. Nenhum deles aprendeu a língua Terena na infância e deixou de usá-la no decorrer da vida. Todos eles tiveram como primeira língua o português. No entanto, todos eles expressaram desejo de saber a língua Terena, mas do que simplesmente conhecer algumas palavras. Faz parte do sentimento desse grupo a consideração e o respeito pela língua, a qual denominam como língua materna (mesmo não sendo a primeira língua, mas a consideram como materna por fazer parte de seu povo).

Fica evidente nas entrevistas que a escola sozinha não consegue estimular o uso da língua no ambiente escolar, tão pouco fora dele. Nesse sentido, verificamos o quanto é frágil um sistema escolar quando se tem o objetivo de valorizar e tornar funcional um sistema linguístico que não faz parte do núcleo familiar. Nesse sentido, ficou evidenciada a necessidade de explorar mais a língua por meio de atividades sociais, nas quais é possível que a língua Terena se faça presente, por meio de quem a domina.

Os entrevistados ainda consideram muito importante a participação da comunidade e das lideranças nas discussões dessa natureza, pois eles sabem da força política que uma comunidade possui, sobretudo das lideranças que as representam. Por fim, um outro elemento importante, que vale a pena uma discussão mais aprofundada, são os critérios utilizados para a contratação de professores que ensinam a língua Terena na escola. Temos a experiência de que não basta ser apenas falante para ensinar uma língua em um ambiente escolar, é preciso ter materiais didáticos de apoio, é preciso ter formação para dar conta de metodologias de ensino de língua e de reflexões linguísticas necessárias no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Por fim, não podemos deixar de apontar que todos os entrevistados têm ciência da importância de um processo de revitalização linguística na aldeia Buriti, como forma de fortalecimento do povo, como símbolo da representação étnica e como um sistema de comunicação eficiente, que pode ser utilizado em qualquer situação de interação entre interlocutores dentro da aldeia. Cabe destacar ainda a viabilidade de usar a língua dentro da aldeia Buriti, uma vez que todos os entrevistados conhecem pessoas da própria aldeia que ainda falam a língua. A questão é como tornar possível o processo de revitalização, questão que será discutida no capítulo 4 desta dissertação.

3.4 As atitudes linguísticas e os usos linguísticos de quem não fala e não entende a língua Terena na aldeia Buriti

Para esta seção de entrevistas, utilizamos o mesmo roteiro de questionamento feitos aos anciãos falantes da língua Terena e aos jovens não falantes que aprenderam algo da língua Terena durante o processo de escolarização. No entanto, extraímos da entrevista o quadro que resume os usos linguísticos no âmbito familiar, uma vez que a língua utilizada para interação em casa é a portuguesa.

A entrevista foi realizada com quatro jovens indígenas, entre 20 e 29 anos de idade, homens e mulheres. O objetivo é identificar, na fala dos colaboradores, qual o posicionamento que possuem com relação à língua Terena em ambiente escolar e não escolar, tendo em vista a discussão acerca da viabilidade de construir propostas de políticas linguísticas que possam contribuir para o processo de revitalização da língua Terena na aldeia Buriti. Cabe destacar que não estendemos a entrevista a outros colaboradores com o mesmo perfil porque este recorte, a nosso ver, já dá conta da realidade das crianças, jovens e adultos da aldeia Buriti, ou seja, a condição de não falante da língua Terena.

Entrevista com o jovem terena Altair Fermino Mamedes

O jovem terena Altair Fermino Mamedes possui 24 anos de idade e reside na aldeia Buriti. Ele afirma que aprendeu a falar somente o português porque seus pais só falavam nessa língua, mas que gostaria de ser um falante da língua Terena, caso isso ainda fosse possível. Em seu entendimento, não há nenhuma língua que seja mais fácil de aprender e usar, e declara que a língua mais bonita, para ele, é o Kadiwéu “pelas suas letras” (A.F. MAMEDES, 2016).

Durante a entrevista, Altair Fermino Mamedes sugere que o uso predominante da língua portuguesa em sua fala ocorre porque as pessoas com quem convive só utiliza o português. Nesse sentido, caso houvesse espaço de interação em Terena, o mesmo se esforçaria para aprender a interagir nessa língua.

Ao ser questionado sobre qual língua deveria ser ensinada primeiro na escola, nosso colaborador defende que seja a língua materna, mas essa ele considera a língua Terena, como sendo o nosso idioma materno. Portanto, fica claro na fala desse jovem que o Terena mesmo não sendo a primeira língua adquirida, para ele, ela é a língua materna, pois se trata da língua de seu próprio povo. Além disso, em sua fala é expresso o seu desejo de que a língua Terena tenha mais espaço no ambiente escolar: “a língua que deve ser ensinada na escola primeiro deveria se nosso idioma materno, e que poderia ser aumentado sua carga horária” (A.F. MAMEDES, 2016).

Considerando a possibilidade de desaparecimento da língua Terena na aldeia Buriti, Mamedes (2016) afirma o seguinte: “eu diria que aqui na aldeia Buriti podemos correr esse risco sim, porque na minha visão tem poucos falantes”, o que revela sua preocupação em ampliar o número de falantes, a fim de fortalecer a língua na nossa comunidade. Altair, ao ter essa visão da possibilidade de desaparecimento da língua,

apresenta uma sugestão: “o professor pode adotar métodos diferentes e parar de ficar ensinando apenas as coisas básicas, tipos os nomes de animais e outras, de fato criar métodos mesmo” (A.F. MAMEDES, 2016). Nesse caso, o entrevistado indica que a responsabilidade do processo de ensino-aprendizado da língua Terena deve ocorrer na escola e de forma mais sistematizada, que contemplasse a língua como todo, com um estudo mais contextualizado e voltado para a língua em uso.

O entrevistado, além disso, expressou o desejo de aprender a língua para utilizá-la todos os dias e nas mais diversas situações e, nesse ponto, compartilha com a comunidade a responsabilidade que ele acredita ser também da escola: “a comunidade deveria se envolver mais na língua, não deixar apenas para os professores” (A.F. MAMEDES, 2016).

Sobre a manutenção de aspectos culturais ainda existentes na aldeia, ele aponta a preservação do casamento tradicional e os rituais que são feitos, e a outra seria a de cumprir normas de *purutuyenão* poder morar dentro da aldeia. Talvez essa postura se deva ao fato de que a vivência com não indígenas na própria aldeia pode estar influenciando e alterando o modelo de vida próprio da comunidade, em alguns aspectos.

Assim como os demais entrevistados, ele afirma conhecer pessoas na aldeia que falam ainda a língua Terena, o que possibilita, a nosso ver, a possibilidade de aprendizado dessa língua para além da escola.

A frase que representa o nosso povo, segundo o entrevistado é: “força, fé e esperança” (A.F. MAMEDES, 2016).

Altair Mamedes é graduado em Sociologia e seus conhecimentos acerca das práticas de letramento na aldeia o leva a afirmar que isso ocorre por meio de textos escritos predominantemente em português, mas que na aldeia também circular alguns livros em Terena, e que alguns anciãos ainda contam histórias na nossa língua.

Em relação às discussões acerca de processos de revitalização da língua Terena na aldeia, Mamedes (2016) não soube informar se há alguma ação dessa natureza, mas reconhece que a língua Terena tem sido ensinada na escola indígena, embora seu ensino esteja restrito ao vocabulário de determinados campos semânticos: nomes de animais, aves, utensílios, entre outros.

Entrevista com a jovem terena Angelina Mamedes

A entrevista com a jovem terena Angelina Mamedes, de 29 anos, moradora da aldeia Buriti e estudante de Pedagogia, assim como as entrevistas dos demais, foi muito

importante para compreendermos a sua opinião acerca da língua Terena nessa área indígena. Ela adquiriu o português como primeira língua, tendo em vista que ninguém é falante da língua Terena na sua família. Contudo, expressou o desejo de saber falar essa língua e utilizá-la em todos os contextos de interação possível dentro da aldeia.

Durante a entrevista, relatou que a língua mais fácil de aprender e se comunicar é a língua portuguesa, o que torna um grande desafio o aprendizado da língua Terena no contexto de aprendizagem disponível na aldeia atualmente. Sua opinião sobre a língua mais bonita evidenciou o seu apreço ainda pela língua Terena, pois admitiu que essa é ainda a língua mais bonita e se lamenta muito por não de aprendizado a ser uma falante.

Sobre a leitura e escrita da língua Terena, por parte de nossa entrevistada, ela nos informa que até consegue decifrar algumas palavras que um falante está dizendo, mas acredita que isso não seja o suficiente para assumir que sabe algo da língua, tendo em vista que seu pouco conhecimento a impede de se comunicar nessa língua com quem conhece.

Em seu entendimento, a língua Terena deveria ter maior espaço na escola indígena, sendo uma língua de ensino e de instrução, o que favoreceria um aprendizado no âmbito escolar. Ela acrescenta ainda que a língua não corre o risco de desaparecer, mas na aldeia Buriti é possível, uma vez que existem poucos falantes: “falando, de modo geral, não, mas no nosso caso aqui da aldeia Buriti sim pode ocorrer, porque existem poucos falantes de língua Terena aqui” (A. MAMEDES, 2016). Ao demonstrar que isso pode ocorrer na nossa comunidade, ela coloca sua posição para evitarmos essa possibilidade de desaparecimento, dizendo que “na verdade, nesse caso, envolve muitos fatores, deveria juntar a comunidade escolar, e a nossa comunidade não escolar e as lideranças para traçar metas para a manutenção dessa ferramenta que é a nossa língua” (A. MAMEDES, 2016).

No que diz respeito ao uso da língua Terena, nossa entrevistada diz que a usaria todos os dias se fosse uma falante e não teria ocasiões específicas sobre o papel da língua Terena aqui na nossa comunidade. Ela diz que ainda seria de puro fortalecimento:

A língua Terena é uma peça fundamental, que é de origem de cada indivíduo indígena e que a língua é uma ferramenta nossa, então sobre as atitudes que eu pensaria que a nossa comunidade pudesse ter sobre nosso idioma, é de fazer uma alfabetização na língua Terena, desde as crianças aos mais adultos, logicamente essa não seria a solução, mas já ajudaria (A. MAMEDES, 2016).

Para além da língua como um bem cultural, a colaboradora acrescenta as nossas danças, a pintura, o artesanato, e tudo isso deveria ser preservado, não havendo necessidade de alteração. Reconhece, no caso da língua, que ainda há falantes na aldeia e finaliza esse momento da entrevista, informando que o povo terena da aldeia Buriti possui a qualidade de “defender e ser companheiro um do outro, isso que sempre foi e será um dos pontos fortes dessa comunidade” (A. MAMEDES, 2016).

Com relação às práticas de leitura e escrita na aldeia, sua resposta não difere das dos demais entrevistados, onde a língua portuguesa é realmente a língua predominante, mas que essas práticas também vêm sendo trabalhadas na escola da aldeia, por meio do ensino da língua Terena.

Quanto ao material ou estratégia de revitalização da nossa língua Terena, aqui na aldeia, a mesma desconhece esse trabalho, mas nos informa com precisão sobre a existência de professor e o quantitativo, como também a forma de escolha desse profissional que, segundo ela, é através das lideranças. Sobre as aulas de língua Terena, reafirma a participação de todos os alunos desde a pré-escola, e que não há outra forma de ensino da língua para fora do ambiente escolar, até o dado momento.

Entrevista com o jovem terena Agnaldo Alcântara Mamede

Agnaldo Alcântara Mamede tem 23 anos e reside na aldeia Buriti. Atualmente é estudante de Biologia. Assim como os demais jovens, aprendeu português como primeira língua, mas possui o desejo de aprender Terena e que, se soubesse a língua, a utilizaria todos os dias. Para ele, o português é a língua mais fácil de ser aprendida e de se comunicar com os demais. Não acha que uma língua é mais bonita que a outra.

Ainda sobre a língua Terena, informa que não sabe ler nem escrever nessa língua, mas tem domínio dessas competências em língua portuguesa, assim como os demais jovens escolarizados da aldeia. Diante disso, a seu ver, a língua Terena é a que deveria ser ensinada primeiro na escola e deveria ser a língua de instrução, o que daria a ela um espaço de prestígio na escola e levaria os alunos a aprenderem a língua no ambiente formal. No entanto, não descarta a possibilidade de essa língua também ser ensinada e utilizada fora do ambiente escolar, a partir das práticas sociais de interação existentes na aldeia.

Durante a entrevista, o colaborador expressou receio de que a língua Terena viesse a desaparecer na aldeia Buriti: “tenho muito receio de que isso aconteça, porque já tem poucos falantes do nosso idioma” (A.A. MAMEDE, 2016). Para reverter esse

quadro, sugere que “deveríamos somar as forças da comunidade, escola e lideranças para enfrentarmos esse problema” (idem). Ele entende que o papel da língua Terena dentro da nossa comunidade é o de fortalecer a etnia, e critica a falta de atividades políticas em prol desse fortalecimento, tanto por parte dos moradores da comunidade quanto por parte das lideranças.

Mamede expressou também o desejo de que fosse preservada a dança, o artesanato, além da língua, demonstrando que não seria necessário alterar nada na nossa cultura.

Como os demais entrevistados, nosso colaborador afirmou conhecer falantes da língua Terena na aldeia Buriti e deixa, nesse momento da entrevista, uma mensagem ao povo Terena: “avante guerreiros” (A.A. MAMEDE, 2016).

No que se refere às práticas de letramento, considera ainda uma forte predominância dessas práticas com relação à língua portuguesa, pois ele mesmo também não aprendeu nem a ler nem a escrever em Terena. Essa realidade demonstra que, mesmo a escola ofertando uma disciplina de língua Terena, ela não tem sido o suficiente para que os jovens aprendam a se comunicar nessa língua.

Sobre os lugares que Agnaldo acha que poderia usar a língua Terena, seja na forma oral ou escrita, na escola, em casa com os amigos, nos jogos de futebol e também nas reuniões da comunidade, etc. Isso revela um certo desejo de o mesmo conversar com alguém no nosso idioma, como os professores, os pais, os filhos, os primos, os irmãos e as irmãs, e os amigos em geral que soubessem falar nossa língua Terena.

Entrevista com o jovem terena Jaílson Alves Gabriel

O jovem Jaílson Alves Gabriel possui 26 anos e mora na aldeia Buriti. Trata-se do nosso último entrevistado e que aceitou colaborar conosco. Sua experiência de aquisição de primeira língua não é diferente das dos demais jovens entrevistados aqui, tão pouco se diferencia da experiência dos demais jovens da aldeia Buriti. Fala unicamente a língua portuguesa, sabe ler e escrever nessa língua, mas não consegue se comunicar em Terena, embora expresse um grande desejo de ser um falante competente nessa língua.

Durante a entrevista, não aponta a existência de uma língua mais bonita que a outra, mas afirma que o português é a língua mais funcional na aldeia hoje. Para ele, a escola deveria assumir a língua Terena não apenas como língua de ensino primeiro, mas

também sendo a língua de instrução, o que levaria os alunos a adquirirem a língua para poder utilizá-la no dia a dia, sendo este também o seu desejo.

Gabriel apresentou também o receio de que nossa língua viesse a desaparecer da aldeia Buriti: “desse jeito que está, corre o risco, e grande, de isso acontecer” (J.A. GABRIEL, 2016). E ainda nos diz que, para evitar essa situação, ele acha que deveríamos nos reunir e tentar unir a nossa comunidade para acharmos uma solução para esse problema, ainda reforça a ideia de que se soubesse falar, falaria com muito orgulho.

Quanto ao papel da língua Terena na nossa comunidade, ele diz que, em sua opinião, “a nossa língua Terena deveria ter um papel de ajuda nas nossas lutas e considera importante usar nosso idioma, porque ela é uma identidade nossa” (J.A. GABRIEL, 2016) e se lamenta por não poder falar, mas ainda acha que deveríamos fazer alguma coisa em prol da revitalização da nossa língua, como motivar as pessoas a dar importância a essa língua, que é fundamental para nós Terena da aldeia Buriti, e afirma, com muita ênfase, que não tem nada para mudar na questão cultural, e enxerga uma necessidade de preservação dessa nossa riqueza. Nesse sentido, perguntamos se o mesmo conhece algum falante da língua Terena, a resposta de Jaílson foi que sim, e define em uma frase o nosso povo Terena, como sendo um povo humilde.

3.4.1 Alguns apontamentos acerca das entrevistas concedidas por jovens que não falam e não entendem a língua Terena

Uma especial atenção deve ser dada aos jovens que não falam nem entendem a língua Terena. Embora não tenhamos realizado um número expressivo de entrevistas de pessoas nessa situação, consideramos que eles retratam a realidade das crianças, jovens e adultos da aldeia Buriti: falantes de língua portuguesa e desejosos de aprender a língua Terena, sendo que esse aprendizado deve ocorrer também para além da escola, uma vez que todos dessa faixa etária já passaram pela escola e não se sentem capazes de utilizar a língua com o que foi ensinado a eles durante o período de escolarização.

As entrevistas deixam claro que a escola sozinha não consegue tornar funcional uma língua que as pessoas apresentam muita dificuldade de aprender, dentro do contexto atual de aprendizagem. Nesse sentido, é necessário imprimir maior qualidade do ensino da língua Terena na escola, ampliar o tempo de ensino-aprendizagem e

verificar a possibilidade de que ela também se torne uma língua de instrução, não apenas uma disciplina dentro do currículo escolar.

Além disso, a partir das falas registradas, é possível inferir que os professores de língua Terena não devam ter apenas como requisito para exercer essa função tão importante na escola o de serem falantes, é necessário que eles tenham uma formação que leve a desenvolver metodologias mais adequadas para o ensino de uma língua como segunda língua. Para isso, faltam materiais e recursos didáticos, formação específica e diferenciada, além de um apoio da comunidade para que o que é aprendido na escola possa ser utilizado fora dela. Um ensino que faça sentido, um aprendizado que seja aproveitável.

Somado a isso, é possível perceber que a existência de falantes conhecidos na aldeia Buriti contribui com a ideia de que a língua tem chances de sobreviver nessa área, mas não descarta o risco do desaparecimento, caso nada for feito para impedir isso. Por fim, com base nas opiniões expressas e sistematizadas neste capítulo, realizamos no capítulo 4 uma avaliação das propostas de políticas linguísticas já existentes na aldeia Buriti e apontamos alguns caminhos que podem auxiliar no processo longo e difícil de revitalização da nossa língua, acreditando nas qualidades terena atribuídas pelos próprios Terena: povo forte, guerreiro, batalhador, que se encontra em luta constante pelos seus ideais.

CAPÍTULO 4

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA ALDEIA BURITI: PROPOSTAS IMPLEMENTADAS E POSSIBILIDADES DE CRIAÇÃO DE OUTRAS PROPOSTAS

4. Políticas linguísticas

Quando se pensa em políticas linguísticas, deve-se ter em mente que se trata de uma preocupação entre a relação de poder e as línguas, ou mais propriamente, com as grandes decisões políticas sobre as línguas e seus usos nas sociedades, que língua pode ou não pode ser usada em determinadas situações, oficiais ou não (MONSERRAT, 2006).

Muitas línguas indígenas faladas atualmente no Brasil têm, de maneira geral, entrado em desuso nas suas respectivas comunidades, vêm perdendo gradativamente o seu espaço para a língua portuguesa, o que tem sido motivo de preocupação para muitos povos indígenas, e tem levado povos a buscar mecanismos que possam ser capazes de intervir nesse processo de perdas linguísticas. A Educação Escolar Indígena tem sido um desses mecanismos que mais frequentemente vem sendo utilizado.

Muito embora esse papel a ser assumido pela Educação Escolar Indígena não tenha tido ainda uma eficácia assegurada, no que diz respeito aos anseios de uma comunidade indígena, a realidade do uso da língua para além dos muros da escola precisa necessariamente ser reconhecida, sobretudo em línguas que se encontram em um estado crítico de obsolescência, considerando que a língua tradicional do grupo cumpria suas funções veiculares em seu uso cotidiano e em rituais religiosos, sua compreensão restrita no ambiente escolar dificilmente pode garantir sua expansão para outros ambientes e para outros falantes. Nesse sentido, é prioritário conhecer com exatidão os ambientes em que o uso de uma língua indígena se mantém e as pessoas que ainda são capazes de fazê-lo, conforme demonstramos no capítulo 3 desta dissertação.

Além disso, o estabelecimento de uma grafia bem como uma documentação impressa das línguas em desuso seriam maneiras hipoteticamente possíveis para a conservação de uma língua indígena, o que não implica necessariamente em seu uso. A exemplo disso temos a língua Terena, com grafia estabelecida e uma série de trabalhos que descrevem o seu funcionamento.

Sobre estudos linguísticos da língua Terena, Silva e Antonio (2016) afirmam que essa língua ainda não foi objeto de muitas investigações. De acordo com as pesquisadoras, embora haja um número expressivo de trabalhos sobre o povo Terena, os mesmos estão restritos a discussões sobre aspectos culturais, educacionais e sociolinguísticos.

Os estudos linguísticos da língua Terena ocorreram a partir da década de 1960, por meio de linguistas/missionários ligados ao *Summer Institute of Linguistics*. Com base em um levantamento bibliográfico, Silva e Antonio (2016) contabilizam cerca de 38 estudos linguísticos: 1 sobre a situação da língua Terena na família Aruák, 5 sobre léxico, 13 sobre alguns aspectos da língua, 8 propostas de materiais didáticos e 8 sobre aspectos sociolinguísticos.

Sobre os estudos sociolinguísticos, destacam-se “O conflito diglótico português-Terena em Limão Verde: um estudo de sociolinguística indígena”, realizado por Reis (1990); “Língua e história: análise sociolinguística em um grupo Terêna”, de Ladeira (2001); e “Uma análise tipológica sociolinguística na comunidade indígena Terena de Ipegue: extinção e resistência”, produzido por Garcia (2007), conforme Silva e Antonio (2016).

No contexto da valorização das línguas nativas ou mais propriamente das línguas indígenas, poderíamos dizer que há sim situações de manutenção, de perdas, e processo de revitalização, como é o nosso caso da comunidade indígena da aldeia Buriti: passamos pela manutenção, passamos pelas perdas e agora estamos lutando para colocarmos em prática o processo de revitalização.

Cabe destacar que, nos últimos anos, a importância da diversidade linguística tem sido abordada no contexto da diversidade em geral, enfatizando a compreensão das línguas como parte intrínseca da cultura, da sociedade e da visão de mundo dos falantes, bem como o fato de que a perda de línguas tem como consequência o desaparecimento dos sistemas de conhecimentos que elas refletem e expressam (MARTINS e CHAMORRO, 2015), no mesmo tempo em que a compreensão do processo de perdas de línguas é determinado por fatores de ordem política e social, e sobre os quais nem os linguistas nem os próprios falantes têm controle desse desmonte. No entanto vale a pena ressaltar que alguns esforços têm de ser feitos em vista de documentar as línguas ameaçadas.

Segundo Maher (2005, p.11), “o ensinar e o aprender são ações mescladas, incorporadas a rotina do dia a dia, ao trabalho e ao lazer e não são estritas a nenhum

espaço específico”. Em termos retóricos, é um modelo bastante avançado, mas em termos práticos, dada a diversidade sociocultural e linguística, aliada à dispersão geográfica desses povos, muito ainda precisa ser feito, especialmente no que diz respeito ao trabalho com a língua, bem como em relação à necessidade de aquisição de códigos alfabéticos e numéricos em culturas com fortes práticas de transmissão oral dos conhecimentos.

Em boa parte da história do Brasil, houve uma política de negar a diversidade linguística e impor a língua portuguesa, como a língua nacional e oficial. Esse processo de fortalecimento e difusão da língua portuguesa se deu, de maneira mais expressiva, a partir do século XVIII, com a intervenção de Marques de Pombal, em 1758, instituindo um decreto que proibia o uso de qualquer outra língua que não fosse o português (D’ANGELIS, 2012).

Logicamente que tudo isso são reflexos dos aspectos sociais, políticos, econômicos, educacionais e religiosos impostos às inúmeras etnias, sobretudo à etnia Terena, haja vista que esse processo de perda linguística tanto na aldeia Buriti quanto em outras comunidades não foi por acaso, fato esse que a partir do século XVIII houve uma obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa nas escolas, onde inicia uma política linguística favorável apenas à língua portuguesa.

Diante disso, neste último capítulo, dedicamos uma atenção especial às políticas linguísticas da aldeia Buriti. Avaliamos o que já temos e estabelecemos outras propostas com base no que aprendemos com a história do povo, a história da aldeia Buriti, a forma própria de organização social, o papel da escola indígena e com a opinião dos colaboradores da pesquisa de campo realizada.

Trata-se de um capítulo curto, pois quem escreverá o final deste capítulo não sou eu, mas a comunidade à qual pertencço e com a qual vou lutar para revitalizarmos a língua Terena na nossa aldeia. Cabe destacar que todas as questões aqui pontuadas são frutos de um longo aprendizado, amadurecimento intelectual e posicionamento crítico aprimorado durante o período em que realizei o mestrado na Universidade.

Na próxima seção, apresentamos as políticas linguísticas que já foram pensadas e implementadas na aldeia Buriti. Em seguida, apresentamos uma discussão sobre as propostas de políticas linguísticas que podem vir a ser implementadas na nossa aldeia, caso nossa comunidade acredite serem pertinentes e necessárias.

4.1 Políticas linguísticas implementadas na aldeia Buriti

Com base em Pereira (2009), é possível supor que a diminuição do uso da língua Terena, especialmente na aldeia Buriti, ocorreu porque os Terena foram atraídos para junto dos empreendimentos militares, missionários e coloniais, o que deu origem, inclusive, às grandes aldeias. Outro ponto importante é a falta de discussão política sobre as questões linguísticas, de acordo com Faraco (2002, p. 14), “apesar de sua dimensão e relevância social, elas não são ainda questões para a sociedade brasileira, isto é, elas não se apresentam como um problema de natureza política para o conjunto da sociedade, como algo que mereça controvérsia e debate”, mas passou a ser para as comunidades indígenas que têm visto suas línguas ameaçadas de extinção.

Pode-se afirmar que desde o século XVI, logo após a chegada dos portugueses ao Brasil, a educação escolar no país atingiu comunidades indígenas, pautada a princípio pela catequização feita pelos jesuítas, e posteriormente pela integração forçada dos índios à sociedade nacional pelos programas de ensino do extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI) já no século XX. Nas últimas décadas, entretanto, a partir da mobilização dos próprios índios, essa situação vem mudando gradativamente, e nas comunidades indígenas, onde o contato com os não-índios já é antigo, onde a cultura e a língua herdadas dos portugueses predominam, a escola passou, recentemente, a ser vista como um espaço para o resgate da identidade étnica desses povos.

Nesse sentido, tem-se tentado buscar um modelo de educação que preconiza o enriquecimento linguístico, cujo objetivo é garantir a manutenção e o desenvolvimento da língua minoritária na escola, e insistir na importância de que essa seja a língua de instrução ao longo de todo o processo de escolarização (KNAPP e MARTINS, 2016).

Sabemos que o Brasil é considerado um país plurilíngue. Essa diversidade linguística, no entanto, está ameaçada por causa do número reduzido de falantes por língua. Braggio (2002 apud MARTINS; KNAPP e SALES, 2016, p. 310) afirma que

Além do português, são faladas, hoje, em nosso país mais de 222 línguas [...] dessas línguas, pelo menos 180 são línguas indígenas, [...] essas 180 línguas encontram-se em situação de risco de desaparecimento devido ao número reduzido de falantes e à falta de políticas linguísticas que ajudem a preservar, valorizar e a divulgar entre os seus membros a própria língua, dando um sentido de pertencimento e identidade ao grupo. O número reduzido de falantes de algumas línguas minoritárias, nesse contexto, mostra a vulnerabilidade linguísticas que muitos povos indígenas estão enfrentando.

Nesse sentido, Maher (2005, p. 3) explica que se o bilinguismo do falante passa a ser considerado não um atributo, mas um problema, o objetivo das instituições de ensino é que o aluno abdique de sua língua materna e se torne monolíngue na língua dominante, no caso, a língua portuguesa. Essa era a perspectiva do modelo assimilacionista de submersão que, segundo a autora, foi o modelo adotado por algumas missões religiosas e órgãos do governo brasileiro junto aos povos indígenas durante anos a fio. E, como alerta Tollefson (1991, p.170), “mesmo quando a política linguística protege direitos linguísticos das minorias, ela pode ser uma de controle encoberto do Estado, pois os direitos linguísticos são subordinados à estrutura de poder e dominação”.

Desde a sua criação, meados de 1920, a aldeia Buriti buscou resistir as inúmeras imposições que a comunidade acabou sofrendo, sempre ao longo de seu percurso, e pelos diversos momentos que nossos antepassados vivenciaram as afrontas aos nossos costumes, às nossas crenças, à nossa língua e à forma de organização social, o que consolidou uma forte influência de vários valores e práticas advindos dos não-indígena. Mesmo assim, persistimos na luta dos nossos direitos, que ainda estão sendo ignorados pelo Estado brasileiro. A nossa busca para sobreviver em meio à tanta insignificância é sempre demonstrada por nossa união, e é através dessa união que tentamos encontrar solução para implementarmos de políticas linguísticas na aldeia Buriti, para uma possível revitalização da nossa língua materna.

A aldeia indígena Buriti, como já afirmamos em outros momentos, é uma das aldeias mais recentes da Terra Indígena Buriti, mas é também, devido à sua localização, a porta de entrada para as demais aldeias da região. Dentro dessa perspectiva, torna-se a aldeia mais reconhecida em termos políticos de organização social e territorial. Ao mesmo tempo é a aldeia que mais sofre em todos seus aspectos negativos, assim o fator linguístico é, sem dúvida, um dos problemas que hoje nossa comunidade vem enfrentando, e hoje procuramos, através dos professores indígenas, acadêmicos e lideranças, lutar por uma comunidade melhor para todos. Nesse sentido, a questão linguística é um fator que passou a ser discutido em todos os espaços comunitários, pois não deixa de ser uma preocupação dessa comunidade.

No que tange às propostas linguísticas afirmativas que já foram implementadas na comunidade, verificamos, por meio do trabalho de campo realizado, que ainda temos feito muito pouco para a valorização e a revitalização da língua Terena, haja vista que é no espaço escolar que temos verificado a maior preocupação. Ou seja, as políticas

linguísticas de valorização da língua estão reduzidas à escola, com o ensino de língua Terena enquanto disciplina, sendo apenas duas aulas por semana para todos os anos da Educação Básica.

Destaca-se que foi pensado, em outro momento, uma forma de a escola oferecer aulas de língua Terena aos professores, com pessoas habilitadas na área. Foi sugerido, inclusive, que cada professor utilizasse a língua, pelo menos, nas suas formas de expressão mais básicas, como cumprimentos (bom dia!; boa tarde!; como vai?) e colocá-la em prática também em sala de aula com os alunos. Além disso, havia sido cogitada a viabilidade de cada professor aprender, pelo menos três palavras na língua Terena durante um mês, e depois houvesse um momento de socialização do domínio de cada professor. Essas e outras ações foram pensadas, mas não tiveram muita efetividade dentro do espaço escolar. Na comunidade a questão ainda é mais grave, não há nenhuma iniciativa nesse sentido de revitalização.

Foi proposto também que em todos os ambientes da escola pudesse ter escrito informações na língua Terena, como sala de professores, biblioteca, cozinha, banheiros etc. Outra ação pensada nesse sentido foi realizar o *Soletrando* na língua Terena para os alunos. Foi proposto ainda que, quando fizéssemos atividades extraclasse, dividíssemos por equipe os alunos, cada nome das equipes seria em língua Terena. Foi proposto também que, no início das aulas, seja no período matutino seja vespertino, os professores programariam apresentações culturais, e sempre usufruindo da língua Terena. Enfim essas foram algumas propostas que consideramos como sendo políticas linguísticas criadas pelo grupo de professores. Vale a pena ressaltar que essas iniciativas ficaram restritas ao ambiente escolar da nossa comunidade e, como dissemos anteriormente, foram ações pensadas, ora ou outra colocadas em prática, mas muitas delas nem foram realizadas e acabaram caindo no nosso esquecimento.

Uma das ações que ocorreu com mais intensidade no ambiente escolar foi a de nós, professores indígenas, termos aulas de língua Terena com um professor que é falante do nosso idioma, essa ação foi pensada e realizada. Convidamos um professor que mora em uma outra comunidade vizinha para vir dar aulas de língua Terena na nossa escola e, a partir daí, organizamos os professores para terem aulas e escolhemos o dia e o período que pudessem contemplar todos os interessados. As aulas eram basicamente como funciona uma aula normal de língua portuguesa, por exemplo, utilizando-se a prática oral e escrita. Enfim, foi essa a prática mais precisa de ação

concreta realizada por nós professores, e que até então estamos reavaliando essas e outras ações para tentarmos novamente colocar em prática.

É importante ressaltarmos o desconhecimento da falta de estrutura que rodeia uma política para língua indígena, uma vez que não tínhamos conhecimento do que era uma política de línguas, do que representava isso para a nossa comunidade, e qual a metodologia utilizada para preparar essas ações, e se existia ao menos uma metodologia nesses vagos trabalhos feitos por nós dentro da escola. E mais do que isso, não sabíamos se estávamos fazendo, de fato, uma política de preservação da nossa língua Terena ou se estávamos apenas vivenciando momentos passageiros. Enfim, essas foram algumas das situações, que enfrentamos e que só agora com a pesquisa foi possível detectarmos falhas nas nossas ações que considerávamos como políticas linguísticas aqui na aldeia Buriti.

Assumimos que tivemos, a todo instante, boas intenções para contribuir com o processo de revitalização da língua Terena na aldeia Buriti, mas reduzimos essas políticas ao ambiente escolar, como se a língua fosse apenas um objeto de estudo e que devesse ficar restrita a uma instituição que ainda está aprendendo a ser indígena. Acreditamos que sejam válidas todas as iniciativas, podendo ser postas em práticas novamente, no entanto, a comunidade precisa participar de todo esse processo. Trata-se de um projeto da/para comunidade, não pode ser um projeto de professores, tão pouco de alguns professores. Para uma língua passar a ser utilizada, é preciso (re)criar suas necessidades de uso e não restringi-la a um ambiente artificial de práticas comunicativas.

4.2 Políticas Linguísticas: possibilidades de criação de outras propostas para a aldeia Buriti

Na nossa concepção enquanto indígena, há uma certa preocupação na valorização da nossa cultura e, principalmente, na valorização da nossa língua materna, uma vez que o sistema nacional do Estado brasileiro teve como principal objetivo a redução e a integração dos povos indígena à sociedade envolvente.

De uma forma geral, a existência da escola indígena em determinadas comunidades sinaliza para uma mudança na perspectiva dos falantes sobre a cultura e as línguas indígenas. Tais mudanças podem afetar positiva ou negativamente a atitude e a

vida daquele sujeito em relação à sociedade envolvente, de forma que a língua indígena pode ter ou não o mesmo prestígio quanto às demais línguas majoritárias, mas ainda restam dúvidas de que a escola seja realmente um espaço de sobrevivência das línguas nativas, capaz de construir um *status* para mantê-la, conservá-la e transmiti-la para seus descendentes (eis aí um grande desafio!). Um dos fatores considerado positivo em relação à implantação de uma escola considerada indígena é considerá-la como um *locus* de discussão e implantação de políticas linguísticas. Justificando-se pela forma de como ela está constituída em sua atual conjuntura na aldeia Buriti, atualmente os professores são indicados por suas lideranças e comunidade, o que, de certa forma, legitima o trabalho e nos garante uma certa visibilidade.

É nesse sentido que buscamos revitalizar a língua Terena na aldeia Buriti, uma vez que entendemos que o contexto em que vivemos na comunidade está favorável para vencer esse desafio: temos os professores, temos as lideranças, temos a comunidade, temos representante político dentro do município que pode nos auxiliar nessa proposta, sendo assim, o que nos resta é propor ações concretas, propor políticas que atendam especificamente a revitalização da língua Terena na Aldeia Buriti, mas não restringindo essas políticas ao contexto meramente escolar.

A grande indagação que geralmente ocorreu quando foi apresentada esta proposta de pesquisa aos colaboradores é porque resgatar a língua Terena na aldeia Buriti? Porque é importante ter a língua Terena na nossa comunidade? Porque valorizar a língua Terena somente agora e não ter feito isso antes? Essas são perguntas que, na maioria das vezes, exigem um compartilhamento da comunidade para obtermos as respostas e que, para muitas perguntas, não se encontram respostas tão pontuais, o que nos leva a raciocinar, analisar, refletir sobre os fatos ocorridos antes, até então respondendo às questões de forma geral. O maior desejo de valorizar a língua Terena é porque ela é nossa, ela é parte da nossa cultura, que estamos deixando morrer. A sensação que temos é que um pedaço do nosso corpo está perecendo. Voltando às questões pontuais logo acima, para que o processo de revitalização realmente seja possível e viável, de forma que possamos voltar a utilizá-la ou parte dela na nossa comunidade, é preciso que primeiramente eu, comunidade e as lideranças queiramos voltar a falar nosso idioma.

Entendemos que só com o processo de pesquisa e a partir dos dados coletados, por meio das entrevistas dos envolvidos: anciãos, professores, jovens, pudemos apontar propostas mais concretas. Compreendemos que a nossa comunidade sofreu opressões e

repressões no âmbito cultural e linguístico. No seio familiar, os avós e os pais ainda falavam nosso idioma, já em outras famílias isso já não acontecia mais, devido ao preconceito velado que o contexto situacional nos impôs.

Quando as comunidades indígenas passaram a conhecer seus direitos, seus deveres, cobrar do Estado brasileiro o que está assegurado dentro da Constituição Federal de 1988, pudemos, por assim dizer, acordar de um passado para a realidade, um passado que deixou muitas marcas, muitas cicatrizes dentro das comunidades, e na aldeia Buriti esse passado não foi nem um pouco generoso, no que diz respeito à nossa língua, e é nessa condição de buscar direitos e deveres que estamos lutando para o resgate do nosso idioma. Sem dúvida nenhuma, sabemos o quanto é importante uma comunidade falar a sua própria língua.

Hoje cabe a nós, enquanto fruto, morador dessa comunidade, buscar compreender o que nos levou a substituição da nossa língua Terena pela língua portuguesa. No mesmo tempo em que fazemos essa reflexão, é possível que adotemos outra postura frente à nossa língua Terena. Hoje não basta eu, enquanto indígena, morador e professor, buscar solucionar ou encontrar soluções sozinho, é claro que durante a pesquisa percebemos um outro cenário, então, concluímos que é preciso unir forças, juntar os alunos, pais, anciões, acadêmicos indígenas, professores, nossas lideranças e a comunidade de forma geral em prol desse objetivo, uma vez que essa língua, no cenário político atual, nos faz muita falta. À medida que o tempo passa, parece que fica muito mais difícil a revitalização da nossa língua Terena, mas como mencionei logo acima, a união pode proporcionar novos rumos para ela.

Verificamos, contudo, que antes de implementar qualquer proposta de mudança de postura e atitude numa área indígena, é preciso conhecer melhor sua forma de organização social, o que pode facilitar a concretização de ações permanentes, como a que precisamos para a revitalização da língua Terena na aldeia Buriti.

Segundo Pereira (2009), é comum que os Terena integrados a determinados troncos se refiram à área de seus assentamentos atuais e pretéritos como sendo uma aldeia. Em determinado momento de sua pesquisa de campo, como o mesmo afirmou, isto causou certa confusão, dado ao grande número de aldeias que iam sendo nominadas, mas com o acúmulo de dados foi possível notar que a identificação de um número considerável de aldeias num espaço territorial relativamente reduzido fazia pleno sentido do ponto de vista da organização social terena. No seu modo de ver, o sentido parece estar no fato de uma aldeia ser concebida como um centro de

sociabilidade, sempre focado no local de assentamento do líder do tronco, que ocupa o papel de proeminência política dentro da rede que articula os vários troncos. Portanto, esse líder precisa ter consciência da necessidade de um projeto de revitalização da língua Terena, seu auxílio é fundamental para que alcancemos êxito em nosso propósito.

Pereira (2009) acrescenta que, na nossa comunidade, a existência de laços familiares é muito forte, uma vez que parente é aquele com o qual se possui um laço de consanguinidade ou afinidade reciprocamente identificável e reconhecido socialmente. Nesse sentido, para firmamos políticas linguísticas para a nossa comunidade, precisamos usar desse artifício parental para a execução da nossa proposta de revitalização da nossa língua materna. Não podemos abrir mão da família na construção e na efetivação das políticas a serem estabelecidas. Um outro fator importante nesse estudo é a do casal como sendo o que ocupa a posição estrutural de tronco, e que acaba desempenhando funções políticas e religiosas dentro da comunidade.

Quando nós tratamos do fortalecimento de qualquer aspecto cultural, social, educacional ou político dentro de uma determinada comunidade indígena, é preciso que se atribua responsabilidades aos órgãos governamentais competentes também, ou seja, quando se trata do fortalecimento de uma língua indígena, isso não pode ficar restrito apenas ao meio escolar e ao interior da comunidade indígena. Nesse sentido, fica claro o direito constitucional das comunidades indígenas de empregarem na escola seus métodos e princípios próprios de ensino-aprendizagem, e que seja reconhecida a capacidade e a importância de indígenas nas escolas indígenas, com a presença de anciãos, pessoas de mais idade conhecedora dos saberes tradicionais, da cultura, e falantes da língua indígena. Poderíamos adotar também nesse trabalho o modelo de enriquecimento linguístico, cujo objetivo educacional é garantir a manutenção e desenvolvimento da língua minoritária na escola, mas isso também só é possível com o apoio do Estado.

Quando falamos em implementar e fortalecer qualquer ação voltada à Educação Escolar Indígena, na esfera governamental existe amparo legal, como bem pontuamos na introdução desta dissertação, mas já percebemos que só ter dispositivos jurídicos não é o suficiente para garantir uma educação do nosso jeito, é preciso lutar para fazer valer a lei e propor melhorias para a nossa comunidade, sem ter que esperar que o Estado faça isso por nós!

Além disso, pelo que compreendemos do primeiro capítulo desta dissertação, fatos históricos, alheios à comunidade, foram determinantes para a sobreposição da

língua portuguesa como meio de comunicação e como forma de posicionamento político durante um certo período de tempo da nossa história, o que foi acentuado principalmente quando nossa aldeia se tornou a porta de entrada dos projetos colonizadores, integracionistas e assimilacionistas propostos pelo Estado, executados por seus representantes e auxiliados por instituições não governamentais com fins religiosos. Isso, em certa medida, foi construindo um sentimento de desvalorização da língua Terena, o que ocorreu na prática, tendo sido vista, inclusive, como um empecilho para novos aprendizados. É de se esperar que a pressão sofrida pelos Terena para aprender o português a fim de negociar com o Estado o seu bem-estar, além de buscar meios de sobrevivências, ao ver que nossos territórios foram reduzidos a tal ponto que, obrigatoriamente, houve a necessidade de nos reorganizarmos socialmente, elevando as ideologias não-indígenas e subvalorizando o que havíamos trazido de nossos ancestrais.

Como verificamos no capítulo 2, a escola indígena foi uma grande conquista, mas encontra-se em construção, rumo a uma Educação Escolar Indígena que seja, efetivamente, específica, diferenciada, bilíngue, intercultural e autônoma. Vimos que precisamos vencer ainda nossos próprios preconceitos sobre o que temos de conhecimento linguístico, cultural e histórico, a fim de que avancemos num currículo em que nos vemos nele e agimos por ele no âmbito escolar.

No capítulo 3 desta dissertação, conseguimos verificar o sentimento de perda linguística e o desejo de revitalização da língua por parte dos colaboradores desta pesquisa. Ao mesmo tempo, conseguimos evidenciar a permanência pela luta constante em prol da retomada das nossas terras, sem as quais não conseguiremos nos fortalecer enquanto grupo, tão pouco reforçar nossa identidade étnica com projetos paralelos sem avançarmos na conquista dos nossos próprios territórios. No entanto, como cumprimento do que havíamos assumido desde o início do mestrado, que era compreender a nossa realidade e estabelecer propostas de políticas linguísticas para a revitalização da língua Terena na aldeia Buriti, aproveitamos as falas de quem tão competentemente apresentou suas ideias, sugestões, abriu o coração para entendermos o que a língua Terena representa para cada um e como gostariam de vê-la ser utilizada de forma mais frequente, tanto na aldeia quanto no ambiente escolar. Dessa forma, sistematizamos várias políticas que, em a curto, a médio e a longo prazo, podem ser implementadas com o apoio da nossa comunidade.

Ficou claro no capítulo 3 que a língua faz parte da identidade de um povo, fortalece essa identidade, faz parte da história do povo, o que justifica a tentativa de

torná-la funcional novamente na aldeia Buriti. Além disso, todos responderam que conhecem alguém que fala Terena na aldeia Buriti. Verificamos que isso pode ser utilizado para pensar em estratégias que reúnam essas pessoas para ensinar a língua também fora do ambiente escolar: casa, jogos de futebol, reuniões da comunidade, brincadeiras de criança, festas da comunidade, igrejas e instituições do governo.

Não podemos esquecer da vontade que os entrevistados demonstraram de aprender a ler e a escrever na língua Terena. Nesse sentido, ficou muito marcado a ideia de que a língua Terena ocupe um espaço maior no currículo da escola, que não esteja reduzida a uma hora semanal, mas que ela possa ter visibilidade por meio de atividades práticas de oralidade, leitura, escrita, reflexões gramaticais em grande medida durante todo o processo de escolarização. Vale ressaltar que as pessoas entrevistadas nunca estudaram sobre bilinguismo, mas elas querem ver a língua que não enxergam na escola passar a existir.

Pelo que identificamos com respeito ao ensino da língua Terena na escola indígena, é preciso fazer uso dos materiais escritos de forma que sejam circulados também em Terena, a fim de dar funcionalidade social à modalidade escrita dessa língua, o que não pode ficar restrito somente ao ambiente escolar. As pessoas aprendem ou tem desejo de aprender somente aquilo que consideram útil e necessário. Nesse sentido, é preciso criar necessidades de uso da língua, não só na modalidade oral, mas também na modalidade escrita.

Ainda com relação ao ensino da língua, podemos destacar duas questões: a primeira é que a escola não garante o aprendizado da língua Terena; a segunda é que não basta ser falante, é preciso ter estratégias de ensino de segunda língua, o que pode apenas ser conseguido por meio de formação específica. Por isso, devemos lutar para que tenhamos formação continuada dos professores que ensinam a língua, para que não apenas desenvolva novas metodologias de ensino, mas sejam preparados para produzir materiais didáticos para o ensino da língua como uma segunda língua. Percebemos que a elaboração de materiais para o ensino da língua Terena como segunda língua é um elemento fundamental para o processo de revitalização da língua a partir da escola.

Além disso, estimular a vinda para aldeia de pessoas que falam a língua é muito importante. Trazer os mais velhos para escola, ensiná-los a ler e a escrever em Terena, pois eles ajudarão muito no processo de revitalização. Acreditamos ainda que lutar pela cooficialização da língua terena no município viabilizará a criação de um *status* que a língua ainda não possui.

Verificamos, pelas opiniões dos nossos colaboradores, a necessidade de voltarmos a contar nossas histórias. Histórias que precisam ser contadas também em Terena. E se não temos um número expressivo de falantes, estimular ao menos as visitas mais regulares de falantes à nossa aldeia, convidando para ficar nas casas e participar das atividades da comunidade.

Entendemos, após a pesquisa, que a continuidade da luta pela terra e sua retomada é um requisito para poder lutar a favor da língua Terena, ou seja, não dá para tornar prioritária a revitalização da língua, todos os esforços precisam estar voltados para a reconquista dos nossos territórios tradicionais, isso vai viabilizar a revitalização da língua, mas é possível ter ações em prol da nossa língua sem que isso enfraqueça a luta pela terra como, por exemplo, a conscientização da importância da língua no ambiente familiar, a melhoria do ensino da língua no ambiente escolar, a possibilidade de criar no cotidiano da aldeia espaços em que falantes possam ensinar não falantes, contando histórias, ensinando a comunicar nos momentos de interação social entre falantes e não falantes.

Vimos no capítulo anterior que as pessoas sentem um certo receio de que a língua Terena possa vir a desaparecer, e expressam essa impressão com muito pesar, tendo em vista que o desejo dos entrevistados era de ver a língua ser funcional na comunidade, bem como na escola da aldeia. Os três segmentos entrevistados demonstraram interesse em ver a língua Terena ser revitalizada na aldeia Buriti, o que ficou bastante presente nos discursos dos mais velhos, a quem devemos nosso respeito, consideração e quem devemos aprender a ouvir, pois são grandes sábios do nosso povo. Suas opiniões não devem ser desconsideradas!

Já é sabido que a escola sozinha não salva uma língua do seu iminente desaparecimento numa determinada área. Mas é por meio dela que é possível imprimir um sentimento de valorização, uma vez que a escola prestigia o conhecimento que por ela é difundido. A imposição da língua portuguesa, nesse contexto, se deu de maneira tão agressiva e covarde que, mesmo os falantes bilíngues eram discriminados por falar o português com sotaque, o que contribuiu para a não transmissão da língua Terena de geração a geração, uma vez que falantes nativos de português obteriam mais sucesso em sua trajetória social, econômica e política. Mas tudo não passou de uma ilusão, pois fomos levados a abrir mão de muitos dos nossos conhecimentos e habilidades, mas com resultados pouco satisfatórios para a realidade da vida terena que temos hoje.

Foi externado no capítulo anterior o desejo de segmentos da nossa comunidade querer voltar a falar a língua Terena ou mesmo de querer aprender, pela primeira vez, a falar essa língua. Ter a certeza do desejo da comunidade de querer a revitalização da língua é um passo muito importante para a implementação de políticas linguísticas na aldeia Buriti, uma vez que os agentes dessas políticas são tanto os que já conhecem a língua quanto àqueles que estão já se esforçando em aprender ou mesmo aqueles que querem aprender.

Vemos como ponto importante na implantação de políticas linguísticas na nossa aldeia a possibilidade de externarmos a beleza da língua Terena por meio de manifestações artísticas e culturais (música, poemas, narrativas, figuras de linguagens presentes em textos orais e escritos). Estamos certos de que é necessário buscar funcionalidade para a língua Terena no contexto oral e escrito. Produzir situações em que a língua possa ser útil para a comunicação, o convencimento, a memória, a história, a vida dos falantes e seus usos em contextos escolares: contação de histórias, adivinhações, debates, seminários, produções textuais.

Favorecer o uso da língua no dia a dia, a partir de atividades sociais próprias da comunidade; eleger um dia da língua Terena, estabelecendo seu dia no calendário escolar; apresentar a sua história, o seu estado de desaparecimento, e a sua forma de revitalização; tudo isso nos parece ser saudável na construção de um processo de revitalização da língua Terena na aldeia Buriti. Na verdade, é tentar demonstrar que a língua faz parte da história do povo Terena e, assim como os territórios precisam ser retomados, nossa língua precisa ganhar vitalidade na nossa aldeia.

Com relação ao papel da família, percebemos a necessidade de encontrar meios de que a língua passe também a ser utilizada em casa, por meio da presença de parentes que sabem falar a língua, que estejam disponíveis a ensinar os outros a utilizá-la no dia a dia, para a comunicação diária. Isso não parece ser um problema, pois todos os entrevistados demonstraram conhecer pessoas que ainda são falantes e, muitos deles, pertencem à mesma família, ao mesmo tronco e à mesma rede de aliança política.

Com relação aos mais velhos, verificamos também a necessidade de aproximá-los da escola, promover a alfabetização e o letramento para essas pessoas. Como contrapartida, serão os colaboradores para o aprendizado da modalidade oral da língua Terena no ambiente escolar, não deixando essa responsabilidade unicamente para o professor de língua Terena da escola.

Muitas comunidades indígenas têm implantado a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na escola indígena, ensinando aqueles que não tiveram a oportunidade de se escolarizar ainda quando eram jovens. Essa experiência já tem sido realizada entre os Guarani e Kaiowá, sobretudo, na aldeia Sassoró, município de Tacuru, e na aldeia Potrero Guasu, município de Paranhos-MS (CASTELÃO, 2017). Isso tem fortalecido o ensino da língua indígena na aldeia, aproximando os mais velhos do ambiente escolar, no qual tem contribuído com seus conhecimentos tradicionais, suas histórias, ensinando tanto os professores quanto os outros estudantes da escola. Um verdadeiro propósito de Educação Escolar Indígena diferenciada, do seu jeito, que não exclui nenhum dos segmentos sociais da aldeia, pelo contrário, incluem e integram a um novo momento em que estamos vivendo a educação, não mais feita para indígenas, mas por indígenas.

Mas é necessário, antes de tudo, reunir a comunidade, juntamente com as lideranças, para expor as questões linguísticas, os desejos de manutenção da língua, a vontade de revitalizá-la no âmbito da aldeia e o sonho de utilizá-la no dia a dia. Dessa forma, pensar coletivamente que propostas podem, de fato, serem implementadas para que os anseios da comunidade sejam atendidos.

Além disso, como já colocamos em outros momentos, é preciso estabelecer um projeto via escola, uma vez que é por meio dela que a escrita procura ser desenvolvida dentro de uma sociedade, que possibilite a ampliação de uso da língua Terena por meio da escrita, com produções textuais de gêneros diversos, mas com fins sociais. Ou seja, que possa ser utilizado na prática do dia a dia, não apenas como exercícios puramente escolares de conteúdos escolarizados.

Insistimos na necessidade de investir na formação continuada dos professores de língua Terena. Eles precisam aperfeiçoar o seu trabalho por meio de cursos voltados para o ensino de língua como segunda língua. É preciso estimular o estudo e a pesquisa de nossos professores. Eles possuem uma responsabilidade muito grande e, às vezes, sua formação não é suficiente para imprimir mais qualidade no ensino de uma língua que entrou em desuso há pouco menos de um século na nossa aldeia. Por esse motivo, os professores também precisam se apropriar dos trabalhos linguísticos descritivos que já foram realizados da nossa língua, por meio de pesquisadores ligados a universidades, mas também de pesquisadores ligados a instituições religiosas. Nesse sentido, se apropriar do que já temos é importante para que novas produções, revisões, ampliações da forma de funcionamento da língua Terena possam ser também conteúdo do ensino dessa língua em contexto escolar.

É importante que os Programas de Pós-Graduação em Letras, Linguística, Linguística Aplicada estejam abertos para receber indígenas Terena, falantes de sua própria língua, para ampliar os conhecimentos dela e auxiliar na produção de recursos e materiais didáticos para o ensino de língua Terena como segunda língua.

É preciso verificar de que forma a língua Terena pode ocupar espaços como reuniões internas da comunidade (assembleias políticas), reuniões sobre projetos da comunidade, festas tradicionais, cerimônias religiosas, durante a confecção de artesanato/cerâmica, pescarias, caçadas, brincadeiras das crianças, durante as rodas de mate/tereré, durante as atividades na roça (plantio, colheita, na hora de carpir, etc.) e garantir que ela esteja presente nessas atividades em alguma medida.

Pensamos também em promover o dia de contação de histórias na aldeia, onde os mais velhos possam, à luz de suas memórias, reproduzir histórias de suas vidas, sentimentos, ideias, opiniões em língua Terena. O que pode ser seguido de encenações que ajudariam as pessoas a compreender as mensagens nos discursos.

Insistimos também na importância da luta para que a língua Terena também seja valorizada pelas instituições governamentais, considerando como passo importante a sua cooficialização no município, o que lhe daria visibilidade e elevaria seu prestígio em ambientes externos à comunidade.

É importante ainda verificar os segmentos que temos e que possuem interesse em aprender a língua Terena, pois os recursos e os materiais didáticos para esse ensino no ambiente escolar não devem ser os mesmos, é preciso respeitar a faixa etária, o grau de escolarização e os interesses de cada um ao aprender a língua com fins sociais.

Ressaltamos a importância de propiciar o uso da língua Terena nos momentos de maior interação entre os membros da comunidade, por exemplo, nas rodas de tereré e mate, algo corriqueiro e diário na vida dos Terena da aldeia Buriti.

É preciso pensar também como, por meio da religião católica e da igreja, a língua Terena pode também ocupar um espaço de importância nas atividades ligadas à igreja, festas, cultos, ensinamentos, louvores, uma vez que o catolicismo é professado pela maioria dos moradores da aldeia.

É importante que a escola e a comunidade tenham ciência de que, para ser professor de língua Terena na escola, só ser falante não é o suficiente. O professor precisa aperfeiçoar em sua formação docente, sobretudo no que diz respeito ao ensino de uma língua para quem não a conhece. Além disso, ele precisa ser instrumentalizado para criar materiais didáticos específicos e diferenciados em sua língua, para tudo isso é

necessária uma boa formação, estudo, pesquisa que, por consequência, exige investimento e apoio de parceiros.

Quanto à possibilidade de outras propostas ou de novas propostas de políticas linguísticas, podemos encarar esse desafio com mais êxito, muito por conta que agora a nossa comunidade escolar e também os troncos de famílias extensas que são falantes da língua Terena entendem que é muito importante propormos e realizarmos ações concretas para a retomada da nossa língua Terena.

Uma outra situação vivenciada por nossos professores é que a escola vem participando de vários movimentos, como assembleia do povo, encontros religiosos e participação no próprio Fórum de Educação Escolar Indígena, onde tem surgido a necessidade de usar a língua Terena, e isso vem despertando em nós uma vontade de aprender, pelo menos, as coisas básicas da nossa língua Terena, fortalecendo a proposta de criarmos ações concretas e, a partir daí, enfrentarmos esse desafio de revitalizar nosso idioma. Pensando nesse propósito de implementar novas políticas que atendam aos novos anseios da comunidade, apresentamos, a seguir, uma síntese das questões que podem nortear a discussão de políticas linguísticas na aldeia:

- o fortalecimento e a manutenção da língua Terena na comunidade indígena da aldeia Buriti deveriam ser encarados como princípios fundamentais para uma política linguística do nosso povo;
- a disciplina de língua Terena deveria ter o mesmo peso de importância quanto as demais disciplinas como Língua Portuguesa, e Matemática;
- na formação de profissionais indígenas (em educação ou em outras áreas), a língua indígena deveria ser priorizada como forma de comunicação e como língua de instrução, mesmo que, para isso, fosse necessária a presença de intérpretes;
- a língua Terena deveria ser também uma das línguas de instrução nas reuniões de pais e mestres na escola;
- o ensino da língua Terena deveria ser um instrumento de avaliação específica para os alunos indígenas;
- as informações como folhetos e anúncios também deveriam ser escritas na língua Terena;
- as vilas, através de seus líderes, deveriam propor iniciativas como reuniões, palestras, para provocar a comunicação oral e escrita na língua Terena;
- propor e cobrar ações dos órgãos competentes, como capacitação dos professores indígenas, para produção de material didático na língua Terena;

- criar espaços, por meio da escola para a comunidade, onde seriam realizadas oficinas na língua Terena e provocar a participação desses segmentos nessas oficinas; e
- possibilitar a intervenção dos anciãos falantes da língua Terena na escola para fazer palestras, oficinas, com professores, alunos e funcionários, afim de que todos pudessem ter acesso à língua por meio de suas falas.

Enfim essas são algumas das propostas que poderiam ser implementadas tanto na escola quanto na comunidade a fim de despertar o desejo, a vontade em querer falar novamente a nossa língua Terena. Temos entendimento desde o início dessa pesquisa que o processo será lento e que isso exigirá muita paciência e didática para colocarmos em prática essas ações aqui na aldeia Buriti. Uma outra situação que vem ocorrendo e estamos vendo como positivo é a união entre meninas e os meninos que são falantes da língua Terena, onde isso pode resultar como ajuda em ensinamentos, diálogo seja nas famílias das meninas ou propriamente com seus filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim desta etapa. Assumimos que foi um período de enriquecimento pessoal e com promessas de benefícios coletivos a curto, médio e a longo prazo, sobretudo para a comunidade da aldeia Buriti, no que se refere às propostas de políticas linguísticas sugeridas neste estudo. Cabe destacar que decidimos fugir do modelo monográfico convencional (capítulo 1: Fundamentação Teórica; Capítulo 2: Metodologia de Pesquisa; Capítulo 3: Apresentação e Análise dos Dados), pois o desafio que tínhamos nas mãos exigiu que fizéssemos reflexões desde o primeiro capítulo. O trabalho exigiu que fizéssemos trabalhos de campo e apresentássemos nossas inquietações desde o segundo capítulo. O trabalho exigiu que tivéssemos um capítulo mais longo, no qual fosse apresentado não apenas o que os entrevistados disseram, mas também uma reflexão imediata sobre tudo o que havia sido dito. O trabalho exigiu que tivéssemos um capítulo menor ao final, considerando toda a riqueza de informações sistematizadas ao longo de todo o processo de construção desta dissertação de Mestrado. Bom, chegamos ao final com a sensação de missão cumprida, no que se refere aos objetivos traçados desde o início, em 2015.

Cabe lembrar o que me motivou a buscar a Academia. Minha curiosidade maior era entender a profunda sonolência que a comunidade da aldeia Buriti ainda vive, desde o período da colonização no que tange à nossa educação e, em especial, o estado de obsolescência da língua Terena na comunidade. O atrativo pela Universidade me dizia que eu poderia encontrar respostas, dos tantos porquês que pairavam na minha cabeça, e entendia que a formação me direcionaria para respostas mais concretas, respostas essas que, ao meu ver, iriam resolver a problemática em que a minha comunidade permanece inserida, que é a perda gradativa da língua Terena.

Nesse processo, que para mim foi tão doloroso, quanto à perda linguística da minha comunidade, busquei a todo momento me beneficiar dos inúmeros créditos oferecidos, dos bons professores que a Academia dispunha, das discussões em salas de aula, das experiências compartilhadas tanto pelos colegas e professores e, por fim, acabei me beneficiando de uma formação singular, onde através da pesquisa de campo pude observar o que é ser um pesquisador, principalmente quando se sai a campo para coletar dados de que a sua pesquisa exige. Essa pesquisa favoreceu a reflexão de quão é importante o sentimento que trazemos dentro de nós a respeito de quem somos e de

onde viemos. Dessa forma, podemos entender que os índios Terena são índios pelo sentimento de pertencimento à sua cultura.

O trabalho de pesquisa em questão foi dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, tratamos da situação histórica da comunidade Terena da aldeia Buriti e a manutenção dos conhecimentos históricos e culturais, até para entendermos o que ocorreu com a língua Terena durante os períodos registrados da história do povo Terena. No capítulo dois, tratamos, especificamente da aldeia Buriti: suas histórias, sua organização social, política e educacional, a fim de contextualizarmos o *locus* de nossa pesquisa de campo. No terceiro capítulo, descrevemos o que se tem de mais valioso neste trabalho, que é a fala das pessoas da minha comunidade, o que eles pensam sobre a língua Terena, sobre o que é ser Terena, sobre a necessidade ou não de revitalizarmos a língua Terena na aldeia Buriti. Valiosas contribuições dos meus parentes foram registradas neste capítulo. Estamos certos de que sem a participação de anciãos, de professores e de jovens terena da nossa aldeia, este trabalho não existiria, nem faria sentido existir. Por fim, para o quarto capítulo, reservamos o momento de maior responsabilidade: avaliar as políticas existentes na aldeia Buriti e estabelecer propostas de novas políticas, a fim de atender os anseios de nossa comunidade, no que diz respeito às possibilidades de revitalização da língua Terena.

Essa situação foi tão complexa que até mesmo os próprios agentes, inseridos nesse processo, acabaram redescobrando a sua posição linguística, porque é só através da discussão, dos diálogos e da pesquisa aprofundada na história da comunidade que conseguimos vislumbrar soluções. Nesse sentido, o trabalho em questão faz parte de um processo em que há vários sujeitos protagonistas. Nosso trabalho foi abrir o espaço para as discussões, mediar os diálogos e conduzir as sistematizações dos encaminhamentos possíveis. Para isso foi-me exigido um nível de entrega total na pesquisa para obter dados que fossem condizentes com a realidade da comunidade.

Hoje, a melhor contribuição que essa pesquisa pode nos oferecer é o legado e também o empoderamento da voz dos Terena da aldeia Buriti na luta por maior autonomia, respeitando assim os direitos adquiridos. A pesquisa nos possibilitou também enxergar que a história Terena foi, é e será um processo de luta no que se refere aos diversos aspectos sociais, políticos, territoriais, linguísticos e educacionais. Cabe ressaltar ainda que, mesmo diante de lutas constantes, a comunidade da aldeia Buriti vivencia processos de valorização de tudo aquilo que envolve a vida dos adultos na

aldeia, que não perderam a sua identidade, e se não perderam até hoje, nunca perderão. Nossa luta é sempre para nos fortalecer enquanto povo, jamais para nos fragilizar.

Um outro fator positivo que temos que considerar aqui é o fato de a comunidade da aldeia Buriti, mesmo com todo o processo de colonização ao qual foi submetida, conserva muitos de seus valores tradicionais, o que tem sido revelado em seu modelo de educação, como o amor à terra, pois nascemos dela, e tudo que assim necessitamos retirar dela para (sobre)viver; a presença familiar orientando e aconselhando as crianças e aos adultos, por meio dos diálogo e das conversas; e o respeito pelos mais velhos dessa comunidade.

Nesse sentido, afirmamos que toda a pesquisa levantada dentro da comunidade, todas as informações que nesta dissertação foram inseridas e, ao mesmo tempo, todos os agentes que se envolveram nela e que estão aqui representados foram fundamentais para a construção deste trabalho, cabendo a nós uma dura e árdua tarefa de levarmos em frente a proposta de revitalização da língua materna na aldeia Buriti, pois compreendemos que desde a contextualização dos processos históricos do povo Terena, passando por uma reflexão da história, da organização social e política da aldeia Buriti para, por fim, chegar a uma análise sociolinguística da aldeia, o que resultou na elaboração de propostas de políticas linguísticas para a revitalização da língua na nossa aldeia, criaram-se muitas expectativas, como criaram-se muitas dúvidas em torno deste trabalho, por outro lado, com os avanços e os rumos que esta pesquisa tomou, fomos encorajados a acreditar que é possível enfrentar os nossos desafios.

REFERÊNCIAS

Referencial bibliográfico

ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja de. **A construção do processo escolar dos Terena da Aldeia Buriti**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande: UCDB, 2012.

ALTENFELDER, S. F. Mudança Cultural dos Terena. **Revista do Museu Paulista**. Nova Série, 1949.

AZANHA, Gilberto. **Relatórios de Trabalho**. CTI- Centro de Trabalho Indigenista - 1986 / 1998. São Paulo, 1998.

_____. **As Terras Indígenas Terena de Mato Grosso do Sul**. Brasília, 2004. Relatório técnico.

BALTAZAR, P. **O Processo Decisório dos Terena**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria; LADAEIRA, Maria Elisa. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC, 2000.

BRAND, A. J. Os desafios da interculturalidade e a educação infantil. In: **Rumo a La Interculturalidad em Educacion**. Mexico: Casa Abierta al Tiempo, 2002.

_____. Educação Escolar Indígena: o desafio da interculturalidade e da equidade. **Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande – MS, n.12, p. 35-43, jul./dez. 2001.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os estágios na Formação do Professor**. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1987.

CARVALHO, F. L. **Educação Escolar Indígena em Terra de Brasilis** – em tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.

CASTELÃO, Dila Duarte. **A importância do EJA para os jovens e adultos da aldeia Sessoró**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena – *Teko Arandu*. Dourados: UFGD, 2017.

CHAMORRO, G. & MARTINS, A. M. S. Diversidade linguística em Mato Grosso do Sul. (2015). In: Chamorro, G. e Combès, I. (Orgs.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: História, Cultura, Transformações Sociais**. Dourados: Editora da UFGD, 2015.

COHN, Clarice. **A criança indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo companhia das letras, 1992.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Aprisionando sonhos: a educação escolar indígena no Brasil**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2012.

DIAS DA SILVA, José. **Política Integracionista para os povos indígenas**. São Paulo, 1997.

FARACO, Carlos Alberto. Questões de política de língua no Brasil: problemas e implicações. **Educar em Revista**, n. 20, p. 13-22, 2002.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades das Mediações Culturais**. Tradução: Adelaine La Guardiã Resende. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

Hall, Stuart. "Diásporas ou a lógica da tradução cultural". **Conferência de abertura, VIII Congresso da ABRALIC - Associação Brasileira de Literatura Comparada**. Tradução: Beth Ramos. Salvador, 2000.

JUNQUEIRA, Carmem. **Sexo e Desigualdade: Entre os Kamaiurá e os Cinta Largas**. São Paulo: Olho d'Água, 2002.

KNAPP, Cássio; MARTINS, Andérbio Márcio Silva Martins. Oralidade e escrita em escolas indígenas guarani e kaiowá. Desafios e possibilidades de um ensino bilíngue. **Voces y Silencios: Revista Latinoamericana de Educación**, Vol. 7, Nº. 2, dezembro de 2016, pp. 53-73.

LADEIRA, M.I. *Yvy marãey*. Renovar o eterno. In: MELIÁ, B. (Org), **Suplemento Antropológico**, p.81-100, 2000.

LADEIRA Maria Elisa Martins. **Língua e História- Análise Sociolinguística e um Grupo Terena**. Tese de Doutorado em Semiótica e Linguística. Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2001.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Lisboa: Edições 70, 1982.

LEITE LOPES, José Sergio. Uma experiência da flutuação histórica do tema "trabalho" na antropologia. *Revista Theomai*, n.24, p. 1-10, 2011.

MAHER, Terezinha Machado. O bilinguismo e o aluno indígena. In: VEIGA, Juracilda & FERREIRA, Maria Beatriz (orgs.). **Desafios atuais da educação escolar indígena**. Campinas, SP: ALB, Núcleo de Cultura e Educação Indígena; Brasília: Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, 2005.

_____. Em busca do conforto linguístico e metodológico no Acre indígena. **Artigo publicado em Trabalhos em Linguística Aplicada**. IEL: Unicamp, 2008.

MARTINS, Gilson, Rodolfo. **Breve painel etno-historico de Mato Grosso do Sul**. 2.ed. CAMPO GRANDE: UFMS. 2002.

MARTINS, A.M.S; e KNAPP, C. (2013). Os desafios para a efetivação de uma Educação Escolar Indígena específica, diferenciada, bilíngue e intercultural. **Trabalho apresentado na IV RAMS - Reunião de Antropologia de Mato Grosso do Sul**, 2013, Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

_____. Alguns apontamentos para a efetivação de uma educação escolar indígena específica e diferenciada: identificando os desafios e construindo possibilidades. **Trabalho apresentado na XI RAM – Reunión de Antropología Del Mercosur, Montevideo** – Uruguai, 2015.

MARTINS, Andérbio Márcio Silva & CHAMORRO, Graciela. Diversidade linguística em Mato Grosso do Sul. In: CHAMORRO, G.; COMBÈS, Isabelle (Orgs.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: História, Cultura, Transformações Sociais**. Dourados: Editora da UFGD, 2015, pp. 729-744.

MELIÁ, Bartolomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Loyola, 1979.

_____. Educação indígena na escola. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 49, p. 11 – 17, dez. 1999.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história in: LE GOFF, Laquês; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. Política e Planejamento Linguístico nas sociedades indígenas do Brasil hoje: o espaço e o futuro das línguas indígenas. In: GRUPIONI, Luíz Donisete Benzi (org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

NOBRE, L. S. **Educação Terena: um caso a parte**. Monografia de TCGE, em Geografia da UCDB. Campo Grande, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O processo de assimilação dos Terena**. Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1960.

OLIVEIRA, R. C. **Urbanismo e tribalismo**. A integração dos índios Terena numa sociedade de classes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

PEREIRA Levi Marques. **Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica**. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

SILVA, Denise; ANTÔNIO, Maísa. Reflexões sobre a língua Terena: da descrição fonológica a indícios de uma mudança sonora. **Web Revista Sociodialeto - NUPESDD / LALIMU**, vol. 6, nº 18, maio de 2016, pp. 748-765.

TOLLEFSON, James W. **Planning language, planning inequality**. Londres: Longman, 1991.

UNESCO. 2009. **Interactive Atlas of the World's Language in Danger**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/indangermentlanguages/atlas>>. Acesso em: 22 de março de 2016.

VARGAS, V. L. F. **A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção**. Dissertação de Mestrado. Doutorados: UFMS, 2003.

Fontes documentais

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto Presidencial n. 26, de 04 de fevereiro de 1991**.

_____. **A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação Brasília**. Brasília: MEC, 1997.

_____. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**, MEC/SEF, Brasília: MEC, 1998.

_____. MEC. CNE. **Parecer n. 14/99 de 14 de setembro de 1999a**.

_____. MEC. CNE. **Resolução n. 3/99 de 17 de novembro de 1999b**.

_____. Lei n. 10.172 - **Plano Nacional de Educação de 09 de janeiro de 2001**.

_____. MEC. INEP. **Censo escolar indígena**. 2007.

_____. **Decreto n. 6.861/2009 de 27 de maio de 2009**.

_____. **Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012, CNE/CEB**.

_____. **Lei Municipal, n.175, de 23 de outubro de 2001**.

_____. **Decreto nº.13.184, de 10 de maio de 2011**.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN- Lei nº 9.394/96**. MEC: Brasília, 1996.

Fontes orais

ALCÂNTARA, A. F. **Ariel Fermino Alcântara**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

ALCÂNTARA, G. V. **Gilmar Verón Alcântara**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

ALCÂNTARA, M. F. **Messias Fermينو Alcântara**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

ALVES, A. **Abadia Alves**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

ANDRÉ Oenison, **Entrevista realizada no dia 10-03-2017 na aldeia Buriti-** Município de Dois Irmãos do Buriti-MS.

BATISTA, V. A. **Vitor Alcântara Batista**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

BERNARDO, A. A. **Ana Aparecida Bernardo**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

BERNARDO, O. **Odete Bernardo**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

DIAS, A. F. **Alberto França Dias**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

FARIAS, Edineide Bernardo. **Entrevista realizada no dia 22-05-2012**. Aldeia Buriti, município de Dois Irmãos do Buriti-MS.

FERMINO, A. L. **Ana Luiza Fermينو**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo

de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

FERMINO, D. **Dhieroti Fermino**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

FERMINO, D. **Domingos Fermino**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

FERMINO, F. **Filomena Fermino**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

FERMINO, M.J. **Maria Joana Fermino**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

FIRMINO, A. S. **Ana Sueli Firmino**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

GABRIEL, Armando. **Entrevista realizada no dia 08-04-2007**. Aldeia Córrego do Meio - Município de Sidrolândia-MS.

GABRIEL, D. A. **Devane Alves Gabriel**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

GABRIEL, J. A. **Jailson Alves Gabriel**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

GABRIEL, J. P. **Jurandir Pinto Gabriel**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo

de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

GABRIEL, J.A. **Jocimar Alves Gabriel**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

GABRIEL, M. A. A. **Maria Aparecida Alves Gabriel**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

GABRIEL, O. **Otilia Gabriel**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

GABRIEL, V. **Valdinez Gabriel**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

MAMEDE, A. A. **Agnaldo Alcântara Mamede**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

MAMEDES, A. **Angelina Mamedes**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

MAMEDES, A. F. **Altair Fermino Mamedes**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

MAMEDES, Welligton. **Welligton Mamedes**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido

por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

RAMOS, J. R. **Jodinesa Rodrigues Ramos**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

REGINALDO, Leonardo. **Entrevista realizada no dia 09-05-2007**, na aldeia Água-azul- Município de Dois Irmãos do Buriti-MS.

REGINALDO, D. **Darli Reginaldo**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

RODRIGUES, J. **Janaina Rodrigues**. Entrevista concedida na aldeia Buriti. Entrevistador: Genildo Alcântara Mamedes. Dois Irmãos do Buriti-MS, 2016. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Genildo Alcântara Mamedes junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.